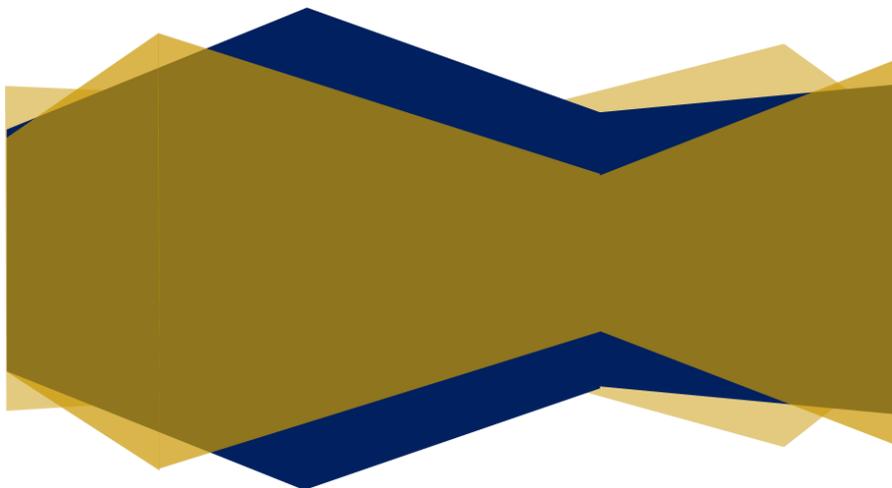


Faculdade Metropolitana da Amazônia

Projeto Pedagógico de Curso

**Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Ambiental**



2017

PROCESSO

Mantenedora

Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – EUROAM.

Mantida

Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ.

Endereço de Funcionamento do Curso

Avenida Visconde de Souza Franco, nº 72 – Bairro Reduto, Município Belém, Estado PA, CEP 66053-000.

Portaria Sesu nº 40/2013, D.O.U de 15/02/2013

SUMÁRIO

O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL	5
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	8
1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL	8
1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
1.2.1 Políticas Institucionais de Ensino	17
1.2.1.1 <i>Ensino de Graduação</i>	20
1.2.1.2 <i>Ensino de Pós-Graduação</i>	21
1.2.2 Políticas Institucionais de Pesquisa/Iniciação Científica	23
1.2.3 Políticas Institucionais de Extensão	24
1.2.4 Monitoria	26
1.2.5 Parcerias institucionais	27
1.3 OBJETIVOS DO CURSO	27
1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	28
1.5 ESTRUTURA CURRICULAR	29
1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES	37
1.7 METODOLOGIA	39
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	42
1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
1.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	48
1.11 APOIO AO DISCENTE	48
1.11.1 Formas de Acesso	50
1.12 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	52
1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	54
1.14 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS E ENSINO- APRENDIZAGEM	56
1.15 NÚMERO DE VAGAS	60
2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL	61
2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	61
2.2 ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A)	62
2.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO (A) COORDENADOR (A)	66
2.4 REGIME DE TRABALHO DO(A) COORDENADOR(A)	67
2.5 CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO	67
2.6 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	67
2.7 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO – PERCENTUAL DE DOUTORES	70
2.8 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	70
2.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE	70
2.6 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE	71
2.7 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	71
2.8 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	72
3. INFRAESTRUTURA	74
3.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL	74
3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	75
3.3 SALA DOS PROFESSORES	75
3.4 SALA DE AULA	76

3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	77
3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA	78
3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	79
3.8 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	81
3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE	83
3.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE	83
3.11 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS	84
3.12 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	85
3.13 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)	85
4. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	89
4.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL	90
4.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	92
4.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	93
4.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	93
4.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	95
4.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	96
4.7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM HORAS	96
4.8 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	97
4.9 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	97
4.10 DISCIPLINA DE LIBRAS	98
4.11 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	99
4.12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	99
5. CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL	101
5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA	101
5.2 CONTEXTO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ	102
5.3 A FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA - FAMAZ	107
5.3.1 Missão	107
5.3.2 Visão Estratégica	108
5.3.3 Princípios Institucionais	109
5.4 TRAJETÓRIA HISTÓRICA	110
5.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	111
5.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO	112
5.7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	113
5.8 PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	115
5.9 REGISTROS ACADÊMICOS	116
6. CONTEXTO REGIONAL	118
6.1 ESTADO DO PARÁ	118
6.2 CONTEXTO REGIONAL PARA O CST EM GESTÃO AMBIENTAL	122
7. INSTALAÇÕES GERAIS	158
7.2 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	158
7.3 AUDITÓRIO	158
7.4 BIBLIOTECA	159
7.4.1 Espaço Físico	160
7.4.2 Instalações do Acervo	161
7.4.3 Instalações para Estudo	161
7.4.4 Acervo	161

7.4.5 Serviços e Informatização	162
7.4.6 Plano de Atualização do Acervo	166
7.5 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	167
7.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO	168
7.7 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA	169
APÊNDICES	170

O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, resultado do diálogo coletivo de docentes, pertencentes ou não, ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), além da Coordenação de Curso, tem como objetivo formar tecnólogos em Gestão Ambiental aptos para planejar, gerenciar e executar as atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas mitigadoras – corretivas e preventivas – recuperação de áreas degradadas, acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental; regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, avaliação de conformidade legal, análise de impacto ambiental, elaboração de laudos e pareceres são algumas das atribuições desse profissional; elaborar e implantar, ainda, políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim para, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais* Gerais dos Cursos de Tecnologia (Resolução CNE/CP nº 03/2002) permitem que o curso seja estruturado em período modulares e organizado em dois núcleos articulados e perpassados por um Eixo de Interação/Integração, na perspectiva da construção do trabalho científico e das práticas de formação, enriquecidos por atividades complementares abrangentes e culturais; contemplando conteúdos dos dois núcleos de fundamentos, específicos e práticos.

Os conteúdos curriculares quanto ao Núcleo de Fundamentos e Humanidade, para a formação do técnico são: os conteúdos de ciências biológicas das disciplinas que fornecem o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. No Núcleo da Humanidade, abre-se alternativa para o estudo de conteúdos cultural, filosófico e de linguagem, a partir de disciplinas como Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania, com ênfase no disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01/2004).

As Linguagens básicas comparecem para completar a fundamentação da formação do Tecnólogo em Gestão Ambiental nas diferentes manifestações da produção humana. A oferta de conteúdos com referência humana e social visa contribuir na formação e aperfeiçoamento da habilitação profissional do egresso.

O projeto em questão visou a atender ao que nele se preconiza como fundamentos da educação contemporânea, baseada em competências e habilidades, teoria e prática, como um processo de formação de pessoas capacitadas para analisar e articular conceitos e argumentos, para interpretar e valorizar fenômenos, tudo isso aliado a uma

postura reflexiva e visão crítica que fomenta o trabalho em equipe, através de uma aprendizagem dinâmica capaz de formar sujeitos autônomos e cidadãos, comprometidos com o desenvolvimento sócio regional, que vão além da mera reprodução de conhecimentos e práticas, mas capazes de atuar local e globalmente, comprometidos com os preceitos éticos e morais, desenvolvendo modelos de gestões favoráveis e viáveis ao ambiente em que se encontra, para que possa conseguir colocar a gestão de pessoas como uma vantagem competitiva frente aos seus concorrentes, adequando-se às forças do macroambiente, mas sem se restringir a tal, prezando sempre pela qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas no processo, necessidades e aspirações exigidas dos profissionais deste século diante da realidade que o circunda.

Assim, sistematicamente, a partir de março de 2009, quando fora constituída a Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, até o presente momento, docentes e membros do Núcleo Docente Estruturante, com maturidade e vivência acadêmicas e, sobretudo, frente às novas demandas de uma sociedade em constante mutação, estiveram debruçados para discutirem e definirem acerca do desenho e identidade do curso, orientados pelas normativas legais que norteiam os cursos de graduação, a área em questão e pelo que tange à carga horária mínima, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, período de integralização e carga horária destinada às atividades complementares.

Aspectos como a atualização das ementas nas disciplinas e a análise pormenorizada entre as diversas componentes curriculares do mesmo período/semestre e entre períodos/semestres diferentes foram extensivamente discutidos considerando a concepção de ensino e aprendizagem planejada, que representavam a materialização de um perfil calcado em habilidades e competências, a partir de experiências acadêmicas, sociais e evidentemente pedagógicas.

O contexto de atualização do projeto foi rico e dinâmico e propiciou aos participantes experiências inovadoras quando comparadas aos sistemas e métodos tradicionais de revisão de PPCs visto que os envolvidos puderam desenvolver, na prática, conceitos estudados nas formações docentes proporcionadas pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) sobre os temas como: Construção de um percurso avaliativo de competências; Competências e Habilidades no contexto educacional; Avaliação da Aprendizagem e outros.

Aliadas ao processo de melhoria do Projeto Pedagógico ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, as reflexões consideraram também as

especificidades da área de atuação do Curso, o contexto regional e, sobretudo, a consonância com documentos norteadores institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e o Regimento da FAMAZ.

O processo de atualização coletiva deste PPC repousou em três dimensões: a dimensão conceitual, que forneceu os fundamentos e os conceitos-chave que configuram o paradigma orientador que subsidiam o PPC; a dimensão normativa que proveu os referenciais que fundamentam o PPC e a dimensão estrutural que proporcionou os elementos constitutivos do PPC.

Desta forma, o PPC que ora se apresenta, fruto da reflexão e comprometimento docente, possui estrutura curricular consistente e eficaz para com as demandas acadêmicas e sociais e demandará esforços, planejamento, dedicação e monitoramento constante para sua sustentabilidade e plena consolidação.

Certamente a equipe desenvolvedora deste PPC acredita que este documento não se encerra no conteúdo destas páginas e que, muito além de um documento, é a indicação clara do caminho a ser trilhado pelo coletivo do curso, o que, necessitará, ao longo de sua manutenção, uma constante reavaliação e reestruturação visando o atendimento pleno das demandas de formação do tecnólogo em Gestão Ambiental.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.2 CONTEXTO EDUCACIONAL

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), o Brasil ainda apresenta mais de 14 milhões de analfabetos absolutos, dos quais 4,6 % têm idade entre 15 e 24 anos e este índice se torna maior para outros intervalos de idade.

O estado do Pará é um dos estados da nação com maior índice de analfabetismo, com 12,2 % da população entre 15 ou mais anos de idade analfabeta total (IBGE Estados@, 2009).

A tabela 01 indica o número total e percentual de pessoas analfabetas de 15 ou mais anos de idade, no Brasil e nas Grandes Regiões, por grupos de idade e cor ou raça no ano de 2009. Nela podemos constatar que a região Norte é a que apresenta maior índice com 5,9 % em pessoas com idade entre 15 a 24 anos, sendo que a maior incidência 74,8 % é da cor parda.

Tabela 01. Pessoas com 15 ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)									
		Grupos de idade						Cor ou raça			
		Total	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	Total (1)	Branca	Preta	Parda
Brasil	14 105	100.0	4.6	17.4	35.4	9.7	32.9	100.0	30.2	10.2	58.8
Norte	1136	100.0	5.9	20.2	36.3	8.9	28.7	100.0	16.0	7.7	74.8
Nordeste	7 361	100.0	5.4	20.6	37.4	8.9	27.8	100.0	21.8	9.5	68.3
Sudeste	3 584	100.0	3.4	12.1	31.5	11.2	41.8	100.0	40.5	13.5	44.8
Sul	1185	100.0	3.7	13.2	34.2	9.8	39.1	100.0	63.9	6.5	28.7
Centro-Oeste	840	100.0	2.2	14.2	34.3	11.9	37.4	100.0	31.1	10.5	57.0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclui-se as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

A Tabela 02 apresenta o número total e percentual de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal familiar *per capita*, no Brasil e nas Grandes Regiões no ano de 2009. Nela podemos verificar que 16,4 % desta população no Brasil vivem com até meio salário mínimo, e que a região Norte é a que apresenta o segundo pior índice, ficando atrás apenas da região Nordeste.

Tabela 02. Pessoas com 15 ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas					
	Total (1000 pessoas)	Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salários mínimos) (%)				
		Total (1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1a 2	Mais de 2
Brasil	14 065	9.7	16.4	13.2	6.3	1.4
Norte	1134	10.6	13.3	12.7	8.0	2.0
Nordeste	7 345	18.7	22.0	22.4	11.9	2.4
Sudeste	3 568	5.7	9.7	8.7	5.0	1.1
Sul	1 182	5.5	10.4	8.9	4.4	1.1
Centro-Oeste	837	8.0	12.0	11.0	6.9	1.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Pessoas residentes em domicílios particulares, exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos
(1) Inclusive sem rendimento e sem declaração.

A Tabela 03 apresenta a taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 ou mais anos de idade, por características selecionadas como sexo, situação do domicílio e classe de rendimento mensal familiar *per capita*, no Brasil e nas Grandes Regiões em 2009. A região Norte é a que apresenta a segunda maior taxa de analfabetos funcionais com 23,1 %, atrás apenas da região Nordeste e com taxa superior a média nacional de 20,3 %, também pode ser constatado que na região Norte esta taxa é maior para os homens que para as mulheres e maior na zona rural que na urbana. Quanto a renda *per capita* a região Norte apresenta a segunda pior correlação, também apenas atrás da região Nordeste, sendo que a maior taxa dos analfabetos funcionais da região Norte com 29,8 % é daqueles que vivem com até meio salário mínimo. Quanto ao estado do Pará, segundo dados do *IBGE Estados@* o índice de analfabetos funcionais corresponde a 25,7 % da população com 15 ou mais anos de idade.

Tabela 03. Taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 ou mais de idade, por características selecionadas, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)								
	Total	Características selecionadas				Características selecionadas			
		Sexo		Situação do domicílio		Classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário mínimo)			
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1a 2	Mais de 2
Brasil	20.3	20.9	19.8	16.7	40.7	31.0	25.9	16.1	5.3
Norte	23.1	25.1	21.1	18.9	39.2	29.8	25.7	17.4	7.3
Nordeste	30.8	33.7	28.2	24.0	50.3	38.5	35.0	21.5	5.9
Sudeste	15.2	14.5	16.0	13.8	33.6	24.0	21.1	14.7	4.8
Sul	15.5	14.9	16.1	13.5	25.8	24.6	21.9	14.8	5.9
Centro-Oeste	18.5	19.0	17.9	16.3	34.2	25.9	24.2	17.4	5.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A Tabela 04 apresenta a taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente urbana e rural por grupo de idade nas Grandes Regiões, nas Unidades Federativas da Região Norte e Região Metropolitana de Belém. Pode-se constatar que na faixa etária entre 18 a 24 anos a população do Pará urbana está acima da média nacional, porém ainda é menor que a de outros estados da região como Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins.

Tabela 04. Taxa de frequência bruta e estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federal da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade (%)											
	Urbana						Rural					
	Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	29.6	40.2	97.8	86.2	31.3	5.2	30.9	28.4	96.9	80.7	24.8	4.1
NORTE	35.1	29.4	96.6	84.5	35.3	7.5	35.2	24.3	94.9	81.2	27.6	6.2
Rondônia	33.1	29.9	97.5	81.9	33.3	7.5	29.8	10.1	95.5	82.9	22.5	4.5
Acre	35.6	22.7	97.8	78.7	31.3	10.8	37.7	13.9	90.8	73.4	25.0	10.5
Amazonas	35.6	26.8	95.2	84.0	37.5	7.7	41.6	17.5	97.4	84.6	42.9	13.5
Roraima	42.4	37.4	98.7	84.5	38.4	13.6	34.3	20.2	95.6	88.9	38.9	6.0
Pará	34.1	30.8	96.5	84.9	34.2	6.1	35.0	30.1	93.9	78.3	23.5	4.7
Região Metropolitana de Belém	32.5	35.9	96.8	89.8	41.2	6.2	32.3	14.7	93.8	80.0	23.7	5.7
Amapá	37.8	19.6	97.4	88.4	37.3	9.3	33.8	19.2	98.6	85.5	20.2	3.0
Tocantins	36.8	36.1	98.1	87.5	37.3	9.5	31.0	14.4	97.6	91.2	33.8	3.1
NORDESTE	32.4	40.7	97.5	85.2	31.6	6.0	34.4	32.7	97.2	81.3	27.6	5.4
SUDESTE	27.5	44.2	98.2	88.4	29.8	4.6	26.8	25.6	97.1	81.5	19.3	2.4
SUL	28.2	40.0	97.7	84.3	32.2	4.8	23.8	20.6	96.8	76.9	19.0	2.0
CENTRO-OESTE	30.3	33.1	97.6	83.5	32.3	5.8	27.2	23.3	97.5	82.6	26.8	2.9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A Tabela 05 demonstra a distribuição percentual das pessoas que freqüentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino freqüentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões. Nela podemos observar que a participação na rede pública para a Região Norte (84,3 %) é muito maior que na rede particular (15,7 %), o mesmo podendo ser comparando com a população de 18 a 24 anos de idade, na qual para a região Norte a participação na rede pública (75,2 %) é maior que a média nacional (59,3 %), enquanto que na rede particular é muito inferior (24,8 %) contra 40,7 % da média nacional.

Tabela 05. Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade (%)															
	Rede pública								Rede particular							
	Total	0 a 5 anos			6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Total	0 a 5 anos			6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos						Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos				
Brasil	77.5	67.8	59.1	71.8	85.3	87.9	59.3	53.0	22.5	32.2	40.9	28.2	14.7	12.1	40.7	47.0
Norte	84.3	72.2	58.4	75.5	90.1	93.5	75.2	63.0	15.7	27.8	41.6	24.5	9.9	6.5	24.8	37.0
Nordeste	80.8	65.7	53.0	70.3	84.5	89.8	77.2	68.8	19.2	34.3	47.0	29.7	15.5	10.2	22.8	31.2
Sudeste	74.1	69.2	62.6	72.7	84.1	86.1	47.4	42.9	25.9	30.8	37.4	27.3	15.9	8.9	52.6	57.1
Sul	76.3	66.4	59.1	71.7	89.0	86.4	44.6	42.4	23.7	33.6	40.9	28.3	11.0	8.6	55.4	57.6
Centro-Oeste	74.2	67.4	61.1	70.0	82.4	85.4	54.1	48.5	25.8	32.6	38.9	30.0	17.6	14.6	45.9	51.5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Por meio da Tabela 06 observa-se a distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que a frequência no ensino superior na rede particular no estado do Pará (64,2 %) e na região metropolitana de Belém (67,7 %) é inferior em comparação as demais grandes regiões e a média nacional que é de 77,8 %, mostrando assim um setor com grande potencial de expansão no referido estado.

Tabela 06. Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Metropolitana – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados (%)					
	Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	87.1	12.9	86.3	13.7	22.2	77.8
NORTE	91.8	8.2	91.8	8.2	34.6	65.4
Rondônia	94.3	5.7	88.2	11.8	14.6	85.4
Acre	93.2	6.8	88.1	11.9	46.3	53.7
Amazonas	92.9	7.1	96.5	3.5	41.5	58.5
Roraima	95.0	5.0	97.5	2.5	39.8	60.2
Pará	90.5	9.5	89.1	10.9	35.8	64.2
Região Metropolitana de Belém	80.7	19.3	87.0	13.0	32.3	67.7
Amapá	90.6	9.4	95.5	4.5	28.9	71.1
Tocantins	91.6	8.4	94.1	5.9	29.5	70.5
NORDESTE	87.3	12.7	88.4	11.6	32.0	68.0
SUDESTE	85.3	14.7	84.5	15.5	16.3	83.7
SUL	90.1	9.9	84.5	15.5	19.7	80.3
CENTRO-OESTE	84.3	15.7	84.7	15.3	23.0	77.0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

É revelado na Tabela 07 o número total e a respectiva distribuição percentual, dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de

Belém. Podemos constatar que para o estado do Pará, a população dessa faixa etária está concentrada ainda no ensino médio (44,8 %), enquanto a população no ensino superior é de apenas 23,2 %, índice menor que dos demais estados da região Norte e menor que das demais Grandes Regiões.

Tabela 07. Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	6 987	9.3	33.8	48.1	8.8
NORTE	690	12.5	41.9	32.7	12.9
Rondônia	62	9.3	29.3	46.3	15.2
Acre	28	9.6	34.3	37.0	19.1
Amazonas	174	10.4	45.4	35.3	8.9
Roraima	20	3.5	24.5	55.4	16.6
Pará	314	15.8	44.8	23.2	16.1
Região Metropolitana de Belém	116	9.4	40.8	31.1	18.7
Amapá	34	9.6	43.1	38.8	8.6
Tocantins	58	10.5	38.1	47.9	3.5
NORDESTE	2 112	17.6	43.2	30.4	8.8
SUDESTE	2 701	4.6	28.5	58.7	8.2
SUL	943	3.5	23.5	64.0	9.0
CENTRO-OESTE	540	6.0	30.5	56.6	6.8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

A Tabela 08 mostra a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que nas faixas etárias apresentadas de 15 a 24 anos de idade a média de anos de estudo da população do estado do Pará é inferior a de todos os demais estados da Região Norte, das demais Grandes Regiões e da média nacional, sendo uma das piores da nação.

Tabela 08. Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade							
	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	6.6	7.4	8.1	8.7	9.2	9.6	7.9	4.2
NORTE	6.0	6.7	7.4	8.0	8.6	8.9	7.4	3.2
Rondônia	6.2	7.0	7.8	8.5	9.1	9.2	7.1	2.9
Acre	6.9	7.6	7.8	8.5	8.4	8.9	7.5	2.7
Amazonas	6.1	6.8	7.9	8.2	8.5	9.3	8.0	3.6
Roraima	(1) 6.8	(1) 7.6	(1) 8.7	(1) 9.6	(1) 9.6	10.0	8.3	3.2
Pará	5.7	6.3	6.9	7.5	8.4	8.4	6.9	3.3
Região Metropolitana de Belém	6.4	7.2	7.5	8.5	9.3	9.4	8.6	5.4
Amapá	(1) 7.0	(1) 7.1	(1) 8.1	(1) 8.8	(1) 9.1	9.7	8.6	4.1
Tocantins	6.6	7.2	8.3	9.0	9.0	9.8	7.8	2.4
NORDESTE	5.9	6.6	7.3	7.8	8.3	8.6	6.5	2.8
SUDESTE	6.9	7.8	8.6	9.3	9.7	10.3	8.6	5.0
SUL	7.1	8.0	8.7	9.1	9.9	10.1	8.3	4.6
CENTRO-OESTE	6.9	7.7	8.6	9.0	9.6	10.0	8.2	3.9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.
(1) Dados sem significância estatística.

Na Tabela 09 verifica-se a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que a média de anos de estudo no estado do Pará para as mulheres é maior que para os homens e muito maior na zona urbana que na zona rural.

Tabela 09. Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio				
	15 anos ou mais				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Brasil	7.5	7.4	7.7	8.0	4.8
NORTE	7.1	6.8	7.5	7.7	5.0
Rondônia	7.0	6.8	7.3	7.7	5.2
Acre	7.3	6.9	7.6	7.9	4.6
Amazonas	7.7	7.4	7.9	8.1	5.3
Roraima	8.2	7.7	8.7	8.6	6.0
Pará	6.7	6.3	7.1	7.3	4.8
Região Metropolitana de Belém	8.3	8.1	8.4	8.3	5.7
Amapá	8.2	8.0	8.5	8.3	(1) 5.4
Tocantins	7.3	6.8	7.8	8.1	4.9
NORDESTE	6.3	6.0	6.7	7.2	4.0
SUDESTE	8.2	8.2	8.2	8.4	5.5
SUL	7.9	7.9	8.0	8.4	5.7
CENTRO-OESTE	7.9	7.6	8.1	8.2	5.5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.
(1) Dados sem significância estatística.

A tabela 10 apresenta a distribuição percentual por anos de estudo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil e nas diferentes Grandes Regiões. Nela podemos observar que a maior média de anos de estudo é de 11 anos, sendo a percentagem na região Norte (22,7 %) pouco inferior a média nacional (23,4 %).

Tabela 10. Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade																	
	Total (1000 pessoas)	Sem instrução e menos de 1 ano	Distribuição percentual, por anos de estudo (%)															
			1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos ou mais	
Brasil	145 385	10.5	2.1	3.3	4.4	10.6	5.8	3.7	4.2	10.0	4.1	4.0	23.4	2.1	1.6	1.7	8.3	
Norte	10 747	11.5	2.6	4.0	5.0	8.8	6.9	4.3	5.1	9.3	4.7	4.5	22.7	18	13	14	5.3	
Nordeste	39 377	8.1	3.3	4.3	5.1	9.2	6.4	4.2	4.6	8.2	4.2	3.7	20.1	15	10	10	4.8	
Sudeste	63 074	7.1	1.5	2.8	4.0	11.7	4.6	3.3	3.7	10.9	3.9	3.9	26.1	2.3	1.8	2.1	10.3	
Sul	21 682	6.6	1.6	2.9	4.4	11.4	7.6	3.5	4.1	11.4	3.9	4.0	21.9	2.7	1.9	1.9	9.5	
Centro-Oeste	10 505	9.3	2.1	3.2	3.9	9.0	5.7	4.1	5.1	9.5	4.8	4.3	23.0	2.2	1.9	1.7	9.8	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A tabela 11 apresenta que a porcentagem de pessoas entre 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo é maior para as mulheres que para os homens e que há uma desigual proporção entre cor ou raça sendo maior para os que se declaram de cor branca.

Tabela 11. Pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 18 a 24 anos de idade							
	Total (1000 pessoas)	Com 11 anos de estudo						
		Total (1000 pessoas)	Proporção (%)					
			Total	Sexo		Cor ou raça		
			Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda	
Brasil	23 034	8 722	37.9	35.2	40.6	41.6	36.1	34.4
Norte	2 037	654	32.1	30.4	33.8	36.3	32.4	30.8
Nordeste	6 899	2 195	31.8	27.3	36.2	35.3	34.1	29.9
Sudeste	9 279	4 086	44.0	41.8	46.4	45.9	39.8	42.3
Sul	3 120	1 191	38.2	36.7	39.7	40.1	31.7	31.1
Centro-Oeste	1 699	596	35.1	32.6	37.5	36.6	30.1	34.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A tabela 12 apresenta os números absolutos de matrícula, docentes e escolas do ensino de pré-escola, fundamental e médio do estado do Pará e da cidade de Belém.

Tabela 12. Ensino – Número absoluto de matrículas, docentes e rede escolar no Estado do Pará e em Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Ensino	Matrícula - Pará					Matrículas - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	252804	270	114	227101	25319	23544	0	114	13886	9544
Fundamental	1542818	294031	1979	1154626	92182	207057	118560	1979	48180	38338
Médio	346796	319469	2963	269	24095	75453	60452	2194	246	12561

Ensino	Docentes - Pará					Docentes - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	10651	17	9	9141	1484	1088	0	9	539	540
Fundamental	56574	9487	137	41813	5137	7225	3704	137	1548	1836
Médio	12978	10656	366	34	1922	3586	2586	279	30	691

Ensino	Escolas - Pará					Escolas - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	6116	5	1	5608	502	274	0	1	116	157
Fundamental	11053	769	2	9769	513	457	214	2	79	162
Médio	641	487	6	2	146	137	91	3	1	42

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

A Tabela 13 apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e o nível de ensino. Nela podemos constatar que o observado para 2009 no estado do Pará está compatível com a meta projetada para 2011 para a 4ª série do fundamental e para a 3ª do ensino médio, porém ainda é inferior para a 8ª série do fundamental.

Tabela 13. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e o nível de ensino. Fonte: Fonte: IBGE, 2009; MEC/INEP, 2010.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e nível de ensino	IDEB observado em 2009 (1)	Metas projetadas						
		2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil								
4º ensino fundamental	4,6	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
8º ensino fundamental	4,0	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
3º ensino médio	3,6	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Norte								
4º ensino fundamental	3,8	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
8º ensino fundamental	3,6	3,4	3,6	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
3º ensino médio	3,3	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7
Roraima								
4º ensino fundamental	4,3	4,0	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
8º ensino fundamental	3,5	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ensino médio	3,7	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Acre								
4º ensino fundamental	4,3	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
8º ensino fundamental	4,1	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3º ensino médio	3,5	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Amazonas								
4º ensino fundamental	3,9	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
8º ensino fundamental	3,5	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
3º ensino médio	3,3	2,5	2,7	3,0	3,3	3,7	4,0	4,2
Roraima								
4º ensino fundamental	4,3	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
8º ensino fundamental	3,7	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3º ensino médio	3,4	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Pará								
4º ensino fundamental	3,6	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
8º ensino fundamental	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
3º ensino médio	3,1	2,9	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7
Amapá								
4º ensino fundamental	3,8	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
8º ensino fundamental	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3º ensino médio	3,1	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Tocantins								
4º ensino fundamental	4,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
8º ensino fundamental	3,9	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ensino médio	3,4	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Nordeste								
4º ensino fundamental	3,8	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
8º ensino fundamental	3,4	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
3º ensino médio	3,3	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Sudeste								
4º ensino fundamental	5,3	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,1	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9
3º ensino médio	3,8	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4
Sul								
4º ensino fundamental	5,1	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	4,1	3,8	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
Centro-Oeste								
4º ensino fundamental	4,9	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
8º ensino fundamental	4,1	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3º ensino médio	3,5	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2

Fonte: Resultados e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <<http://sistemas.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: set. 2010.

(1) O valor do IDEB é obtido pela multiplicação da nota média no SAEB / Prova Brasil pela taxa média de aprovação.

A Tabela 14 expõe os índices do ensino superior no ano de 2009, no Brasil, na Região Norte, no estado do Pará, em Belém e principais cidades do estado, quanto ao número de cursos, matrículas, matrículas do sexo feminino, número de concluintes, número de concluintes do sexo feminino, número de vagas ofertadas, candidatos inscritos e ingressos.

Tabela 14. Índices do Ensino Superior, por número de cursos de graduação, total e sexo feminino de matrículas, concluintes e ingressos, o número de vagas oferecidas e de candidatos inscritos – 2009. Fonte: IBGE, 2009; MEC/INEP, 2010.

Local Categoria	Número de Cursos de Graduação Presenciais	Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais	Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais - SEXO FEMININO	Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais	Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais - SEXO FEMININO	Vagas Oferecidas - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Candidatos Inscritos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Ingressos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Ingressos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos - FEMININO
Brasil	27,827	5,115,896	2,820,287	826,928	485,961	3,164,679	6,223,430	1,511,388	813,478
Federal	4,388	752,847	370,409	91,576	48,867	210,238	1,330,191	208,324	103,824
Estadual	3,126	480,145	262,641	75,910	44,627	126,926	1,182,385	116,889	63,401
Municipal	734	118,176	66,991	20,318	12,295	56,720	76,521	29,118	16,344
Particular	15,049	2,899,783	1,642,853	493,283	292,488	2,362,330	3,077,395	981,991	526,717
Comun.Confes	4,550	864,965	477,393	145,881	87,686	408,467	556,938	195,066	103,192
Norte	2,004	313,959	175,141	43,592	25,684	169,319	469,074	96,667	52,468
Federal	682	91,263	46,908	13,212	7,101	22,348	139,732	23,309	12,239
Estadual	344	31,928	17,738	4,227	2,519	10,691	108,328	9,164	4,875
Municipal	15	5,498	3,174	802	492	880	4,345	644	373
Particular	820	162,501	94,517	21,989	13,436	120,554	201,886	59,355	32,647
Comun.Confes	143	22,789	12,804	3,362	2,136	14,846	14,783	4,195	2,334
Pará	636	88,058	48,238	15,375	8,807	42,929	166,407	22,462	11,866
Federal	284	32,493	17,755	7,535	4,299	7,132	71,684	7,667	4,211
Estadual	83	8,205	4,926	1,414	950	3,037	35,627	2,457	1,391
Particular	252	45,096	24,312	6,167	3,378	30,860	56,737	11,886	6,011
Comun.Confes	17	2,264	1,245	259	180	1,900	2,359	452	253
Belém	285	57,382	30,031	10,165	5,484	27,535	128,448	14,299	7,091
Federal	86	20,847	10,709	4,751	2,542	4,382	56,636	4,701	2,406
Estadual	22	3,939	2,310	727	489	1,427	24,456	1,110	608
Particular	176	32,490	16,983	4,668	2,446	21,626	47,305	8,464	4,075
Comun.Confes	1	106	29	19	7	100	51	24	2
Santarem	55	8,218	5,035	1,075	703	3,964	13,114	1,715	1,046
Federal	14	1,407	848	358	217	310	4,861	343	201
Estadual	5	484	293	51	39	170	3,351	114	63
Particular	23	4,414	2,874	454	298	2,184	2,784	952	633
Comun.Confes	13	1,913	1,020	212	149	1,300	2,118	306	149
Marabá	32	3,005	1,670	763	492	1,090	4,687	1,018	516
Federal	21	2,390	1,329	712	454	410	2,606	504	251
Estadual	6	318	183	51	38	120	1,244	125	61
Particular	5	297	158	0	0	560	837	389	204

Fonte: Portal INEP - Site: portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais

No Estado do Pará há 23 (vinte e três) cursos de Ciências Ambientais, divididos em bacharelado em Ciências Ambientais e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental. Este projeto pedagógico considera a população do ensino médio regional, a quantidade de vagas ofertadas na educação superior, a demanda pelo curso, a taxa bruta e a líquida de matriculados na educação superior, as metas do PNE e as pirâmides populacionais de Belém.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1 Políticas Institucionais de Ensino

Dentro do espírito de articulação dos documentos norteadores da FAMAZ, a

política institucional desta Faculdade encontra-se de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que se tem a filosofia básica de que o aluno se constitui o centro do processo da relação institucional ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, a Política Institucional de Ensino prioriza a sólida formação profissional e de cidadania e um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber e contribui para um aprendizado alicerçado na tríade: *ensino, pesquisa/iniciação científica* e *extensão*. Mas também, consentaneamente com a Resolução CNE/CES 3, de 19 de Fevereiro de 2002 referente as suas *Diretrizes Curriculares Nacionais*, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ contempla conteúdos e atividades que atendem as dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras, nas seguintes áreas ou eixos:

- Homem, como cidadão, tem direito à saúde, cujas necessidades devem ser atendidas durante o ciclo vital;
- Saúde-doença é um processo dinâmico, determinado por múltiplos fatores e pelo contínuo agir do homem frente ao universo físico, mental e social em que vive;
- O Gestor deve atuar em equipe multiprofissional, visando atender o homem na sua integralidade, a sociedade e quem usar seus produtos e serviços;
- O profissional deve ter competência técnico-científica e atitude crítica, favorecidas por uma formação geral que considera a situação econômica, social, política e cultural do País, e o perfil de sua região;
- Formação é um processo educacional que implica em co-participação de direitos e responsabilidades de docentes, discentes e profissionais de campo, visando o seu preparo para prestar assistência ao cidadão;
- Educação formal inicia-se no curso de graduação e deverá ser continuada, de forma institucionalizada ou não, para aprimoramento e aperfeiçoamento profissional.

Assim, percebe-se que o projeto pedagógico em questão preza pela formação profissional que contemple os conteúdos essenciais, as habilidades e as competências necessárias, de modo a instrumentalizá-lo para compreensão da realidade social e para as diferentes intervenções, seja nos aspectos micro ou macro institucionais.

Vale registrar que o presente Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental encontra-se, plenamente, adequado aos atos legais que regem as áreas de educação superior e às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Tecnológicos, sendo também pautado nas Normas Institucionais estabelecidas no Estatuto da Mantenedora (na esfera das suas competências) e no Regimento,

Resoluções e outros atos internos da FAMAZ.

Diante deste prisma, a ação didático-pedagógica é voltada à formação de um profissional capaz de formular e de resolver problemas, de questionar e reconstruir realidades em âmbito interno, regional ou nacional, sobretudo, pela formação crítica que se pretende esboçar na construção plena dos cursos da IES.

As políticas, em destaque, são traduzidas por diversas ações e atividades, dentre os quais:

- *Reforço ao Aprendizado*, com vistas a ampliar a autonomia intelectual do aluno por intermédio da iniciação científica e trabalho de núcleos temáticos multidisciplinares;
- *Estímulo às Ações Interdisciplinares*, articulando planos de ensino, incentivando avaliações instrumentalizadas por pesquisa e atividades de extensão;
- *Apoio ao Docente*, realizando cursos de capacitação, que contemplem uso de novas tecnologias de ensino, que representem, ao docente, maior responsabilidade pelo aprendizado e não somente pelo ensino;
- *Apoio ao Discente*, com a finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem em todas as disciplinas e atividades curriculares;
- *Ampliação dos Espaços para as Práticas*, com vistas a diversificar os ambientes apropriados para desenvolvimento de atividades práticas, em condições similares de trabalho profissional;
- *Programa de Acompanhamento de Egressos*, com o objetivo de manter o apoio institucional ao ensino continuado e à empregabilidade;
- *Programa de Iniciação Científica (PROIC)*, com o objetivo de inserir o aluno na pesquisa científica, oportunizando-lhe maior conhecimento dos temas tratados em nível regional e nacional;
- *Programa de Monitoria de ensino (PROME)*, que, a cada semestre e ano, publicam editais e selecionam alunos para atuar em monitoria de ensino concedendo-lhes bolsa para que estes atuem como monitores, trabalhando com o(a) professor(a) na condução da disciplina.
- *Programa de Extensão (PROEX)*, com o objetivo de flexibilizar a matriz curricular, estimulando o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, na promoção à extensão aberta à participação da população, com o intuito à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.2.1.1 Ensino de Graduação

As atividades de ensino de graduação são consideradas atividades indissociáveis da pesquisa/iniciação científica e da extensão e objetivam a integração da vida acadêmica com a realidade social, de forma participativa e mútua.

Ciente de suas responsabilidades sociais, a FAMAZ tem se orientado no oferecimento de cursos de graduação que compreendem um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas com o objetivo de formar profissionais, conforme perfil definido pelas diretrizes curriculares nacionais e pelos contextos social, econômico e de trabalho.

A organização curricular e didática, conforme legislação específica, potencializam a formação e o aperfeiçoamento contínuo do aluno como pessoa, profissional e cidadão, em harmonia com a missão da FAMAZ, com os objetivos e a função social dos cursos.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental , particularmente, possibilita a formação profissional do aluno, atendendo, dentre outras, as seguintes competências previstas nas respectivas *Diretrizes Curriculares*:

- I. Planejar, gerenciar e executar as atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas corretivas e preventivas de recuperação de áreas degradadas;
- II. Acompanhar e monitorar a qualidade ambiental no meio em que atuar profissionalmente;
- III. Promover ações de regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente;
- IV. Desenvolver projetos de avaliação de conformidade legal, análise de impacto ambiental;
- V. Elaborar relatórios, laudos e pareceres sobre impactos ambientais e outros requeridos pelos órgãos governamentais;
- VI. Elaborar e implantar políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim para, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza;
- VII. Usar o raciocínio lógico e a reflexão crítica para a compreensão da realidade sociopolítica, na elaboração de projetos e programas voltados ao meio ambiente, entendendo a gestão como manifestação das exigências do corpo social;
- VIII. Empreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas modificações;
- IX. Diagnosticar as potencialidades existentes de atendimento à empresas que atuem com o meio ambiente, principalmente para sua gestão estratégica, incluindo o capital humano, a realidade local e regional e as estruturas físicas e institucionais;
- X. Identificar ações antrópicas e suas relações com os aspectos ambientais;

- XI. Identificar as técnicas de análise e de controle ambiental;
- XII. Interpretar e aplicar a legislação ambiental;
- XIII. Definir os aspectos, impactos e riscos ambientais relacionados ao contexto empresarial;
- XIV. Ter domínio sobre os processos para certificação;
- XV. Realizar auditorias ambientais;
- XVI. Realizar consultoria em gestão ambiental empresarial.

Assim, as reformas curriculares de cursos da Instituição e a criação de novos cursos procuram sempre atender a pressupostos e princípios orientadores contidos no Projeto Pedagógico Institucional, na legislação educacional e profissional vigentes, e, no caso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, nas *Diretrizes Curriculares Nacionais* dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Citam-se, também, os princípios do compromisso da Instituição com os interesses coletivos, com a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, o entendimento do processo de ensino/aprendizagem como multidirecional e interativo, o respeito às individualidades inerentes a cada aprendiz e a importância da figura do professor como basilar na aplicação das novas tecnologias.

O Projeto Pedagógico Institucional valoriza a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como meios de melhorar a formação geral e profissional, de incentivar a formação de pesquisadores e de oferecer condições para uma *educação permanente* capaz de superar dicotomias entre ensino e pesquisa.

1.2.1.2 Ensino de Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação devem ter como objetivo geral uma qualificação profissional de alto nível em áreas específicas do conhecimento, proporcionando ao aluno ferramentas para que ele possa gerar conhecimento por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou para que ele tenha condições de exercer, de forma mais qualificada, uma determinada atividade profissional.

No entanto, como objetivos mais específicos, o profissional egresso dos programas de pós-graduação deve ser capaz de utilizar critérios científicos para a análise e a solução de problemas, de trabalhar para a geração de conhecimento em sua área de atuação e ter habilidade para a formação de novos recursos humanos.

As atividades de pós-graduação são desenvolvidas em um segundo eixo dentro do qual a IES deverá afirmar-se em qualidade de ensino e compromisso científico,

observados os seguintes balizamentos:

- I. Consolidação da pós-graduação *Lato sensu*, como instrumento de formação e de qualificação de recursos humanos para a constituição de quadros especializados, seja para a docência, seja para a gestão de empreendimentos econômicos, científicos e culturais;
- II. Incremento progressivo da pós-graduação *Stricto sensu*, como instrumento de viabilização de atividades de pesquisa mediante a abertura gradual de novos cursos de mestrado alinhados às vocações da FAMAZ;
- III. Articulação entre a expansão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação e a implantação de programas de iniciação científica e de monitoria para os alunos dos cursos de graduação;
- VI. Criação e manutenção de núcleos interdisciplinares de estudos e pesquisas, com infraestrutura própria de pesquisadores e de aparelhamento técnico-científico correspondente.

A integração entre a Graduação e a Pós-Graduação objetiva capacitar, metodologicamente, os alunos para o processo de iniciação científica e para o exercício profissional. Neste sentido, a Pós-Graduação articula-se com a Graduação por meio de estreita vinculação e interlocução com as coordenações didático-pedagógicas.

A Política para a Pós-Graduação deve obedecer, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- I. Desenvolvimento do conhecimento científico, com profundo relacionamento com o exercício profissional;
- II. Busca da excelência e aproximação da FAMAZ com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, nos projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, sempre respeitando os princípios da ciência e dos avanços tecnológicos;
- III. Valorização da formação acadêmica dos docentes, entendendo-os como agentes na consolidação da pesquisa, enquanto fator de qualidade e diferencial das instituições de educação superior.

Neste sentido, a FAMAZ tem como compromisso institucional oferecer Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* nas áreas de Educação Superior, visando a contribuir com as interfaces das políticas institucionais de *ensino e pesquisa*, assim como na formação continuada dos egressos, bem como possibilitar a integração desses dois níveis educacionais – Graduação e Pós-graduação.

1.2.2 Políticas Institucionais de Pesquisa/Iniciação Científica

A política institucional que orienta a pesquisa/iniciação científica na FAMAZ, aplicada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e nos demais cursos da IES, encontra-se em consonância com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Neste sentido, as políticas para o desenvolvimento da pesquisa e da iniciação científica têm como elo a associação do ensino e da extensão com o objetivo maior de ampliar e renovar o aprofundamento dos conhecimentos ministrados nos cursos.

A pesquisa/ iniciação científica e a produção científica na FAMAZ buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, como forma de assegurar a análise, a compreensão e a intervenção na realidade, voltadas para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico. Essas atividades estão comprometidas com a melhoria qualitativa do ensino implantado nas diferentes áreas do saber.

A política de pesquisa/ iniciação científica implantada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ se assenta na percepção de que a investigação científica não é somente instrumento de fortalecimento do ensino, mas também, e, sobretudo, é um meio de renovação do conhecimento.

A FAMAZ reconhece no desenvolvimento da pesquisa/iniciação científica um valioso instrumental pedagógico. A participação em projetos de pesquisa/ iniciação científica tem importante papel na formação do aluno, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional adaptável e com suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes.

A realização das atividades de pesquisa/iniciação científica no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é incentivada por meio de diversos mecanismos institucionais.

A FAMAZ oferece subsídios para viabilizar a execução dos projetos de pesquisa/iniciação científica apresentados pelos docentes, favorecendo desde a disponibilização de infraestrutura para a realização da pesquisa até o seu apoio financeiro.

Para o corpo discente, a FAMAZ oferece bolsas de pesquisa/iniciação científica. Considerando que a oferta de bolsas não alcança a todos os alunos inscritos, a FAMAZ

incita a participação voluntária, consubstanciada em mecanismos de divulgação dos trabalhos realizados: publicação e apresentação em eventos científicos.

A pesquisa e a iniciação científica são desenvolvidas no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, ao qual estão vinculados os professores, ficando sob a coordenação imediata do responsável pela execução e sob a supervisão do gestor do órgão responsável pelo acompanhamento das ações.

Os objetivos iniciais das linhas de pesquisa do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ foram definidos com base no alcance de competências e habilidades gerais propostas pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia* (Resolução CNE/CES nº 3/2002)

- Constituir-se em um grupo multiprofissional ligado à *atenção à saúde* nas diferentes etapas do desenvolvimento humano;
- Contribuir para sistemas formadores de recursos humanos, permitindo a *educação permanente* do corpo docente e discente da FAMAZ;
- Treinar e desenvolver habilidades e competências para docentes e discentes frente ao desenvolvimento de pesquisas que envolvam as temáticas relacionadas a educação e saúde;
- Estimular a reflexão ética na prática de saúde considerando os três pilares: *assistência, ensino e pesquisa*;
- Desenvolver estudos e pesquisas acerca da qualidade de vida de cuidadores;
- Contribuir com pesquisas e assessoria na área ambiental.

Com a definição dessas linhas de pesquisa, objetiva-se despertar no acadêmico o interesse para a prática investigativa, fomentando a formação de novos pesquisadores e, com isso, a proposição de ações transformadoras da realidade social, para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

1.2.3 Políticas Institucionais de Extensão

A FAMAZ reconhece que a articulação entre a Instituição e a sociedade por meio da extensão é um processo que permite a transferência para a sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e pesquisa. Por outro lado, a captação das demandas e necessidades da sociedade permite orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Esse processo estabelece relação dinâmica entre a Instituição e seu contexto social.

Os serviços de extensão desenvolvidos pelos cursos de graduação ofertados pela FAMAZ devem atender às seguintes características:

- I. Atendimento à comunidade, diretamente ou em parceria com instituições públicas e particulares, levando em consideração as características locais e regionais, especialmente, Belém e sua Região Metropolitana;
- II. Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- III. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional e da integração latino-americana;
- IV. Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- V. Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- VI. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- VII. Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica;
- VIII. Cursos abertos às comunidade social e acadêmica;
- IX. Articulação e integração com os projetos de pesquisa e os cursos e programas de graduação e pós-graduação;
- X. Envolvimento dos alunos em atividade assistenciais, na sua área de estudos, sob a supervisão ou coordenação docente.

No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental , a prática da *Extensão* segue as diretrizes descritas no PDI e consiste em atividade desenvolvida e articulada em cinco eixos, distintos e complementares, com os quais formalizam a conjunção entre o ensino e a pesquisa/ iniciação científica:

- I. **Primeiro eixo:** compreende os eventos culturais, técnicos e científicos, com destaque para os grandes seminários anualmente realizados, com a presença de cientistas, juristas, políticos, escritores e professores, nacionais e internacionais. Incluem-se aqui também os eventos da FAMAZ que visam ao aperfeiçoamento dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, voltados também para a comunidade em geral, como os ciclos de debates, conferências, palestras, concertos, encontros, exposições, fóruns, oficinas e simpósios, dentre outros;
- II. **Segundo eixo:** formado pelos cursos de extensão, de caráter teórico ou prático, de curta, média ou longa duração, nas categorias de iniciação, de atualização, de qualificação/capacitação e de aperfeiçoamento/aprofundamento. Com a oferta destes cursos, pretende-se suprir as necessidades da demanda acadêmica interna (docente, discente e técnico- administrativo) e também da comunidade externa, notadamente a formada pelos egressos da FAMAZ e demais profissionais do mercado;
- III. **Terceiro eixo:** compreende os projetos de atendimento à comunidade, como aqueles

desenvolvidos pelos cursos de graduação.

IV. **Quarto eixo:** envolve os serviços de assessoria e consultoria, possíveis de serem identificados através da referência laboratorial dos cursos, dentro de uma visão multidisciplinar, da qual são englobados as empresas juniores, os laboratórios de informática, o Biotério, dentre outros.

V. **Quinto eixo:** compreende as publicações de interesse acadêmico e cultural, além dos projetos de revistas eletrônicas e outras publicações específicas de cada área.

1.2.4 Monitoria

A monitoria no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental tem como objetivo propiciar formação acadêmica mais ampla e aprofundada ao aluno, incentivar o interesse pela dedicação à docência e à pesquisa bem como ampliar a participação destes nas atividades da Faculdade Metropolitana da Amazônia.

Existem duas modalidades de monitoria trabalhadas no âmbito do curso de graduação em questão: Monitoria não-remunerada (Voluntária) e Monitoria remunerada por bolsa, na qual cabe frisar que esta não gera qualquer tipo de vínculo empregatício entre o aluno e a FAMAZ, devendo o aluno assinar um Termo de Compromisso.

A seleção dos monitores é regida por Edital e acompanhada pelo coordenador do curso acompanhado pelo setor responsável pela monitoria, pelo coordenador do curso e pelo professor da disciplina após ser aprovado em todos os critérios utilizados na seleção, com base nos Planos de Atividades e na Lista de Oferta do semestre letivo.

O monitor selecionado participa, juntamente com o professor, de tarefas condizentes com o seu grau de conhecimento e experiência: no planejamento das atividades, na preparação de aulas, no processo de avaliação e orientação dos alunos, na realização de trabalhos práticos e experimentais. As atividades do monitor obedecem à programação elaborada pelo professor responsável sempre sob sua supervisão e são submetidas à aprovação do professor responsável pelas atividades de monitoria e pela Coordenação do Curso.

O horário de exercício das atividades de monitoria não se sobrepõe e/ou interfere nos horários das disciplinas nas quais o aluno está matriculado ou em outras atividades necessárias à sua formação acadêmica, bem como a jornada não ultrapassa 60 horas mensais.

A frequência mensal do monitor é encaminhada pelo aluno ao setor responsável pela monitoria, sob anuência do professor responsável da disciplina sendo

registrado em seu formulário apropriado, segundo calendário relativo ao período, sendo em seguida encaminhada à coordenação do Curso.

Ao final do semestre letivo, tanto monitor quanto professor, entregam ao setor responsável pelas atividades da monitoria um relatório expondo os pontos positivos e negativos da monitoria, contendo o preenchimento do Relatório de Atividades de Monitoria que é encaminhado à coordenação do curso.

1.2.5 Parcerias institucionais

A FAMAZ mantém parcerias com entidades e instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais, buscando o pleno desenvolvimento das atividades práticas e do estágio curricular supervisionado, a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico e tecnológico e associações de classe, vislumbrando a cooperação científica, técnica, tecnológica, pedagógica e a ampliação e a diversidade dos cenários de aprendizagem para os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental .

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso atendem às exigências da formação de competências intelectuais profissionais especializadas (conhecimentos, habilidades e hábitos), conforme as normas específicas para a educação profissional em nível superior, especialmente, as constantes da Resolução nº 3/2002, dos Pareceres 436/2001, 29/2002 277/2006, todos da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e a Portaria MEC nº 10/2006, que institui o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

Amparadas nessas considerações o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ exhibe como *objetivos gerais*:

- Formar tecnólogos em Gestão Ambiental aptos para planejar, gerenciar e executar as atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas mitigadoras – corretivas e preventivas – recuperação de áreas degradadas, acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental; regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, avaliação de conformidade legal, análise de impacto ambiental, elaboração de laudos e pareceres são algumas das atribuições desse

profissional; elaborar e implantar, ainda, políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim para, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

Na operacionalização desses objetivos gerais, temos os seguintes *objetivos específicos*:

- Formar cidadãos e profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, especialmente, na região amazônica.;
- Desenvolver competências e habilidades para as atividades de planejamento, gerenciamento e controle em gestão ambiental;
- Propiciar ao educando embasamento teórico e prático referente aos conhecimentos, habilidades, planejamento industrial e atitudes necessárias ao melhor desempenho das atividades executadas nas empresas ou organização (governamentais ou não governamentais) voltadas para o meio ambiente;
- Desenvolver programas e projetos em educação ambiental, com o envolvimento de alunos, sob a supervisão docente, nas atividades de iniciação científica e de extensão;
- Favorecer modelos de gestão inovadoras na área e resolver situações com flexibilidade, adaptabilidade diante de problemas detectados e respaldado na legislação ambiental;

1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ está coerente com a justificativa e os objetivos do curso, o referencial teórico-metodológico expresso nos projetos institucionais (PPI e PDI), com o proposto pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), inclusive as competências especificadas no eixo tecnológico em Ambiente e Segurança, e, sobretudo, às necessidades atuais do mercado local.

Assim, o curso pretende formar o tecnólogo em Gestão Ambiental em condições de:

- I. Planejar, gerenciar e executar as atividades de diagnóstico, avaliação de impacto, proposição de medidas corretivas e preventivas de recuperação de áreas degradadas;
- II. Acompanhar e monitorar a qualidade ambiental no meio em que atuar profissionalmente;
- III. Promover ações de regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente;

- IV. Desenvolver projetos de avaliação de conformidade legal, análise de impacto ambiental;
- V. Elaborar relatórios, laudos e pareceres sobre impactos ambientais e outros requeridos pelos órgãos governamentais;
- VI. Elaborar e implantar políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim para, a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza;
- VII. Usar o raciocínio lógico e a reflexão crítica para a compreensão da realidade sociopolítica, na elaboração de projetos e programas voltados ao meio ambiente, entendendo a gestão como manifestação das exigências do corpo social;
- VIII. Empreender ações, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas modificações;
- IX. Diagnosticar as potencialidades existentes de atendimento à empresas que atuem com o meio ambiente, principalmente para sua gestão estratégica, incluindo o capital humano, a realidade local e regional e as estruturas físicas e institucionais;
- X. Identificar ações antrópicas e suas relações com os aspectos ambientais;
- XI. Identificar as técnicas de análise e de controle ambiental;
- XII. Interpretar e aplicar a legislação ambiental;
- XIII. Definir os aspectos, impactos e riscos ambientais relacionados ao contexto empresarial;
- XIV. Ter domínio sobre os processos para certificação;
- XV. Realizar auditorias ambientais;
- XVI. Realizar consultoria em gestão ambiental empresarial.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental está organizado pela modalidade seriado semestral com carga horária total de 1680 horas, e tempo mínimo de integralização, de dois anos, e máximo, de quatro anos letivos, desenvolvido em estrutura curricular modular (Módulos I, II, III e IV), durante 20 semanas/semestre, atendendo à Resolução CES/CNE nº 3/2002, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria nº 10/2006) e aos Eixos Tecnológicos instituídos pelo Parecer 277/2006.

A organização da estrutura curricular em módulos (Tabela 15) garante flexibilidade (certificação por módulos e aproveitamento de competências), contextualização, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a

prática, possibilitando a aquisição de competências profissionais, a compreensão do processo tecnológico e incentivando o desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Nos parágrafos a seguir será relatada a composição dos módulos I, II, III e IV, os quais totalizam a carga horária total do curso de 1.680 horas (Tabela 16).

No **Módulo I**, com a Certificação de Qualificação em Assessor de Gestão em Meio Ambiente que é fundamentada pelas disciplinas de Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania (com 40 horas); Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável (80 horas), Ecologia e Educação Ambiental (80 horas); Estatística (80 horas); Conservação Biológica (80 horas) e Projeto Integrador I (40 horas), totalizando 400 horas, sendo 360 horas teóricas e 40 horas práticas), num total de 20 aulas semanais.

As componentes curriculares correspondentes ao **Módulo II**, no qual o aluno aprovado receberá Certificação de Qualificação em Assessor de Técnico Ambiental, são: Gestão Organizacional (40 horas); Análise Ambiental e Técnicas de Controle da Poluição Ambiental (80 horas); Sistemas de Informação Geográfica e Softwares Ambientais (80 horas); Técnicas de Conservação dos Recursos Florestais (80 horas); Legislação Ambiental (80 horas) e Projeto Integrador II (40 horas), totalizando 400 horas aulas semestrais, distribuídas em 20 horas semanais. Nota-se aqui que a disciplina Sistemas de Informação Geográfica e Softwares Ambientais possui 80 horas, distribuídas em 40 horas teóricas e 40 horas práticas, em virtude de necessitar, além das aulas tradicionais, de aulas em laboratório e em campo, sendo o processo de aprendizado favorecido com o uso de equipamentos específicos (GPS) e softwares ambientais relacionados à disciplina (TerraView, ArcGis, TrackMaker, etc.), os quais a instituição disponibiliza aos alunos.

No **Módulo III** é conferido ao aluno a Certificação de Qualificação em Gestor de Planejamento e Projetos Ambientais a partir do êxito nas disciplinas de Planejamento em Projetos Ambientais (80 horas); Saneamento Ambiental (80 horas); Análise de Investimentos Ambientais (80 horas); Impactos Ambientais e Sustentabilidade de Ecossistemas (80 horas), Política Ambiental para a Região Amazônica (40 horas) e Projeto Integrador III (40 horas práticas), perfazendo 400 horas semestrais.

No **Módulo IV**, os alunos integralizam mais 400 horas semestrais, divididas em 20 aulas semanais das disciplinas de Programas de Gestão Ambiental nas Empresas (40 horas); Gerenciamento de Bacias Hidrográficas (80 horas); Manejo e Gerenciamento de Resíduos (80 horas); Auditoria e Certificação Ambiental (80 horas); Processos de Avaliação de Impacto Ambiental – EIA – RIMA (80 horas) e Projeto Integrador IV (40 horas) e recebem a Certificação de Qualificação em Gestor da Qualidade Ambiental.

Tabela 15. Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

MÓDULO I - PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	40	40	0	2
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	80	80	0	4
ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
ESTATÍSTICA	80	80	0	4
CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR I	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo I	400	360	40	20
MÓDULO II - SEGUNDO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
GESTÃO ORGANIZACIONAL	40	40	0	2
ANÁLISE AMBIENTAL E TÉCNICAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E SOFTWARES AMBIENTAIS	80	40	40	4
TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS	80	80	0	4
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR II	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo II	400	320	80	20
MÓDULO III - TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PLANEJAMENTO EM PROJETOS AMBIENTAIS	80	80	0	4
SANEAMENTO AMBIENTAL	80	80	0	4
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	80	80	0	4
IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE DE ECOSISTEMAS	80	80	0	4
POLÍTICA AMBIENTAL PARA A REGIÃO AMAZÔNICA	40	40	0	2
PROJETO INTEGRADOR III	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo III	400	360	40	20
MÓDULO IV - QUARTO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS	40	40	0	2

GERENCIAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	80	80	0	4
MANEJO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	80	80	0	4
AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA – RIMA	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR IV	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo IV	400	360	40	20

Tabela 16. Carga Horária Total do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

Módulos	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
Disciplinas do Módulo I*	360	360	0	18
Disciplinas do Módulo II*	360	320	40	18
Disciplinas do Módulo III*	360	360	0	18
Disciplinas do Módulo IV*	360	360	0	18
Projeto Integrador I	40	-	40	02
Projeto Integrador II	40	-	40	02
Projeto Integrador III	40	-	40	02
Projeto Integrador IV	40	-	40	02
Atividades Complementares	80	-	80	-
CARGA HORÁRIA TOTAL	1.680	1.400	280	80

* A carga horária total aqui referida como correspondente aos Módulos I, II, III e IV, exclui as horas destinadas ao desenvolvimento das disciplinas Projeto Integrador I, II, III e IV.

Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso em tela está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 03/2007.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

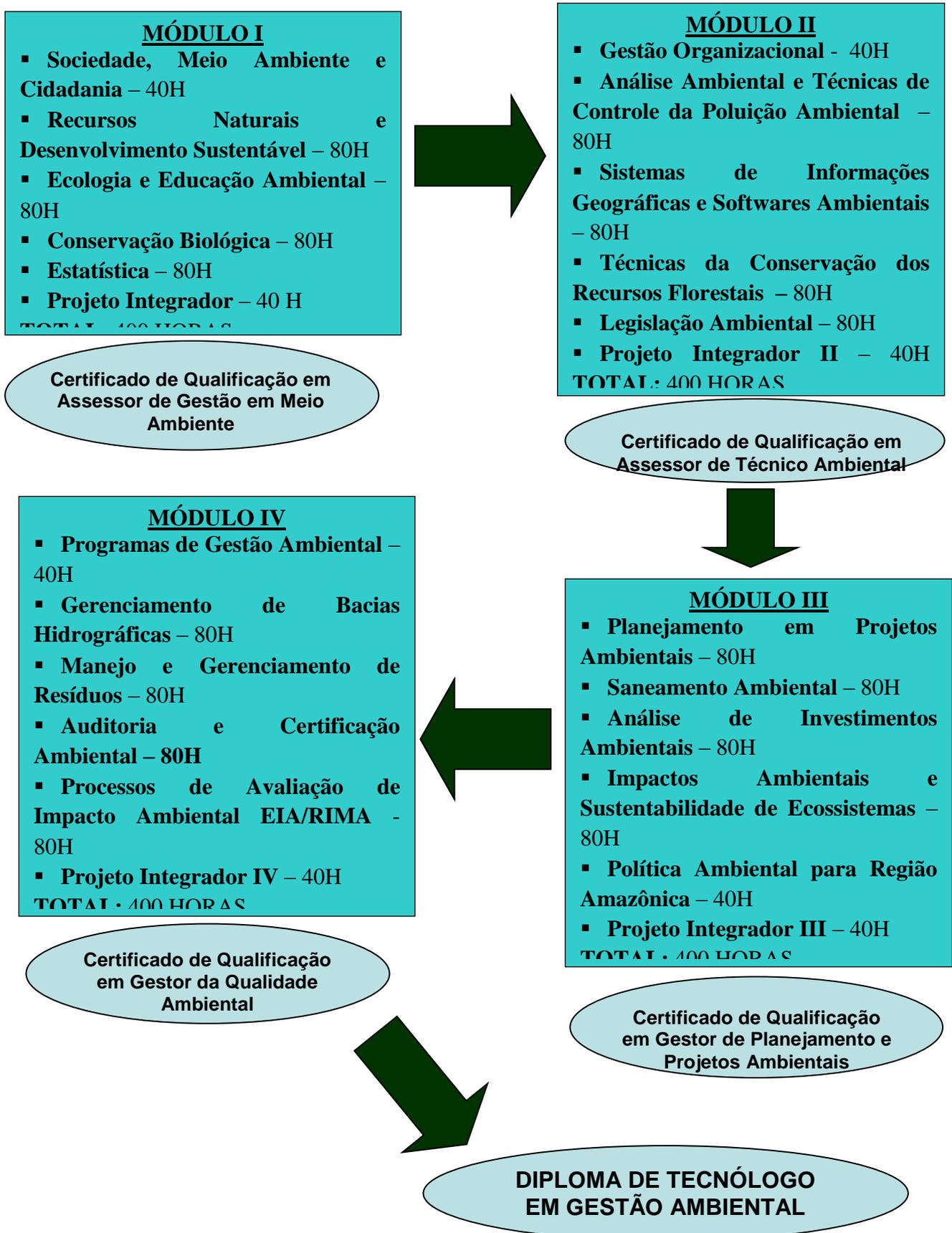
As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos. Elas terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividades supervisionadas orientadas.
- Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclases e supervisionadas, estão contidas dos Planos de Ensino das disciplinas, bem como são descritas, detalhadamente, pelos docentes aos alunos, nas aulas iniciais de cada disciplinas, e registradas no sistema acadêmico da FAMAZ.

Encontra-se na Figura 01, abaixo, a representação esquemática da matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Figura 01. Representação Esquemática da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.



Certificação Intermediária de Desenvolvimento de Competências

O curso apresenta no seu primeiro módulo uma base preparatória para os demais períodos de modo a garantir ao aluno, a cada módulo, uma certificação específica. A estrutura curricular modular é uma forma inovadora de organizar currículos que possibilita flexibilidade e dinamismo ao currículo e proporciona a melhor integração do conhecimento.

Desta forma, quando o aluno do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental conclui com aproveitamento um módulo do curso, este receberá uma certificação intermediária de desenvolvimento de competências relativas às disciplinas daquele módulo. Assim, o aluno poderá obter quatro certificados emitidos semestralmente (conforme Tabela 17), antes de concluir todo o curso, podendo utilizar estas certificações para ocupar vagas oriundas de oportunidades de estágio ou de emprego, como também para galgar novas posições na empresa ou corporação em que já trabalhe.

Tabela 17. Certificações Tecnológicas parciais previstas no Curso Superior de Tecnologia da FAMAZ. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

CERTIFICAÇÃO TECNOLÓGICA PARCIAL POR SEMESTRE			
MÓDULO	ÊNFASE DA CERTIFICAÇÃO	TITULAÇÃO/CBO	COMPETÊNCIAS/HABILIDADE RELATIVAS AO MÓDULO
Módulo I	Certificação de Qualificação em Assessor de Gestão em Meio Ambiente	Assessor de Diretoria CBO (25235.05)	O assessor reforça e incentiva os programas para preservar e renovar os recursos naturais do solo, do ar, da água e da flora e fauna, melhorando assim as condições de vida. Promover os princípios de bom governo e boa cidadania.
Módulo II	Certificação de Qualificação em Assessor de Técnico Ambiental	Técnico Ambiental CBO (3212.10)	Elaboram, participam da elaboração e implementam política de saúde e segurança no trabalho (sst); realizam auditoria, acompanhamento e avaliação na área; identificam variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Desenvolvem ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho; participam de perícias e fiscalizações e integram processos de negociação. Participam da adoção de tecnologias e processos de trabalho; gerenciam documentação de sst; investigam, analisam acidentes e recomendam medidas de prevenção e controle.

Módulo III	Certificação de Qualificação em Gestor de Planejamento e Projetos Ambientais	Gerente de Planejamento e Novos Projetos CBO (1426.05)	Definem política institucional; planejam atividades; administram e captam recursos para projetos sociais e culturais. Fomentam ações culturais na comunidade; administram acervos, orientam a elaboração de projetos; coordenam equipes de trabalho e definem política de recursos humanos.
Módulo IV	Certificação de Qualificação em Gestor da Qualidade Ambiental	Analista de Controle de Qualidade CBO (3912.10)	Analisam o ambiente econômico; elaboram e executam projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, entre outros. Participam do planejamento estratégico e de curto prazo e avaliam políticas de impacto coletivo para o governo, ONG e outras organizações. Gerem programação econômico-financeira; atuam nos mercados internos e externos; examinam finanças empresariais. Podem exercer mediação, perícia e arbitragem.

Conforme previsto no Decreto nº. 5.626, publicado no D.O.U de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002, acerca da *Língua Brasileira de Sinais - Libras* e o art. 18 da Lei nº. 10.098/2000, a Disciplina *Libras* está inserida na estrutura curricular do curso como disciplina optativa, com carga horária de 60 horas, sendo oferecida no 8º período do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ.

Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso em tela está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental , Presencial, estão

plenamente adequados às *Diretrizes Curriculares Nacionais* definidas na Resolução CNE/CES nº 2/2002, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos. Eles terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 minutos de exposição e 10 minutos de atividade extraclasse.
- Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 minutos de atividades práticas e 10 minutos de atividade extraclasse.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Estágios supervisionados: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclasse, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

O CST em Gestão Ambiental da FAMAZ atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 03/2002, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais dos Cursos de Tecnologia, é estruturado em período modulares e organizado em dois núcleos articulados e perpassados por um Eixo de Interação/Integração, na perspectiva da construção do trabalho científico e das práticas de formação, enriquecidos por atividades complementares abrangentes e culturais; contemplando conteúdos dos dois núcleos de fundamentos, específicos e práticos.

Os conteúdos curriculares quanto ao Núcleo de Fundamentos e Humanidade, para a formação do técnico são: os conteúdos de ciências biológicas das disciplinas que fornecem o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. No Núcleo da Humanidade, abre-se alternativa para o estudo de conteúdos cultural, filosófico e de linguagem, a partir de disciplinas como Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania, com ênfase no disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01/2004).

As Linguagens básicas compõem para completar a fundamentação da formação

do Tecnólogo em Gestão Ambiental nas diferentes manifestações da produção humana. A oferta de conteúdos com referência humana e social visa contribuir na formação e aperfeiçoamento da habilitação profissional do egresso.

A inserção no currículo das disciplinas do Núcleo de Fundamentos e Humanidade (Tabela 18) permitirá ainda o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental atender peculiaridades locais e regionais e atualidades pertinentes à sua área de atuação.

Tabela 18. Disciplinas do Núcleo de Fundamentos e Humanidade. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

Disciplinas do Núcleo de Fundamentos e Humanidade
<i>Sociedade, Meio Ambiente e Cidadania</i>
<i>Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável</i>
<i>Ecologia e Educação Ambiental</i>
<i>Estatística</i>
<i>Conservação Biológica</i>

Os conteúdos curriculares constituídos do Núcleo de Conteúdos Específicos são os conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades. No Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental deverão ser estudados os conteúdos de ciências ambientais visa à inserção das disciplinas que possuam caráter que contribuam para a formação global do estudante do curso. Conteúdos de ciências da saúde compor-se-á das disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional na área da saúde do meio ambiente, composto pelas disciplinas descritas na Tabela 19.

Tabela 19. Disciplina do Núcleo de Conteúdos Específicos. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2012.

Disciplinas do Núcleo dos Conteúdos Específicos
<i>Gestão Organizacional</i>
<i>Análise Ambiental e Técnicas de Controle da Poluição Ambiental</i>
<i>Sistemas de Informações Geográficas e Softwares Ambientais</i>
<i>Técnicas de Conservação de Recursos Florestais</i>
<i>Legislação Ambiental</i>
<i>Planejamento em Projetos Ambientais</i>
<i>Saneamento Ambiental</i>
<i>Análise de Investimentos Ambientais</i>
<i>Impactos Ambientais e de Sustentabilidade de Ecossistemas</i>
<i>Política Ambiental para a Região Amazônica</i>
<i>Programas de Gestão Ambiental</i>
<i>Gerenciamento de Bacias Hidrográficas</i>
<i>Manejo e Gerenciamento de Resíduos</i>
<i>Auditoria e Certificação Ambiental</i>
<i>Processos de Avaliação de Impactos Ambientais – EIA/RIMA</i>

1.7 METODOLOGIA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental tem como regime o seriado semestral com 20 semanas letivas, visando preparar profissionais aptos a exercerem as funções requeridas, com visão integral dos aspectos a eles relacionados, tais como: tendências do mercado global; novas tecnologias; impactos ambientais; tendo em vista as inovações tecnológicas introduzidas, as mudanças nos processos e as crescentes exigências por parte das sociedades e governo.

Para tanto, parte-se da premissa de que o conhecimento se produz por meio do processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a organização curricular do curso.

Neste sentido, o presente projeto adota a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos a fim de dar conta de situações e/ou problemas sociais e de saúde. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos discentes do curso a partir de problemas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar.

Os princípios pedagógicos aqui desenvolvidos são pautados nos quatro pilares da educação para o século 21 - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a ser e Aprender a Viver juntos.

- Aprender a conhecer – tem a ver com o prazer da descoberta, da curiosidade, de compreender, construir e reconstruir o conhecimento;
- Aprender a fazer – valoriza a competência pessoal que capacita o indivíduo a enfrentar novas situações de emprego, a trabalhar em equipe, em detrimento da pura qualificação profissional;
- Aprender a ser – diz respeito ao desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade e iniciativa.
- Aprender a viver junto – significa compreender o outro, ter prazer no esforço comum, participar em projetos de cooperação;

A metodologia do processo ensino-aprendizagem assim delineada deve buscar:

- Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individual e coletiva de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extra-classe para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;
- Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- Valer-se da Internet como ferramenta de multiplicação do saber.

Assim, são Diretrizes Metodológicas:

- Formação como resultada da articulação entre conteúdos, competências e habilidades adquiridas e/ou desenvolvidos durante o curso;
- Proposta pedagógica está centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem;
- Aprender de forma autônoma e contínua;
- Produzir e divulgar novos conhecimentos, tecnologias, serviços e produtos;
- Empreender formas diversificadas de atuação profissional;
- Atuar inter/multi/transdisciplinarmente;
- Comprometer-se com a preservação da biodiversidade no ambiente natural e construído, com sustentabilidade e melhoria da qualidade da vida;
- Pautar-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional;
- Buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio ao agir profissionalmente.

A metodologia de ensino-aprendizagem do curso em tela é centrada no aluno como sujeito da aprendizagem, visando prepará-lo para a autoeducação permanente, num mundo de constante renovação da ciência, tendo o professor como mediador da formação acadêmica.

O professor deve estabelecer condições para que o aluno, por si mesmo, faça a redescoberta das relações de constituição da realidade, no sentido de buscar a construção do conhecimento. Dessa forma, espera-se o envolvimento do aluno, por ser ele o protagonista de sua formação. Sintetizando, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ adotará a metodologia emancipatória, transformadora e

investigativa, que tem a integração teoria e prática como elemento nuclear do processo ensino-aprendizagem.

Os núcleos de conteúdos são ministrados em diversas formas de organização, observando o interesse do processo pedagógico e a legislação vigente. Esses núcleos poderão ser dispostos, em termos de carga horária absoluta e de seus respectivos planos de ensino, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- Participação em aulas práticas e teóricas;
- Participação em palestras e encontros técnicos;
- Utilização de sistemas computacionais para fins específicos;
- Consultas à biblioteca e sites de interesse específico;
- Viagens de estudos técnicos;
- Visitas técnicas;
- Pesquisas temáticas e bibliográficas;
- Projetos de pesquisa e extensão;
- Participação em simpósios, encontros, congressos, seminários, fóruns de discussões, etc.

A metodologia para desenvolver as atividades do curso está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, assim como com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais de Tecnologia, principalmente quando destaca as seguintes diretrizes metodológicas:

I – A articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve em consideração o perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido;

II – As atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do educador, de forma integrada e interdisciplinar;

III – A implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

IV – A definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Gestor Ambiental;

V – O estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos por favorecerem a discussão e as

relações interpessoais;

VI – A valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no educador atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Coordenação do curso e o NDE, em consonância com o Colegiado de Curso, e amparados pelo disposto no Parecer CNE/CP nº 29/2002, de 03 de dezembro de 2002, decidiu pela não inclusão do Estágio Curricular Supervisionado.

Esta decisão não confere prejuízos ao corpo discente, pois os componentes curriculares garantem as vivências práticas integradas às fundamentações teóricas, permitindo o pleno desenvolvimento das competências profissionais tecnológicas.

1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Neste sentido, o Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental inclui no seu currículo, obrigatoriamente, o cumprimento de 80 horas de atividades práticas complementares realizadas desde o primeiro módulo do Curso, as quais pretendem ampliar os conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular em sentido estrito, permitindo, ainda, de forma mais efetiva a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade necessárias ao profissional do século XXI.

As atividades complementares desenvolvidas ao longo do curso são reunidas em três grupos específicos, conforme regulamento específico:

- Grupo I: aluno adquire conhecimentos extracurriculares;
- Grupo II: aluno participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário de atividades de extensão, de pesquisa e de ensino;
- Grupo III: aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios.

As atividades do Grupo I compreendem: disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da Instituição e não computados como disciplinas optativas; congressos e seminários (com duração superior a um dia) assistidos e comprovados com certificação

e/ou declaração; cursos de extensão realizados; vídeos sobre temas das áreas específicas, entre outras atividades.

As atividades do Grupo II compreendem: exercício de monitoria; participação em pesquisas institucionais; participação em programas de assistência não computados na carga horária do Estágio Curricular; realização de estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular; participação em representações teatrais de peças que abordem temas do curso, entre outros.

As atividades do Grupo III compreendem: artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros; apresentação em eventos científicos de trabalhos relacionados ao curso; participação em concursos de monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso, entre outros.

As normas e operacionalizações de atividades complementares seguem regimento próprio de atividades complementares da FAMAZ, a Resolução COSUP nº04/2009, que envolvem temas de acordo com as unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, que não se confundem com o estágio curricular supervisionado.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta as Atividades Complementares da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), estabelecendo a forma de realização das atividades complementares, passando, doravante, a ser parte integrante das normas dos currículos dos cursos de graduação da FAMAZ.

Parágrafo único. Observar o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, que preconiza:

“Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.”

Art. 2º - As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, desenvolvidas durante todo o curso de graduação (bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia), que possibilitam o

reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências desenvolvidas pelo aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 3º - São objetivos das atividades complementares:

I – Promover a flexibilização curricular nos cursos de graduação.

II - Propiciar o enriquecimento curricular, ampliando os horizontes do conhecimento.

III - Diversificar as temáticas abordadas nos cursos de graduação, assim como possibilitar o aprofundamento interdisciplinar.

IV - Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais, étnicas e de gênero.

V – Desenvolver ações de responsabilidade social e ambiental no contexto dos cursos de graduação.

Art. 4º - As atividades complementares estão reunidas nos seguintes grupos:

Grupo I: aluno adquire conhecimentos extracurriculares;

Grupo II: aluno participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de investigação científica e ensino;

Grupo III: aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios.

Grupo IV: aluno desenvolve atividades relacionadas com responsabilidade social, ambiental, cultural, artística e esportiva.

Art. 5º - As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer período do curso de graduação.

Parágrafo único: O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no Art. 10 desta Resolução.

Art. 6º - A carga horária mínima de atividades complementares será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação, segundo os preceitos da Resolução CNE/CES Nº 02/2007, da Resolução CNE/CES Nº 04/2009 e das Resoluções CNE/CES que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Saliencia-se que a carga horária mínima definida no PPC é imprescindível para a integralização curricular e, conseqüentemente, para a colação de grau.

Parágrafo único. A contabilização da carga horária de cada atividade complementar observará o proposto na tabela apresentada no Art. 10 desta Resolução, sendo vedado o cômputo concomitante ou sucessivo, como atividade complementar, de atividades consideradas para a concretização da carga horária exigida para a prática das graduações (ex: núcleo de prática jurídica), e para a elaboração e defesa da monografia de final de curso.

Art. 7º - Para a integralização da carga horária mínima o discente deverá validar, pelo menos, três atividades em categorias distintas das atividades complementares.

Art. 8º - As atividades complementares serão validadas pela Coordenação ou Colegiado do Curso de Graduação, após exame de sua compatibilidade com os fins do referido curso de graduação.

Parágrafo 1º. A validação da atividade complementar será requerida pelo aluno interessado no protocolo da FAMAZ, com a devida comprovação constante na tabela do Art. 10 desta Resolução.

Parágrafo 2º. Deferido o requerimento de validação, o Coordenador do Curso de Graduação encaminhará comunicação à Secretaria Acadêmica, para averbação da atividade complementar, com informação do tipo e do total correspondente de horas, podendo o aluno requerer a declaração respectiva.

Art. 9º - O aproveitamento da carga horária seguirá os seguintes critérios:

- a) Cada 20 (vinte) horas assistidas em quaisquer atividades do Grupo I equivalem a 1 (um) crédito.
- b) Cada atividade do Grupo II, realizada durante 1 (um) semestre letivo, equivale a 4 (quatro) créditos.
- c) Cada atividade do Grupo III equivale a 5 (cinco) créditos.
- d) Cada atividade do Grupo III equivale a 5 (cinco) créditos.

Parágrafo único: Para fins de aproveitamento da carga horária será aplicado o conceito de crédito acadêmico com a equivalência de um crédito igual a 12 horas.

Art. 10 - Ficam estabelecidas as seguintes modalidades e os respectivos requisitos e documentação comprobatória para o aproveitamento das atividades complementares:

Atividades	Requisitos e Documentação
Seminários integrados, Disciplinas optativas e Estudos	Aprovação na disciplina.

Dirigidos que constam do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação e dos Planos de Ensino-Aprendizagem.	Avaliação positiva nos seminários e nos estudos dirigidos.
Disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da FAMAZ e não computadas como disciplinas optativas.	Aprovação nas disciplinas.
Congressos e Seminários (com carga horária mínima de oito horas) assistidos e comprovados com certificação e/ou declaração do evento.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
Cursos de Extensão.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
Vídeos sobre temas da área específica assistidos.	Apresentação de relatório.
Exercício de Monitoria em disciplina do Curso de graduação matriculado.	Relatório do professor orientador.
Participação em Investigações Científicas Institucionais.	Relatório do professor orientador.
Participação em Programas de Assistência não computados na carga horária do Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Atestado de participação no programa e apresentação de relatório.
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Atestado de realização do estágio e apresentação do relatório.
Participação em representações teatrais de peças que abordem temas do PPC.	Apresentação de relatório.
Artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros.	Artigos ou Capítulos publicados.
Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso de Graduação.	Certificado de participação e trabalho apresentado.
Participação em Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada.
Membro de Diretoria de Associações Estudantis,	Declaração, contendo o tipo de

Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura).	atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização.
Participação em Atividades Sócio-culturais, Artísticas e Esportivas (coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização.
Empresa Júnior ou projetos similares.	Declaração da Instituição e ou Organização promotora.
Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSIPS, ONGS, Projetos Comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização.
Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Graduação como Atividade Complementar.	Comprovante do Colegiado do Curso de Graduação.

Art. 11 - Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação, com recurso, em instância final, para o Conselho Superior da FAMAZ.

Art. 12 - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Nesse contexto, onde a formação é percebida como processo permanente e autônomo, constitui condição imperativa a criação de um conjunto de atividades complementares, desenvolvidas ao longo do curso.

As atividades complementares obedecerão aos seguintes princípios e diretrizes:

- Complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente;
- Complementar a formação social, humana e profissional;
- Estimular as atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- Estimular as atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- Ampliar os horizontes do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula;
- Incentivar a convivência com as diferenças sociais;
- Favorecer a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos.

1.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Parecer CNE/CP nº 29/2002, de 03 de dezembro de 2002, preconiza que para a concessão do Diploma é opcional a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser desenvolvida sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, Performance, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Equipamentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e fins dos cursos, com a carga horária utilizada para este fim, considerada como adicional ao mínimo estabelecido.

Assim, a matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ não prevê a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o computo geral da carga horária do curso, visto que a cada final de módulo é apresentado trabalho final.

1.11 APOIO AO DISCENTE

A Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ tem como prerrogativa o processo educativo que observa o educando como sujeito de autonomia que tem necessidades que precisam ter apoio para o melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais, para isso, a Instituição contará com uma série de serviços de atendimento e apoio ao educando.

O Portal Acadêmico é a ferramenta de tecnologia virtual que permitirá ao aluno acompanhar de toda sua vida escolar, de forma virtual, através no site da Instituição, em qualquer ambiente interno e externo à Instituição e permitirá ainda o contato direto com os diversos departamentos da instituição.

A FAMAZ dispõe em sua estrutura acadêmica de Ouvidoria e de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico ao discente e atividades de nivelamento, em programa sistemático, para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente de todos os seus cursos de graduação. Oferece ainda programa de monitoria, programa de bolsas de iniciação científica e de extensão, programa de bolsas e incentivos acadêmicos.

As diversas formas de atendimento ao discente têm por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos alunos, fornecer subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades, contribuir para o desenvolvimento

da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos e realizar a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes. Desta forma, o apoio ao discente contempla, de maneira excelente, os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

A Instituição garante ainda aos discentes o auxílio pedagógico e financeiro. Além dos coordenadores de cursos que terão um papel importante na condução dos alunos durante sua vida acadêmica.

O Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) é setor responsável pelo atendimento ao aluno que tem como objetivo principal a promoção de ações voltadas ao corpo discente, com vistas no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil profissional do discente.

O setor se rege pelas normas constituídas em regulamento próprio. Os alunos são atendidos, conforme suas necessidades, desde o momento em que ingressam na IES até a conclusão dos estudos. Esse atendimento ao aluno será bem abrangente, envolvendo tanto os aspectos relacionados com o processo ensino-aprendizagem, quanto a outros que dizem respeito à sua movimentação no ambiente acadêmico, ao enriquecimento curricular e a possíveis dificuldades pessoais. Cabe ressaltar a importância do trabalho dos coordenadores de curso que, em conjunto com o corpo docente, estarão sempre atuando para solução ou minimização de problemas que possam interferir no desempenho dos alunos.

O atendimento ao discente praticado na FAMAZ baseia-se seguintes programas e ações: Apoio Psicopedagógico ao Discente; Programa de Nivelamento; Programa de Acompanhamento de Egressos; Fomento à Organização Estudantil; Programas de Apoio Financeiro (bolsas); Programa de Apoio aos Alunos Carentes (Melhor idade; Desconto pontualidade; Concurso de Bolsas; Programa Top Five - em fase de discussão); Bolsas de Iniciação Científica a e de Extensão; Bolsa Monitoria; Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC/TJPA).

A FAMAZ dispõe também do Programa de Acompanhamento de Egressos. A Coordenação de Acompanhamento de Egressos conta com o apoio de vários setores da IES, tais como, a Secretaria Acadêmica, Coordenações de Cursos de Graduação, Núcleo de Apoio ao Docente e Discente e Diretoria Geral.

São disponibilizados, no site da Instituição e no e-mail dos egressos e concluintes,

instrumentos de avaliação contendo questões sobre o curso de graduação realizado, a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação na mesma área de conhecimento ou diversificou sua área de conhecimento inicial em função das necessidades de mercado. As informações sobre a opinião dos egressos e suas sugestões, servem para reorientar a discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e/ou aprimorar as diferentes ações institucionais, tanto no que condiz ao ensino e a estrutura curricular, como às práticas na área da extensão, pós-graduação, e demais atividades da instituição. Também são usados formulários para atualização das informações cadastrais, que compõem a base de dados de egressos, e desencadeiam ações de aproximação de contato direto, contínuo e permanente, por meio de todas as formas de comunicação viáveis e a frequente participação dos egressos em eventos, cursos, atividades e oportunidades de cunho científico, técnico, artístico e cultural promovidas pela FAMAZ.

A IES disponibiliza, bolsas na forma de desconto nas mensalidades: 1. Programa de Apoio aos Alunos: Melhor idade (destinado para candidatos com idade a partir de 50 anos, que ganham bolsa de 50% durante todo o curso); Desconto pontualidade; Concurso de Bolsas; 2. Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão: A IES oferece bolsas de iniciação científica e extensão, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição e 3. Bolsa Monitoria: A IES oferece bolsas monitoria para os alunos que estiverem exercendo a função de monitor.

Nessa perspectiva, atenta à educação de forma ampla, a IES proporciona ao aluno uma constante adaptação de forma a desenvolver a capacidade de autonomia e o senso crítico.

1.11.1 Formas de Acesso

O ingresso de alunos no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é feito mediante processo de seleção. As normas do processo seletivo são fixadas pelo Conselho Universitário (COSUP), com o escopo de assegurar a igualdade de oportunidade a todos os candidatos, com o cumprimento das normas estatutárias e regimentais da FAMAZ e dos regulamentos do MEC e ocorre por meio das formas abaixo descritas:

I. **Processo Seletivo Discente** (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato, com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o

ingresso no curso;

II. **Transferência:** processo seletivo para alunos, regularmente matriculados, em outras instituições de ensino superior – nacional ou estrangeiro, no mesmo curso ou cursos de graduação de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, que deseje ingressar na FAMAZ. A efetivação da transferência depende da observância dos critérios legais, da existência de vaga no curso pleiteado e da análise do currículo, indicando a dispensa ou necessidade de adaptação para integralização da matriz curricular.

III. **Portadores de diploma de nível superior:** Os alunos já graduados na FAMAZ, ou em outra Instituição de Ensino Superior, tem a oportunidade de fazer uma nova graduação, com aproveitamento das disciplinas básicas, cursadas na primeira graduação, sem necessidade de fazer processo seletivo. A efetivação da matrícula dependerá da comprovação da graduação e do cumprimento dos demais requisitos legais.

IV. **FIES/PROUNI:** candidatos pré-selecionados pelo MEC para a IES, que os submete a um processo seletivo próprio, diferente do vestibular, a partir das notas obtidas no ENEM.

V. **ENEM:** O candidato que obteve acima de 450 pontos no Enem nos últimos 4 anos pode solicitar uma vaga em qualquer curso de graduação da IES, exceto Medicina.

O quantitativo de vagas anuais ofertadas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental condiz ao previsto no cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição, previstos no PDI e corresponde de maneira excelente à capacidade do curso no que tange à composição do quadro de corpo docente, condições de infraestrutura do curso (salas de aula; laboratórios didáticos especializados); à oferta de espaços/áreas para as atividades práticas e de estágio curricular supervisionado e também à absorção de novos estudantes.

A avaliação dos candidatos aos cursos de graduação é realizada em 02 (duas) fases, que ocorrem no mesmo dia. A primeira fase, a prova de conhecimentos, é norteada por uma matriz curricular voltada ao desenvolvimento de habilidades e ao domínio de competências adquiridas pelo candidato, sendo enfatizado o princípio da interdisciplinaridade entre as áreas do saber e apresenta 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, igual para todos os cursos de graduação, abrangendo matérias e disciplinas do núcleo comum obrigatório do Ensino Médio, em consonância com a LDB – Lei nº9394/96, Portaria MEC nº 391/2002 e Parecer CP/CNE nº 98/99, em suas áreas de conhecimento correspondentes: Linguagem (Língua portuguesa e Literatura Brasileira); Ciências da Natureza (Física; Química; Biologia); Ciências Exatas (Matemática); Ciências

Sociais (Geografia e História) e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). A segunda fase corresponde à realização de uma redação que terá por finalidade avaliar a capacidade do candidato em produzir um texto dissertativo argumentativo, considerando a organização do pensamento, a criatividade e o domínio da Língua Portuguesa. O Processo Seletivo dos itens é classificatório, sendo, entretanto, eliminado o candidato que obtiver nota zero na prova de conhecimento, na prova de redação ou faltar ao concurso. A classificação é feita na ordem decrescente do resultado final até o limite de vagas ofertadas. Os candidatos classificados, até o limite de vagas, são convocados para a matrícula por meio de listagens disponibilizadas na página eletrônica da FAMAZ.

1.12 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A FAMAZ possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída em consonância com a Lei 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e atos normativos do MEC.

O SINAES se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Para a IES, a auto avaliação tem sido um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro. Tem como principais objetivos: identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior, através da orientação a expansão da oferta; promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade e a autonomia institucionais.

A avaliação da instituição busca fornecer uma visão global sob duplo prisma:

I. O objeto de análise é o conjunto de eixos temáticos (Planejamento e Avaliação Institucionais, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura) e sua correlação positiva com as atividades, objetivos, funções e finalidades da FAMAZ, com foco nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com a missão e visão de futuro institucional.

II. Os sujeitos da avaliação são os docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, egressos, e membros da sociedade civil organizada especialmente convidados ou designados para esta finalidade.

O processo avaliativo da CPA é intrinsecamente integrado ao projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e não se apresenta como uma programação de atividades fechadas, encerradas, pois se delinea e se revê à medida que novas necessidades e reflexões sobre determinados temas exigem novas informações avaliativas, é desenvolvido semestralmente através de um formulário eletrônico onde os estudantes acessam em qualquer lugar e respondem perguntas abertas e fechadas que contemplam todos os princípios norteadores: universalidade; globalidade; igualdade; especificidade; periodicidade; racionalidade: transparência; integração; retribuição e cumulatividade. Após conclusão e análise tais informações são disponibilizadas através do site da instituição assim como a socialização em equipamentos de televisão existentes nas áreas de convivência, e a avaliação docente é realizada de maneira individual para os docentes que compõe a equipe do curso em horário agendado com cada docente.

O Programa de autoavaliação institucional propõe-se dentre outros: elaborar, acompanhar e avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, sequenciais de formação específica e pós-graduação lato sensu, em parceria com os coordenadores de departamentos e coordenadores de cursos; avaliar o corpo acadêmico, bem como o Núcleo de Estágios, a educação à distância, a responsabilidade social e extensão universitária, a pesquisa e a iniciação científica em interface com as áreas; avaliar, atualizar e disseminar o Plano de Desenvolvimento Institucional; avaliar o egresso dos cursos de graduação; manter atualizados o Estatuto e o Regimento com as normas vigentes; estabelecer interface com os órgãos administrativos, com a coordenação de Projetos Sociais e com a pós-graduação *stricto sensu*, recebendo os relatórios anuais oriundos dos projetos de avaliação desenvolvidos nas áreas e articulá-los com as demais áreas acadêmicas e administrativas da instituição; avaliar as ações, resultados e procedimentos da Comissão de Avaliação; orientar, acompanhar e promover as avaliações externas dos cursos e da Instituição; verificar e acompanhar as recomendações oriundas dos processos avaliativos internos e externos, oficiais e do sistema avaliativo próprio; avaliar a satisfação do corpo acadêmico e do corpo discente, docente e técnico administrativo em relação à cadeia de serviços e; orientar e acompanhar as autoavaliações das áreas, consolidando informações e recomendações.

Os resultados da avaliação da instituição e dos cursos de graduação são

amplamente divulgados na comunidade acadêmica (Direção Geral, Órgãos colegiados, Coordenadores(as) de curso de graduação e pós-graduação, gestores de setores administrativos e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, com o objetivo de comparar a situação existente com a situação ideal desejada. O conhecimento dos resultados contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças que devem ser introduzidas a fim de se obter a melhoria desejada.

1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas no processo de ensino e aprendizagem do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental são dirigidas para atender de maneira excelente o corpo docente e discente e permitem executar, de maneira excelente, o projeto pedagógico do curso, garantindo o alcance dos objetivos e do perfil profissional.

A Internet é fator relevante, no que diz respeito à tecnologia avançada e de última geração. É de fundamental importância para a coleta e transmissão de informações, envio de mensagens para o contato com a instituição de ensino.

A FAMAZ, com o objetivo de agilizar os trabalhos dos acadêmicos e professores, disponibiliza os recursos tecnológicos como forma de apoio ao processo pedagógico da instituição, contudo, a IES possui um filtro de conteúdo que é constantemente atualizado, não permitindo acesso a sites de conteúdos inadequados.

A utilização da Internet na forma de contas de e-mail e horas de pesquisa, nos laboratórios e em outros ambientes é gratuita para alunos e professores.

A sala dos professores é equipada com 12 (doze) computadores conectados à internet e os principais softwares de produtividade do pacote Office, além de recursos de apoio como caixas de som e impressora a laser multifuncional em rede local para impressão de documentos relativos às aulas das disciplinas ministradas na FAMAZ, segundo planejamento prévio.

Cada professor recebe uma senha e um e-mail personalizado, que permite ter acesso ao site da Instituição, seu projeto pedagógico, ao seu e-mail e ao banco de dados PROQUEST, a qualquer hora, de qualquer lugar, de qualquer computador com acesso à internet. A partir do acesso gerado, os docentes podem realizar a postagem de material didático eletrônico, de avaliações realizadas e de planos de ensino das disciplinas, bem como o preenchimento de atas de presença em avaliações e relatórios

de conteúdo ministrado, notas e faltas dos discentes diretamente na página eletrônica da IES.

Destaca-se que estão à disposição dos discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental diversos serviços acadêmicos eletrônicos tais como: solicitação de matrícula *on line*, requerimento de cômputo de carga horária de atividades complementares, revisão de provas, solicitação para retificação de falta, requerimentos a serem encaminhados para o Colegiado de Curso, exposição de motivos, solicitação para recebimento de provas, devolução de requerimentos em arquivo, dentre outros.

Além dos 19 (dezoito) equipamentos de rede sem fio de comunicação de alta velocidade (internet via wi-fi), com dois links dedicados de 10 (dez) MB, que permitem conexão à internet de qualquer lugar da instituição, atualmente a FAMAZ disponibiliza à comunidade 124 (cento e vinte e quatro) equipamentos para usos acadêmicos, distribuídos em 5 (cinco) laboratórios de informática, equipados com Datashow, com funcionamento de segunda a sexta no horário de 8h00min às 22h00min e aos sábados de 8h00min às 12h00 e de 14h00min às 17h00min, sempre a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas, nas bases de dados e utilização de ferramentas de pesquisas e softwares disponíveis.

Os laboratórios de informática disponíveis ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possibilitam acesso dos alunos a condutas técnicas e científicas como embasamento à iniciação científica, valendo-se dos equipamentos e serviços de informática, e atendem, de maneira excelente, em termos de quantidade de equipamentos suficiente para o desenvolvimento das atividades, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, bom dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

A FAMAZ coloca à disposição, dos docentes e alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, recursos audiovisuais e Multimídia, por meio do apoio didático-pedagógico: entre eles Projetores multimídia, microfones com caixa de som portátil, microfones com fio, microfones sem fio com speakers e passadores de slides.

A FAMAZ adotou a forma de licenciamento *Microsoft Campus Agreement*, que permite a instalação ilimitada nos laboratórios de inúmeros softwares, incluindo fornecimento de licenças para alunos, versões betas de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

A atual velocidade do *link* e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa deverá acompanhar a demanda e evolução do quantitativo de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e da IES, para que seja possibilitado um

ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

1.14 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz através de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular do curso, que está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos críticos, autônomos e cidadãos.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais atores sociais, no qual são desenvolvidas capacidades pessoais e profissionais. Desta maneira a aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade dos/as discentes.

Neste sentido, o presente projeto pedagógico tem como base a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos a fim de dar conta das expressões da questão social. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos discentes do curso de graduação por problemas, aulas dialogadas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar no contexto das competências e habilidades que se quer ver desenvolvida nos/nas discentes.

As metodologias de ensino aprendizagem e de avaliação implantadas levam em conta o conjunto de competências e habilidades que se quer ver desenvolvidos pelos/as discentes. A fundamentação teórica deste entendimento emana da educação emancipatória e transformadora.

As metodologias de ensino aprendizagem delineadas buscam:

- I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, no qual se procurará em estimular o(a) discente a realizar atividade individual e coletiva de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- II. Conferir ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e resolução de situações/problemas nas disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada; e

IV. Valer-se da internet como ferramenta de multiplicação do saber.

Neste contexto, as práticas pedagógicas a serem empregadas no UNIFAMZ são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autodirigida; aprendizagem baseada em problemas ou casos.

Seguindo esta lógica didática, as avaliações:

I. Não se limitam a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do(a) aluno(a), buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder à substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, em que o(a) aluno(a) estará constantemente em processo avaliativo, sendo oportunizado diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidas; e

II. Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas são privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção do/a discente demonstra a capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos, fazendo uso de bases teóricas-metodológicas, argumentos lógicos racionais e ao mesmo tempo sendo capaz de ponderar propondo soluções mediadoras e criativas, e não meramente repetir fórmulas ou padrões consagrados.

Ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental são desenvolvidas metodologias que favorecem a integração entre teoria e prática, destacando-se: estudos de casos, visitas institucionais, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina), ciclo de palestras, semana acadêmica, além de atividades extraclasse.

As metodologias estão comprometidas com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos. Os discentes são incentivados a verificar que o conteúdo de uma determinada disciplina não se esgota e se isola ao final do período letivo, pois seus conceitos hão de ser utilizados ao longo de todo o curso e, ao longo toda a vida do profissional.

Assim, a interdisciplinaridade ocorre de forma horizontal e vertical e resultará da integração entre os conteúdos lecionados nas disciplinas de um mesmo período, e a integração vertical, a interdisciplinaridade dos conteúdos dos períodos seguintes, demonstra ao(a) aluno(a) a integração entre os diversos conteúdos e o caráter de continuidade dos estudos, enfatizando assim a interdisciplinaridade das ações didático-

pedagógicas previstas no curso.

A avaliação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é compreendida como processo desenvolvido, em comum, por coordenação, docentes, discentes e pessoal técnico e está direcionada, prioritariamente, para o(a) aluno(a), que deverá estar coerente com a concepção pedagógica do curso, objetivando o aprender a aprender, a pensar, a fazer, a ser e a conviver.

O(A) professor(a) – catalisador, mediador, guia – não só elabora e acompanha todo o processo, como oferece indicações adicionais, possibilitando o estímulo à reflexão e observação, mas também, a detecção das dificuldades, buscando alternativas para fazer ajustes e reajustes no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a avaliação está presente em todas as fases e não é tida como resultado final. Ela é parte da dinâmica do processo ensino-aprendizagem, e, portanto, não representa como fim apenas para conferir nota, mas, sim, antes disso, permite acompanhar e recuperar o aprendizado.

Sob essa perspectiva, a avaliação é considerada um procedimento integrado ao desenvolvimento do processo de construção do conhecimento pautado no diálogo. Sob essa ótica, avalia-se o acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do(a) discente no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação tem natureza formativa e somativa, caráter contínuo e construtivo, e usa para avaliação do desempenho discente os seguintes instrumentos: prova escrita; debates e/ou seminários temáticos; trabalhos práticos (exercícios e participação oral); pesquisa e outros instrumentos de avaliação.

Apesar da promoção do trabalho poder ser em grupo, é ressaltada a individualidade de cada estudante. A avaliação dentro de um mesmo grupo será diferenciada de indivíduo para indivíduo, ou seja, deverá haver um acompanhamento individualizado de cada estudante.

Ao serem avaliados, os trabalhos levarão em consideração às seguintes condições: nota compreendendo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos; a atividade deverá estar prevista no Plano de Ensino; não podendo substituir a avaliação regimental (AR); as equipes formadas deverão ter, no máximo, 5 (cinco) alunos; e ter aspectos bem definidos (objetivos; metodologia; estratégias de apresentação; avaliação e critérios de correção - linguagem, segurança, conteúdo, desenvolvimento, tempo, coerência, fundamentação teórica, entre outros).

Os trabalhos se constituirão em instrumentos pedagógicos importantes, complementares à ação pedagógica de “ministrar aulas” que oportunizem outras experiências de aprendizagem ao (a) discente e não no intuito de servir de “ajuda” na melhoria da nota baixa que o(a) aluno(a) obtiver na avaliação principal.

Os trabalhos desenvolvidos, estudados e pesquisados pelos discentes, não deverão sofrer fragmentação. As apresentações individuais não serão apenas soma de partes; mas a articulação com as outras apresentações de forma integrada, fundamentada e coerente.

O sistema de avaliação do desempenho acadêmico é disciplinado, para todos os cursos da FAMAZ, pelo Regimento da IES. Tais normativas internas dispõem que o rendimento acadêmico é aferido tomando-se por base a frequência e o aproveitamento do(a) discente em cada disciplina. A avaliação ocorre durante o período letivo mediante verificações parciais, atividades curriculares, provas escritas e individuais de avaliação da disciplina, de primeira e segunda Avaliação Regimental e provas substitutivas, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em número inteiro ou em número inteiro mais cinco décimos. Os erros gramaticais de Língua Portuguesa devem ser considerados no resultado de cada avaliação. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, arguições, trabalhos práticos, seminários, estágios, provas escritas, orais e práticas, previstas nos respectivos planos de ensino aprovados pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente e coordenação do curso.

As ARs apresentam duas categorias de questões (questões objetivas e discursivas), distribuídas em 10 (dez) questões, sendo 60% (sessenta por cento) - 6 (seis) questões objetivas e 40% (quarenta por cento) – 4 (quatro) questões discursivas, conforme preconiza a Portaria DG n.º 05/2010, que dispõe sobre a elaboração e correção das Avaliações Regimentais, sendo considerados, para os critérios de correção gramatical, a avaliação conjunta da ortografia, acentuação, pontuação, coesão e coerência.

Para a aprovação, os discentes precisam obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), que obtiver nas avaliações média igual ou superior a 7 (sete) pontos, através de média aritmética simples das notas das duas avaliações bimestrais realizadas durante o período letivo ou após submeter-se à prova substitutiva.

Considera-se dependência a situação acadêmica de reprovação, em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), em razão de resultados insuficientes nas avaliações, cuja média for menor que 7 (sete) no somatório das avaliações regimentais.

O(A) discente que estiver reprovado em 4 (quatro) ou mais disciplinas, não poderá obter promoção para o período letivo seguinte, e ficará obrigado a cursar as disciplinas pendentes, não ascendendo para o próximo período.

Os procedimentos de avaliação são coerentes com a concepção do curso, na medida em que a avaliação pode ser realizada através de diversas atividades curriculares que vão além dos instrumentos tradicionais. Tais atividades favorecem uma visão interdisciplinar e crítica, pois relacionam as disciplinas e as diversas áreas de abordagem, explorando conteúdos suplementares aos conteúdos programáticos, bem como permitem aos discentes estabelecer uma relação inovadora com o objeto que pesquisam, questionando e não apenas reproduzindo o que aprendem.

Dessa forma, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental têm por objetivo congrega o saber para uma formação multidisciplinar, voltada à percepção crítica e analítica do contexto empresarial e social. Os mecanismos de avaliação permitem concretizar esse objetivo através da realização de diversas atividades de avaliação, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo de construção de seu conhecimento.

1.15 NÚMERO DE VAGAS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui 100 (cem) vagas anuais, com entradas semestrais até a contemplação total das vagas, autorizado pela Portaria SETEC/MEC nº 231, 06/12/2010, D.O.U de 09/12/2010.

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Centro Metropolitano da Amazônia (FAMAZ) possui Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos termos da Resolução CONAES nº1, de 17/06/2010.

O NDE do curso atua de maneira eficaz, com plena participação em todas as etapas de revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), vislumbrado mediante discussões em reuniões (ordinárias e/ou extraordinárias), elaboração de atas, documentos, entre outros.

A Resolução COSUP n.º 06/2010, de 14/09/2010, dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação, Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial na FAMAZ e define as atribuições e critérios de constituição dos NDEs, em seu Art. 5º:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Legislação, Atos Normativos do MEC, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assumindo como metodologia o processo de construção coletiva;
- II. Promover a atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, bem como a sua consolidação no contexto institucional;
- III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso de Graduação, sempre que necessário;
- IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso de Graduação em consonância com as definições do Colegiado do respectivo Curso de Graduação;
- V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares que integram a Matriz Curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação;
- VI. Emitir parecer sobre proposta de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do respectivo Curso de Graduação;
- VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso e para o alcance dos objetos presentes no PPC;
- IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no PPC, bem como pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; e
- X. Assessorar a Coordenação do Curso em suas atividades acadêmicas específicas.

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental apresenta 05 (cinco) membros, além do(a) coordenador(a) do curso, em conformidade com Resolução COSUP n.º 06/2010, que estabelece em seu Art. 7º, sendo que a maioria destes participou plenamente da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e tem clara

responsabilidade com a implantação do mesmo.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental apresenta 100% do NDE com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e 83,25% possuem formação acadêmica na área do curso. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental apresenta 100% dos docentes do NDE em regime de trabalho de tempo parcial ou integral e, destes, pelo menos, 66,6% em tempo integral.

A instituição, com base em seu plano de capacitação docente, incentiva e estimula, por meio de ações de qualificação didático-pedagógica e de cunho financeiro, a permanência dos docentes no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e a mantenedora.

Os Membros do atual NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ são os seguintes:

Tabela 20. Atual constituição do Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Belém, Pará. 2017.

Nº	DOCENTE
01	Lidiane de Souza Silva (Coordenadora)
02	Elane Cristina Melo Lemos
03	Etiane de Souza Silva
04	Milton Ribeiro da Silva Filho
05	Nicola Saverio Tancredi
06	Tauany Martins Vieira

A Coordenadora do Curso tem o papel de proporcionar adequada articulação entre o NDE e o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

2.2 ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A)

A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é formada pela coordenadora efetiva, designada pela Direção Geral, que trabalha de forma atuante considerando, em uma análise sistêmica e global os aspectos de gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores. O(A) coordenador(a) adjunto(a) atua como assessor técnico conforme necessidade e em horário complementar ao da coordenadora, com titulação adequada às suas funções.

As principais atribuições da coordenação do curso, previstas no Projeto Pedagógico do Curso e regulamentadas no Regimento Interno da FAMAZ, nos artigos 20 a 23, estão descritas a seguir:

- I. Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- III. Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. Apresentar, semestralmente, à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- V. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VI. Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VII. Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- VIII. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e/ou desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- IX. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- X. Decidir, após pronunciamento do(a) professor(a) da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- XI. Delegar competências; e
- XII. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Interno da IES.

Além disso, foi estabelecido pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) da FAMAZ, protocolo de rotina mensal e diária da Coordenação dos cursos de graduação que contempla, especificamente, as seguintes atividades necessárias ao monitoramento e controle das atividades administrativo-pedagógicas junto a docentes e discentes dos cursos, são elas:

- I. Verificação da permanência do docente em sala de aula (cumprimento de horários de aulas e assiduidade);
- II. Acompanhamento e controle de permutas de aulas (mediante formulário específico);

- III. Atendimento de discentes na coordenação para verificação de ocorrências, acompanhamento da condução das aulas e encaminhamentos pertinentes (registro mediante uso de formulário específico);
- IV. Emissão de pareceres em protocolos solicitados para a coordenação do curso;
- V. Elaboração e entrega da folha de pagamento ao setor de recursos humanos em tempo hábil (registrar o lançamento das faltas para os docentes em folha);
- VI. Orientação aos docentes do curso quanto ao registro do ponto e prazo estabelecido para a justificativa;
- VII. Orientação aos docentes quanto às questões do desenvolvimento do curso;
- VIII. Orientação quanto ao agendamento e normas para uso dos espaços pedagógicos (laboratórios de informática, laboratórios de saúde, biblioteca, entre outros) conforme planejamento previsto no plano de ensino das disciplinas do curso;
- IX. Realização de reuniões previamente agendadas junto aos docentes e registro da frequência para encaminhamento ao NADD;
- X. Recebimento e análise (mediante formulário específico) dos planos de ensino das disciplinas do curso, de acordo ao cronograma estabelecido pelo NADD; e
- XI. Recebimento e análise (mediante formulário específico) das avaliações (regimentais e substitutivas) das disciplinas (mediante formulário específico), de acordo ao cronograma estabelecido pelo NADD.

Da mesma forma, os Coordenadores de Curso de Graduação seguem protocolo de rotina semestral que contempla, especificamente, as seguintes atividades necessárias ao monitoramento e controle das atividades administrativo-pedagógicas:

- I. Entrada mensal nas turmas do curso para averiguação e coleta de informações para sobre o trabalho docente e a infraestrutura física e acadêmica do curso e da IES;
- II. Elaboração de relatório sobre os aspectos positivos e negativos do acompanhamento realizado no item anterior;
- III. Entrega de calendário das avaliações regimentais (1ªAR e 2ªAR) e avaliações substitutivas;
- IV. Atendimento e acompanhamento do trabalho docente, bem como o encaminhamento ao NADD (com registro e impresso próprio);
- V. Atendimento e registro de discente e encaminhamento ao NADD (com registro e impresso próprio);
- VI. Acompanhamento e supervisão da interdisciplinaridade no curso de graduação;
- VII. Planejamento e acompanhamento de atividades de apoio extraclasse e psicopedagógico aos discentes no que tange aos aspectos da acessibilidade, atividades

de nivelamento e atividades extracurriculares não computadas como atividades complementares;

VIII. Apoio à realização e legitimidade do processo de eleição de representante de turmas (no início de cada semestre);

IX. Realização de reuniões com representantes de turma, em quantitativo mínimo de uma reunião por bimestre letivo;

X. Convocar e presidir as reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, em quantitativo mínimo de uma reunião por bimestre letivo;

XI. Elaborar atas das reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso (em modelo estabelecido pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional);

XII. Elaborar o planejamento do curso para Semana de Acolhimento de calouros;

XIII. Elaborar relatório dos indicadores de gestão (conforme modelo estabelecido pela Direção Geral e NADD);

XIV. Recebimento e avaliação dos planos de ensino (preenchimento dos indicadores em planilha eletrônica);

XV. Recebimento e avaliação das provas (preenchimento dos indicadores em planilha eletrônica);

XVI. Checagem da entrega dos diários de notas, frequências e conteúdos na Secretaria Acadêmica nas datas previstas no calendário acadêmico e;

XVII. Participar do planejamento no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e todo o conjunto de atividades previstas à instituição de ensino.

A coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental também é responsável pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão, responsabilidade social e de iniciação científica que aproximam os alunos dos novos conhecimentos técnico-científicos e estimulam o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade.

A FAMAZ incentiva a iniciação científica por meio de programas e projetos específicos, de modo a fortalecer o processo de ensino/aprendizagem e permitir aos agentes educacionais vínculos permanentes com a produção e aplicação do conhecimento.

No intuito de participar ativamente do processo de avaliação do curso, a coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, por meio de seus órgãos colegiados, articulada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) e mantendo-se

atualizada com a legislação e normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), promove a análise crítica dos relatórios de avaliação interna emitidos pela CPA e dos relatórios de avaliação externa referentes ao curso emitidos pelo MEC/INEP.

2.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO (A) COORDENADOR (A)

A Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Lidiane de Souza Silva, é Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Pará (2003), Licenciada Plena em Biologia pela Universidade Federal do Pará (2004) e possui graduação e pós-graduação *stricto sensu* na área de Meio Ambiente, sendo doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (desde 2013), mestra em planejamento do desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2009), especialista em Políticas Públicas Setoriais para a Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2007), especialista em Biodiesel pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2009) e especialista em Gestão Pública pela FAP (2016).

A Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui experiência de magistério superior de, no mínimo, 05 anos. Possui experiência Profissional acadêmica e não acadêmica acima de 10 anos. Experiência em gestão acadêmica acima de 04 anos em graduação.

Os títulos e experiências acima transcritas foram extraídos do currículo disponibilizado na plataformaattes, estando também em poder da instituição, devidamente comprovados, disponíveis para apreciação da comissão do MEC/INEP.

A Coordenação Geral do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui vínculo com a instituição sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais (Tempo Integral), dedicadas exclusivamente à gestão acadêmica, não havendo atuação do coordenador do curso como docente no próprio curso ou nos demais cursos desenvolvidos na IES. A relação entre o número de vagas anuais autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor que 10 (dez), mais precisamente 2,5 (dois e meio) vagas.

As ações das coordenações da FAMAZ são orientadas por um modelo de gestão participativa, de modo a propiciar o engajamento de docentes e discentes nas atividades do curso.

2.4 REGIME DE TRABALHO DO(A) COORDENADOR(A)

A profissional responsável pela coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ possui vínculo com a instituição sob Tempo Integral. A relação entre o número de vagas anuais autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor que 10 (dez), mais precisamente 2,5 (dois e meio) vagas.

2.5 CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO

As ações das Coordenações de Curso de Graduação da FAMAZ são orientadas por um modelo de gestão participativa, de modo a propiciar o engajamento de docentes e discentes nas atividades do curso. A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é formada apenas pela Coordenação Efetiva, não havendo a figura do(a) coordenador(a) adjunto(a).

A Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui vínculo com a instituição sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais (Tempo Integral), dedicadas exclusivamente à gestão acadêmica, não havendo atuação do coordenador do curso como docente no próprio curso ou nos demais cursos desenvolvidos na IES.

2.6 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é constituído por professores que, além de reunirem qualidades de educadores e pesquisadores, assumem o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Regimento Geral da IES, no Plano de Carreira Docente e demais normas aprovadas pelos colegiados superiores da FAMAZ.

A seleção do corpo docente é feita com base nas normas de recrutamento, seleção e admissão fixadas pelo Conselho Superior (COSUP), respeitada a legislação trabalhista. Cabe a cada Coordenadoria de Curso comprovar a necessidade da contratação de docentes.

Para ingressar no quadro docente da FAMAZ, o(a) candidato(a) deverá submeter-se ao Processo Seletivo Docente, composto por prova escrita de conhecimentos pedagógicos na área da disciplina que pretende lecionar e prova de didática sobre assunto constante do Plano de Ensino da disciplina que pretende ministrar. Ademais, o candidato terá seu currículo analisado, bem como se submeterá a Exame Psicológico de

Aptidão.

O quadro docente da FAMAZ é integrado por:

- I. Professor Doutor: aquele que possui título de doutor, obtido em curso nacional ou equivalente estrangeiro, ou de livre-docente;
- II. Professor Mestre: aquele que possui título de mestre, obtido em curso nacional ou equivalente estrangeiro;
- III. Professor Especialista: aquele que possui certificado de especialização, em nível de pós-graduação, na área em que irá atuar, de acordo com a legislação vigente.

A IES conta com Plano de Carreira do Magistério Superior devidamente protocolado junto ao órgão competente e regulamentado pela FAMAZ. O documento prevê condições para a qualificação docente, o qual poderá afastar-se das funções para participar de congressos, reuniões relacionadas à sua atividade técnica ou docente e ainda, cursar programas de Mestrado e Doutorado, podendo receber ajuda financeira da Entidade Mantenedora.

A IES, com vistas ao atendimento das necessidades gerais e específicas de seu corpo docente, executa, com regularidade, atividades programadas para esse fim, como reuniões técnicas de natureza pedagógica. Também, investe, financeiramente, na participação de professores em eventos promovidos por outras instituições, congressos e seminários.

No início de cada semestre, as coordenações dos cursos de graduação e o Núcleo de Apoio ao Docente e Discente, programam a Semana de Aperfeiçoamento do Trabalho Docente que tem por objetivo promover o planejamento didático-pedagógico do corpo docente da IES. Nesta semana são feitas todas as orientações acadêmicas, de questões de procedimentos adotados na rotina acadêmica, discussão e aprovação dos planos de ensino, minicursos, palestras, aulas práticas, visitas técnicas e demais eventos a serem oferecidos ao longo do semestre, além de aspectos relacionados à metodologia do ensino e de avaliação.

É orientado que cada docente, em sua primeira aula, faça o detalhamento do programa de ensino a ser ministrado no período letivo, assim como os títulos relativos às bibliografias básicas e complementares do componente curricular. Também são explanados, pelo(a) professor(a) ao corpo discente, aspectos acerca da metodologia de ensino e critérios de avaliação, conforme o seu Plano de Ensino aprovado em reunião do colegiado.

Durante o semestre as Coordenadorias dos cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos, sob orientação constante do NADD e a participação dos alunos, realizam o

acompanhamento pedagógico da atuação do docente, com a avaliação ao final de cada semestre.

Os docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental devem estar em constante adaptação às necessidades pedagógicas de cada turma, assim como as necessidades individuais de cada aluno. O corpo docente tem como prioridade intermediar o processo ensino-aprendizagem adotando recursos técnicos para agir como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.

São atribuições do(a) professor(a) no exercício de suas atividades acadêmicas:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;
- III. Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- IV. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento escolar e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- V. Fornecer, à Secretaria, os resultados das avaliações do aproveitamento escolar e os registros da frequência do alunado, nos prazos fixados;
- VI. Observar o regime disciplinar da FAMAZ;
- VII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado;
- VIII. Recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- IX. Comparecer a reuniões e solenidades programadas pelo(a) Reitor(a) e órgãos colegiados;
- X. Responder pela ordem na sala de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- XI. Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- XII. Realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- XIII. Abster-se da defesa de ideias ou princípios contrários à democracia;
- XIV. Comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que solicitado ou para aplicação de exames;
- XV. Participar, quando convocado, dos processos seletivos de admissão; e
- XVI. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui um total de 09 (nove) docentes, sendo 01 (um) professor doutor, o correspondente a 11,1% do total de

docentes do curso, 07 (sete) professores mestres, o correspondente a 77,8% do total de docentes do curso e 01 (um) docente especialista, o que corresponde a 11,1% do total de docentes do curso, perfazendo 88,9% dos docentes do curso de com titulação *Stricto Sensu* e 11,1% com titulação *Lato Sensu*.

2.7 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO – PERCENTUAL DE DOUTORES

Dos 09 (nove) professores existentes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ, 01 (um) professor possui o título de doutorado, o que perfaz um total de 11,1% de professores doutores no referido curso.

2.8 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

O Regime de Trabalho do corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é distribuído em Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP).

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui 09 (nove) docentes, dos quais de 04 (quatro) professores estão sob o regime de Tempo Parcial, ou 44,4%, e 05 (cinco) docentes sob o regime de Tempo Integral, representando 55,6%, que somados os dois regimes representam 100%.

O regime de contratação, sempre sob a égide da legislação trabalhista, obedece aos critérios definidos pela Instituição, que privilegia os docentes com melhor qualificação acadêmica na contratação pelos regimes de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP). Estes docentes assumem responsabilidades de atividades de ensino e pesquisa/iniciação científica. Na carga de horas-atividades distribuídas aos docentes para desenvolvimento de projetos e programas de ensino, iniciação científica e extensão, quanto maior for à qualificação do professor, maior será o percentual de horas/atividades.

Na distribuição da jornada horária dos professores estão incluídas, além das tarefas de ministração de aulas; preparo, aplicação e correção de provas; testes ou exames; tempo para orientação discente; participação em projetos de pesquisa/iniciação científica e extensão, em atividades culturais; em gestão acadêmica (NDE e Colegiado de Curso); orientação de trabalho de conclusão de curso, de estagiários e participação em programas de capacitação docente, tutoria e orientação dos Trabalhos Integradores de Disciplinas – TCDs, entre outros.

2.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui um total de 09 (nove) docentes, sendo que apresenta um contingente de 08 (oito) docentes com experiência profissional, fora do magistério superior maior ou igual 02 (dois) anos, o correspondente à 88,9%. Apenas 01 (um) professor, 11,1%, possui experiência profissional inferior a 02 (dois) anos.

2.10 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui um corpo docente formado de 09 (nove) profissionais que possuem experiência no ensino superior maior ou igual a 03 (três) anos, que corresponde a 88,9% do total do quadro de professores, e apenas 01 (um) docente (11,1%) com tempo menor de três anos no ensino superior.

2.11 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental é composto pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas e normativas, na implementação e consolidação das políticas institucionais e do projeto pedagógico de curso.

O Colegiado atende o disposto na Resolução COSUP n.º 06/2011, de 29/12/2011, e o Regimento Interno da FAMAZ atuando de maneira eficaz, com plena participação em todas as decisões referentes ao curso, com representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamentos das decisões.

De acordo com Art. 11, do Regimento Interno, e Art. 4º Resolução COSUP n.º 06/2011, o Colegiado Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possuem as seguintes atribuições:

- I. Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso e suas alterações;
- II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas, funcionamento do curso, respeitando a legislação em vigor;
- III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do COSUP;
- IV. Pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- V. Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

- VI. Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VII. Promover a avaliação periódica do curso e;
- VIII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Colegiado de Curso vincula-se à Coordenação do Curso de Graduação e apresenta um total de 07 (sete) membros, conforme Art. 11 do Regimento Interno, nomeados mediante Portaria da Reitoria. O Colegiado do Curso é composto por 05 (cinco) representantes do corpo docente do curso, sendo 03 (três) escolhidos pela Direção Geral e 02 (dois) pelos seus pares e 01 (um) representante discente do Curso, sendo presidido pela Coordenação do Curso.

As reuniões do Colegiado de Curso acontecem por convocação do seu presidente ou por solicitação própria, a partir das demandas de situações consideradas como próprias das atribuições do órgão e são registradas em atas. O Colegiado de Curso reúne-se, em sessão ordinária, duas vezes durante o semestre letivo e, em sessão extraordinária, sempre que convocado pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Ao longo do curso, o Colegiado tem se reunido em diversas ocasiões para tratar da organização dos componentes curriculares, da distribuição da carga horária, deliberação de ementários e revisão de bibliografias indicadas para as disciplinas, em trabalho de equipe com professores e coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental .

O(A) coordenador(a) do curso tem o papel de proporcionar adequada articulação do Colegiado do Curso com o NDE, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda à coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao Colegiado para seu pleno funcionamento.

2.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A FAMAZ acredita na iniciação científica/pesquisa como um grande diferencial de desenvolvimento humano e mercadológico. Nas mais diversas áreas do conhecimento, ela abre caminhos que permitem o amadurecimento acadêmico de professores e alunos dedicados a procurar respostas.

A realização da iniciação científica/ pesquisa integrada à graduação reflete a busca incessante do homem na solução dos problemas do cotidiano. Assim, a Faculdade desenvolve a iniciação científica/pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico,

científico e artístico-cultural.

No que tange à produção científica, cultural, artística e tecnologia do corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, a ser comprovado, nas pastas docentes, pela comissão do MEC/INEP no momento da visita *in loco*, 03 (três) docentes, o correspondente a 33,4% dos docentes do curso, possuem mais de 09 (nove) produções nos últimos 3 anos, enquanto que zero docentes possuem entre 7 a 9 produções; 01 (um) docentes (11,1%) possuem entre 4 a 6 produções; 04 (quatro) docentes (44,4%) possuem entre 1 a 3 produções e 01 (um) docente, 11,1%, não possui nenhuma produção nos últimos 3 anos.

3. INFRAESTRUTURA

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) dispõe de infraestrutura física própria localizada na Avenida Visconde de Souza Franco n.º 72, Bairro do Reduto, Município de Belém, Estado do Pará.

Constituída, atualmente, por quatro edificações, as instalações prediais da IES foram projetadas para atender às finalidades educacionais e às especificações técnicas quanto às dimensões, à iluminação, à ventilação e acústica, que se encontra em excelente estado de conservação.

As instalações físicas acadêmicas e administrativas da FAMAZ são adequadas ao número de usuários atuais e futuros e para o ramo de atividade que trabalha. Todas as salas de aula, biblioteca e demais espaços e dependências de utilização acadêmica estão equipados com ar condicionado, mobiliário e iluminação adequada, isolamento de ruídos, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene. Além destas características, as instalações atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

3.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL

A FAMAZ possui excelente estrutura física de trabalho para os professores do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental . A sala disponível aos professores contratados em regime de tempo integral (TI) possui 14 (quatorze) gabinetes equipados com computadores, mesas e cadeiras de escritório e lixeiras, para atendimento individualizado dos discentes e ainda disponibiliza 20 (vinte) cabines individuais, cada uma contendo um computador com acesso à internet e rede wi-fi, os principais softwares de produtividade do pacote Office e impressora a laser em rede local.

Todos os espaços atendem aos aspectos quantidade, dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, conservação e comodidade, possibilitando o desenvolvimento das atividades acadêmicas de forma excelente.

A FAMAZ dispõe de infraestrutura adequada ao atendimento do portador de deficiência, em conformidade com a legislação atual, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2002, Decreto nº 6.949/2009 e a Portaria nº 3.284/2003, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida e as disposições técnicas indicadas na norma ABNT NBR 9050/2015, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Destacam-se mecanismos apropriados, como rampas, banheiros adaptados, cadeiras de rodas, pessoal de apoio, que possibilitam o acesso e utilização de pessoas com limitação de mobilidade a todos os seus ambientes.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ possui gabinete de trabalho para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógicas do(a) coordenador(a) de curso, exclusivo e individual, com equipamentos de informática, acesso a internet e rede *wi-fi*, bom dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação, comodidade e mobiliário adequados.

A coordenação do curso conta também com recepção e atendimento a docentes e discentes do curso realizada por funcionários do corpo técnico-administrativo que dão apoio e suporte às demandas da coordenação em tempo integral de funcionamento da mesma. Todos os ambientes são modernamente equipados de forma a garantir conforto e comodidade aos alunos.

Há ainda na IES espaço reservado para as reuniões dos professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

3.3 SALA DOS PROFESSORES

A FAMAZ possui excelente sala dos professores com 180 (cento e oitenta) m² e funciona com estrutura adequada à recepção dos docentes, planejamento e preparação das aulas e demais atividades, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação, comodidade e mobiliário adequados.

A sala de professores é coletiva é utilizada de maneira rotativa por professores. Este ambiente permite o acesso a mesas coletivas, armários individuais, computadores, sanitários, espaços de entretenimento, espaço zen e outros, descritos a seguir:

I. Recepção com atendente nos três turnos, telefone com ramal e materiais didáticos disponíveis para os professores com solicitação prévia.

II. Copa, com funcionárias para atendimento os professores nos três turnos de funcionamento da IES, estando equipada com geladeira duplex com 240 (duzentos e quarenta) litros de capacidade, microondas, cafeteira, forno elétrico, sanduicheira, centrífuga para sucos, sendo diariamente fornecida aos professores (e demais funcionários) água mineral (bebedouro), café preto, café com leite, bolacha de água e sal e biscoito recheado.

III. Espaço equipado com 12 (doze) computadores, utilizados de forma rotativa pelos docentes, com conexão à internet e os principais softwares de produtividade do pacote Office, além de recursos de apoio como caixas de som e impressora a laser multifuncional em rede local para impressão de documentos relativos às aulas das disciplinas ministradas na IES, segundo planejamento prévio. Cada curso de graduação dispõe aos professores de cota mensal de cópias na reprografia, mediante autorização da Coordenação de curso.

IV. Espaço de convivência com 12 (doze) mesas, 72 (setenta e duas) cadeiras estofadas e 200 (duzentos) armários rotativos.

V. Espaço de entretenimento, dotado de televisão de 29 (vinte e nove) Polegadas, 02 (dois) sofás com 2 (dois) e 3 (três) lugares e 1 (uma) mesa com jogos diversos.

VI. Espaço zen para descanso com 03 (três) cadeiras de relaxamento com massagem.

VII. Além de 02 (dois) banheiros, sendo 1 (um) feminino e 1(um) masculino.

3.4 SALA DE AULA

As instalações acadêmicas são dotadas de toda a infraestrutura necessária para a utilização de seu corpo social. Todas as salas de aula do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental estão implantadas de modo excelente e equipadas, segundo a finalidade em termos de mobiliário e equipamentos específicos. Diariamente são executados serviços de limpeza e manutenção, que colaboram na conservação dos móveis, pisos e recursos didáticos existentes.

Todas as salas apresentam dimensões e acústica necessárias para atender a quantidade de alunos em seu interior, com climatização e iluminação que obedecem aos critérios estabelecidos para salas de aula. Dispõem de datashow, quadro branco, mesa e cadeiras estofadas para docentes e discentes. Todas as salas possuem ar condicionado e placas indicativas com número da sala e bloco. Cada sala possui acesso à internet banda-larga, via rede wireless, além do acesso à intranet da IES, aos bancos de dados, artigos eletrônicos, bibliotecas virtuais e ao acervo da biblioteca.

Quando há necessidade ou nos casos da existência de situações especiais (alunas com gravidez de risco, acidentados, recém-operados, entre outros), a turma é alocada para salas adequadas à acessibilidade, localizadas no piso térreo ou mais próximas possível dos equipamentos que garantam facilidade ao deslocamento dos alunos.

A FAMAZ possui ainda áreas destinadas à alimentação, com serviço de lanchonete; serviço de reprodução gráfica; áreas de convivência e auditório, com todos os requisitos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

O quantitativo de ambientes destinados ao processo ensino-aprendizagem, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental totaliza 03 (três) salas de aulas, com dimensões que variam de 50 a 70 m², cuja capacidade destina, no mínimo, 1,2 m² por aluno.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A FAMAZ disponibiliza 5 (cinco) laboratórios de informática com excelente quantidade de equipamentos, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, espaço físico adequado, excelente dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade, onde os discentes participam das aulas e realizam pesquisas e produção de trabalhos específicos da área.

O agendamento do uso dos laboratórios de informática pelos(as) docentes é realizado por meio da sala dos/as professores/as, responsáveis pela organização do calendário junto à equipe de tecnologia da informação. No caso dos discentes não é necessário agendamento, pois existe disponibilidade integral de uso de laboratório, nos três turnos de funcionamento da IES, sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.

Ao detectar alguma disfunção no equipamento ou em algum recurso tecnológico, o coordenador, professor ou funcionário deverá dar abertura à Ordem de Serviço, via página da IES, junto ao NTI. O técnico em informática avaliará o defeito e, se for o caso, prestará a devida manutenção ao equipamento imediatamente. Em caso de necessidade de abertura do equipamento, se dentro da garantia, será remetido aos revendedores; os demais serão movidos até o NTI para que seja realizada a manutenção pelo próprio técnico ou a substituição de peças, se necessário. Caso o período de manutenção do equipamento seja superior a três dias, por motivos adversos, como substituição de

componentes, ele deverá ser substituído por outro equipamento até que o problema seja solucionado.

Em períodos de férias (julho e janeiro), é efetivada a manutenção preventiva e a vistoria dos equipamentos, colocando-os ao pleno uso durante o semestre letivo. E ainda há política de atualização de equipamentos e softwares.

A aquisição de software para os laboratórios ocorre mediante a solicitação por parte dos professores ao coordenador dos Laboratórios. O professor deve justificar a utilidade do referido software para sua(s) disciplina(s) e enviar o pedido ao gestor(a) do NTI que avaliará e, se aprovado pela Diretoria, encaminhará a solicitação ao setor de compras.

A FAMAZ adotou a forma de licenciamento *MSDN Academic Alliance* junto a *Microsoft*, que permite a instalação ilimitada nos laboratórios de inúmeros softwares, incluindo fornecimento de licenças para alunos, versões betas de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

Os laboratórios possuem instalado o software *Net Op School* que dá ao professor controle total sobre a aula através de funcionalidades como: bloquear a estação do aluno, visualizar a tela do aluno, reproduzir nos computadores dos alunos a mesma imagem do seu computador, entre outros..

A Internet é outro fator relevante, no que diz respeito à tecnologia avançada e de última geração. É de fundamental importância para a coleta e transmissão de informações, envio de mensagens para o contato com instituições de ensino, contudo, para restringir o acesso a sites de conteúdos inadequados, a IES possui um filtro de conteúdo constantemente atualizado.

A utilização da Internet na forma de contas de e-mails e horas de pesquisa, nos laboratórios e sala dos professores, é gratuita e ilimitada para professores. A utilização da Internet, na forma de horas de pesquisa, nos laboratórios, é gratuita e limitada para alunos. Esta limitação leva em conta o hardware disponível, sua quantidade, capacidade e utilização.

A atual velocidade do *link* e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa deverá acompanhar a demanda e evolução do quantitativo de alunos, para que possibilite um ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A IES possui um acervo de bibliografia básica disponível de maneira excelente e

atendem aos programas das disciplinas de todos os semestres do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, com 3 (três) títulos por unidade curricular na proporção média de 1 (um) exemplar para a faixa de 10 (dez) a menos de 15 (quinze) vagas anuais atualizados e tombados junto ao setor de patrimônio da FAMAZ. Assim, o acervo de livros da bibliografia básica é plenamente adequado à proposta pedagógica do curso com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo aos planos de ensino das disciplinas.

A bibliografia é atualizada a partir da Política de Atualização do Acervo da FAMAZ. O acervo bibliográfico da FAMAZ é atualizado por solicitação da coordenadoria do curso, professores, alunos e da equipe da biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

É válido acrescentar que, ao longo da existência do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, alguns títulos foram substituídos por tratar-se de bibliografias esgotadas e/ou desatualizadas do contexto acadêmico. Essas substituições, porém, em nada interferiram no apoio bibliográfico, aos discentes e docentes, necessário às disciplinas, ao contrário, foram realizadas no sentido de melhorar a atualização do acervo bibliográfico do curso.

Além do acervo específico de cada curso, a Biblioteca da FAMAZ possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O acervo atende as indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas de todos os semestres do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, com 05 (cinco) títulos por unidade curricular e 02 (dois) exemplares por título. Além disso, conta com acesso às Bibliotecas Virtuais Pearson e Saraiva. O acervo de livros da bibliografia complementar é plenamente adequado à proposta pedagógica do

curso com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo os planos de ensino das disciplinas.

Assim como ocorreu na bibliografia básica, ao longo da existência Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, alguns títulos da bibliografia complementar foram substituídos por tratar-se de bibliografias esgotadas e/ou desatualizadas do contexto acadêmico. Essas substituições, porém, em nada interferiram no apoio bibliográfico, aos discentes e docentes, necessário às disciplinas, ao contrário, foram realizadas no sentido de melhorar a atualização do acervo bibliográfico do curso.

O acervo bibliográfico da FAMAZ é atualizado por solicitação da coordenação do Curso, professores/as, discentes e da equipe da biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

A FAMAZ ampliou à comunidade acadêmica cerca de 3.000 títulos que podem ser acessados virtualmente na biblioteca virtual Pearson, a partir de contrato de prestação de serviços. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site www.famaz.edu.br, por meio da área do(a) aluno(a) ou do(a) professor(a), no link Biblioteca Virtual 3.0 Universitária.

Elas podem ser acessadas 24 (vinte e quatro) horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em mais de 40 (quarenta) áreas de conhecimento, como Administração, Biomedicina, Marketing, Economia, Engenharias, Direito, Educação, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Educação Física, Radiologia, Odontologia, Psiquiatria, Serviço Social, Recursos Humanos e outras. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral online aos livros-texto de diferentes editoras, como Artmed, Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Martins Fontes, Companhia das Letras, EDUCS, Rideel e Jaypee Brothers, dentre outras.

A Biblioteca Pearson disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados on-line, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação à distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promove a atualização permanente do acervo da biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo estão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações

personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos com valores de fotocópia (opcional).

Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; anotações eletrônicas nas páginas; compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); impressão de até 50% das páginas do livro; descontos de até 40% para compra da versão impressa do livro; e disponibilidade de acesso 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

3.8 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Com objetivo de melhorar a qualificação dos alunos e professores, a FAMAZ possui acesso ao Portal da CAPES e tem à disposição uma rica base de dados e periódicos específicos da área da Administração e da Gestão de Pessoas, com *Qualis* A1 e A2. A importância deste acesso, que pode ocorrer em toda a área da Instituição, é a possibilidade aos alunos e professores realizarem outras formas de pesquisas além do acervo impresso que existe na biblioteca.

A biblioteca da FAMAZ disponibiliza, por meio do COMUT e assinatura de bases de dados, o acesso a informações em nível nacional e internacional. É incentivado o uso de bases de dados como o Scielo, BVS, Domínio Público, portal da CAPES, portal de teses da UNICAMP, USP e UNESP (unibibliweb) dentre outras, que disponibilizam artigos científicos e periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento.

A FAMAZ também disponibiliza o acesso remoto à base de dados EBSCO a todos os seus alunos. Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo, entre estas ciências sociais, ciências humanas, educação, informática, engenharia, física, química, letras, artes e literatura.

A EBSCO Health/DynaMed é uma base de dados que oferece quatro grandes bases Academic Search Elite, Medline em Texto Complete, Dynamed – Medicina Baseada em Evidências e Dentistry & Oral Sciences Source.

Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo, entre estas ciências sociais, ciências humanas, educação, informática, engenharia, física, química, letras, artes e literatura. Essa base de dados multidisciplinar fornece texto completo para mais de 8.500 (oito mil e

quinhentos) periódicos, incluindo texto completo para mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) títulos revisados por especialistas. Estão disponíveis mais de cem revistas especializadas, bem como são fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de 1.000 títulos.

Dentre as principais características do EBSCO podemos citar: acesso on-line, simultâneo e ilimitado por Internet Protocol (IP) ou acesso remoto através de local de acesso restrito no website da instituição; interface única de busca em português; tradutor automático do texto completo para o português; permite fazer buscas por palavra chave, assunto, autor, entre outros; além de que o módulo administrativo permite o gerenciamento da base; e o arquivo, impressão e o envio por e-mail de artigos pesquisados.

A base de dados da EBSCO Health/DynaMed inclui imagens em PDF para grande maioria dos artigos. O conteúdo diverso é um valioso recurso acadêmico respondendo as exigências de variados níveis curricular. Cobertura retroativa dos periódicos. Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo.

A assinatura de periódicos é realizada de acordo com as solicitações dos coordenadores dos cursos e necessidade dos usuários. Periódicos informativos como jornais e revistas gerais (Veja, Isto é, Exame e outras) são assinados ininterruptamente. Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo sistema, facilitando o empréstimo. O sistema possui ainda a possibilidade de geração de relatórios de controle da biblioteca como: quantidade de títulos/exemplares por curso, empréstimos, multas, livros atrasados, idade do acervo, reservas, títulos cadastrados por tipo de material, inventário, carta de cobrança, declaração de nada consta, boletim bibliográfico, relação de livros baixados e motivos, relação de usuários, usuários mais frequentes dentre outros.

Além disso, a biblioteca da FAMAZ possui periódicos da área da gestão e negócios que atendem satisfatoriamente às demandas dos acadêmicos para consultas diversas sob a forma impressa e/ou virtual, e estão conforme os requisitos exigidos pelo MEC. Os periódicos físicos existentes, disponíveis aos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental são: 1 - Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; 2 - Ambiente e Educação: Revista de Educação Ambiental; 3 - Boletim do Laboratório de Hidrobiologia; e 4 - Revista Brasileira de Ecoturismo.

Em relação à base de dados PROQUEST possui para a área de Recursos Humanos os seguintes títulos: 1 - Agriculture, ecosystems & environment; 2 - Air, Soil and Water

Research; 3 - Alternatives Journal; 4 - Bulletin of the Ecological Society of America; 5 - Conservation & Society; 6 - Current Opinion in Environmental Sustainability; 7 - Environmental conservation; 8 - Environmental earth sciences; 9 - Environmental science & policy; 10 - Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development.

3.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE

Esta Faculdade conta com um total de 27 (vinte e sete) laboratórios divididos nos 03 (três) blocos que compõe o campus de Belém, sendo assim distribuídos:

- **Bloco I:** Laboratório “Coordenação e Suporte Laboratorial”/Almoxarifado de Saúde, Laboratório de Saúde I, Laboratórios de Saúde II, Laboratório de Saúde III, Laboratório de Saúde IV, Laboratório de Saúde V, Laboratório de Saúde VI, Laboratório de Saúde VII, Laboratório de Saúde VIII, Laboratório de Física Experimental, Laboratório de Maquete, Projeto e Conforto Ambiental, Laboratório de Desenho II e Laboratório de Radiologia e Processamento Radiográfico;
- **Bloco II:** Laboratório Morfofuncional I, Laboratório Morfofuncional II, Laboratório Morfofuncional III, Laboratório Anatomia – peças molhadas, Laboratório de Habilidades cirúrgicas e cirurgia experimental, Laboratório de Habilidades Clínicas I, Laboratório de Habilidades Clínicas II e Laboratório de Simulação Realística; e
- **Bloco III:** Laboratório de Motricidade Humana, Laboratório de Atividade Física e Musculação, Laboratório de Fisiologia do Exercício, Laboratório de Hidráulica, Laboratório de Materiais e Laboratório de Desenho I.

3.10 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUALIDADE

Esta Faculdade possui laboratórios equipados e organizados de acordo com as especificidades de cada disciplina ou grupo de disciplinas, o que propicia a inter-relação entre os diversos conteúdos trabalhados ao longo de todo o curso de graduação (Biomedicina, Enfermagem, Medicina, Educação Física, Engenharia Civil e de Produção, Engenharia Ambiental e sanitária Arquitetura, Odontologia, Psicologia e CST em Radiologia).

Portanto, seus objetivos gerais são:

- Promover o desenvolvimento experimental do conteúdo trabalhado nas aulas

teóricas das disciplinas vinculadas ao laboratório.

- Facilitar os trabalhos do coordenador, professor e pessoal técnico, por meio da especificação das respectivas atribuições.

- Apresentar aos usuários do laboratório as normas básicas, com vistas à realização de aulas práticas ou de pesquisa em conformidade com padrões de segurança;

- Informar à comunidade acadêmica, sobre a postura e os principais procedimentos a serem adotados no laboratório, visando protegê-los de riscos e acidentes.

3.11 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: SERVIÇOS

Esta Faculdade possui um ambulatório, localizado no anexo do bloco III, que possui uma área de 498 m². Nele são disponibilizadas consultas médicas voltadas para o ensino, com médicos especialistas nas áreas de Urologia, Nefrologia, Hematologia e também tivemos atendimentos testes nas áreas medicas de pediatria, geriatria e obstetrícia esses atendimentos são realizados pelos alunos que são acompanhados pelos especialistas que os orienta.

Ambulatório de Especialidades Médicas (CENTRO DE ESPECIALIDADES EM SAÚDE DA FAMAZ - CENAS/FAMAZ). Trata-se de um centro de atendimento de especialidades médicas, para prática das habilidades médicas dos alunos, em um cenário real que é supervisionado por professores médicos nas diversas especialidades. Os pacientes do ambulatório são pessoas de baixa renda, em geral referenciados das Unidades Básicas de Saúde onde se inserem os alunos do curso, bem como de outras unidades, ou por demanda espontânea, que se encontra em faixa de maior necessidade e risco social. O ambulatório servirá ainda como espaço de pesquisa e extensão. O ambulatório será vinculado ao SUS de forma a propiciar aos discentes uma prática em consonância com os princípios pedagógicos norteadores da formação do médico descritas projeto pedagógico daquele curso.

No semestre de 2016.2 o curso de medicina iniciou as atividades ambulatoriais no anexo III disponibilizando consultas médicas voltadas para o ensino, com Médicos especialistas nas áreas de Urologia, Nefrologia, Hematologia e também tivemos atendimentos testes nas áreas medicas de pediatria, geriatria e obstetrícia esses atendimentos são realizados pelos alunos que são acompanhados pelos especialistas.

Em 2017.1 além das atividades acima citadas, estamos com atendimento em Dermatologia, Gastrologia, Clínica Médica.

O Ambulatório de Especialidade Médicas disponibiliza de 11 salas de atendimento médico, Recepção com capacidade para 36 pessoas sentadas, banheiros femininos, masculinos com acessibilidade para portadores de necessidades especiais, um auditório com data show para que os alunos discutam casos clínicos com os professores.

3.12 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana da Amazônia, instância colegiada interdisciplinar autônoma, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, tem por finalidade defender os interesses dos sujeitos da pesquisa (seres humanos) em sua integridade e dignidade e contribuir para seu desenvolvimento em conformidade com os padrões éticos.

O CEP funciona em sala específica e identificada, para atendimento ao público em geral e aos pesquisadores. É formado por um colegiado interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo de acordo com o estabelecido na Resolução do CNS nº466/12, sendo composto por 10 (dez) membros titulares internos, professores doutores, 01 (um) membro titular externo, representante dos usuários e 10 (dez) membros suplentes internos.

O CEP traz como missão primária a defesa dos direitos e interesses dos sujeitos da pesquisa (seres humanos), colaborando para que sua integridade e dignidade sejam preservadas. Este Comitê contribui, pela valorização dos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas dentro dos padrões éticos, assim como, para a qualidade dos trabalhos científicos, para a discussão do papel da produção de conhecimento no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade.

Compete ao Comitê de Ética em Pesquisa:

- I. Assessorar a Diretoria da FAMAZ em suas decisões que contemplem implicações éticas;
- II. Revisar todos os protocolos de investigação científica envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes das mesmas;
- III. Manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de seu trabalho e arquivamento de protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios e eventuais exposições orais por parte dos pesquisadores responsáveis;

- V. Desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- VI. Receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequá-la ao termo de consentimento;
- VII. Requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS) e, no que couber, a outras instâncias;
- VIII. Manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.
- IX. Manter programa de capacitação e educação continuada em ética em pesquisa envolvendo seres humanos de seus membros, assim como da comunidade em geral.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) obedecendo calendário pré-estabelecido, se reúne, de forma ordinária mensalmente, exceto nos meses de janeiro e julho e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, Diretor, ou ainda por maioria simples de seus membros titulares.

3.13 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

O uso de animais em pesquisa e ensino é uma área do conhecimento humano com grande conteúdo ético, visto que é inevitável o conflito entre gerar benefícios e segurança para a saúde humana e animal e o compromisso de não causar sofrimento aos animais utilizados como modelos experimentais, sendo que estes possuem as mesmas características biológicas dos outros animais de sua espécie, com a diferença de estarem sendo privados de sua liberdade em favor da Ciência.

Os profissionais envolvidos no manejo e manipulação devem ter sempre consciência de que estes são seres sencientes e que possuem sensibilidade similar à humana no que se refere à dor, memória, angústia e instinto de sobrevivência, por isso devem ser manejados com respeito e de forma adequada à espécie, tendo suas necessidades de transporte, alojamento, condições ambientais, nutrição e cuidados veterinários atendidas.

Nesse sentido, é necessário garantir que estes só devem ser usados somente quando absolutamente necessário, quando não houver métodos alternativos disponíveis universalmente aceitos, empregando sempre o menor número possível de animais

empregados e, principalmente, evitar a dor e o sofrimento destes animais (Princípio dos 3 R's). Isso depende de uma cadeia de responsabilidades individuais que envolve desde técnicos que cuidam dos animais no seu dia a dia até pesquisadores, médicos veterinários responsáveis, professores orientadores e alunos.

O CEUA da Faculdade Metropolitana da Amazônia foi criado em 30 de novembro de 2016, de acordo com a Resolução do COSUP Nº 11/2016, com a finalidade cumprir e fazer cumprir a Lei 11.794/2008 que regulamenta os procedimentos para o uso científico de animais e a FAMAZ está em fase final de credenciamento institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa – CIAEP no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), Processo nº 01250.012772/2017-61 (527).

A criação e a utilização de animais (vertebrados) em atividades de ensino e pesquisa científica devem obedecer aos critérios estabelecidos nessa Lei, bem como às resoluções do CONCEA.

O Comitê tem por finalidade analisar à luz dos princípios éticos toda e qualquer proposta de atividade que envolva a utilização de animais do grupo Chordata, sob a responsabilidade da Instituição, seguindo e promovendo as diretrizes normativas nacionais e internacionais. Além disso, deverá desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais.

Entende-se por uso: manipulação, captura, coleta, criação, experimentação (invasiva ou não-invasiva), realização de exames ou procedimentos cirúrgicos, ou qualquer outro tipo de intervenção que possa causar estresse, dor, sofrimento, mutilação e/ou morte.

Todas as atividades de ensino e pesquisa científica incluindo atividades realizadas em campo ou em laboratório devem ser submetidas ao CEUA para avaliação e autorização e só poderá ter início após a aprovação, apresentada em Parecer.

Estas atividades incluem as áreas de ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, fármacos, medicamentos, alimentos, imunobiológicos, instrumentos, ou quaisquer outras atividades que utilizem animais vertebrados.

OCEUA não tem por princípio a inibição do uso de animais, mas promover o uso racional deste recurso, buscando sempre o refinamento de técnicas e a substituição de modelos, que permitam a redução no uso de animais. A finalidade desta conduta é promover a constante melhora na eficiência do uso de animais.

A formação de Comissões de Ética tem demonstrado ser o mecanismo mais adequado para cumprir com a responsabilidade de elaborar e de aplicar políticas referentes ao uso e cuidado de animais de experimentação, visando o bem-estar dos mesmos e a proteção de seus usuários.

4. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

4.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

As políticas da Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ - pretendem alcançar o pleno desenvolvimento da pessoa e do cidadão, para o acesso ao saber global, a fim de introduzi-lo na civilização do trabalho como mão-de-obra especializada e moderna; desenvolvendo a consciência social para a preservação do patrimônio cultural, dos valores e compreender os direitos e deveres constitucionais necessários à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI apresenta na justificativa da localização da FAMAZ a necessidade de investimentos em cursos superiores de educação em Belém, capital do estado do Pará. Tal justificativa mostra a visão da IES sobre a necessidade de incrementar a oferta de educação superior em uma cidade que cresce rapidamente, considerada um dos pólos de desenvolvimento da região Norte.

O PDI e o Projeto Pedagógico Institucional - PPI estabeleceram as políticas, diretrizes, ações e metas para a Faculdade Metropolitana da Amazônia e os cursos projetados para o seu primeiro quinquênio de funcionamento.

A FAMAZ realiza um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional - PPI antenado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Os elementos constitutivos da FAMAZ (missão, vocação, finalidades e objetivos institucionais), que garantem a articulação do PDI e do PPI, estão evidenciados nas políticas de ensino que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela FAMAZ, bem como as ações de pesquisa e de extensão.

Em decorrência do Projeto de Auto-Avaliação Institucional, em consonância com o SINAES, a FAMAZ formulou e implantou o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o PDI, documentos norteadores do fazer acadêmico e da gestão, que vieram atualizar a base filosófica e os compromissos institucionais da FAMAZ em relação à educação superior.

O Projeto Pedagógico Institucional destaca quatro programas institucionais

integrantes do Centro de Apoio Pedagógico/CAP, que amparam projetos e ações socioambientais da FAMAZ:

- **Programa de Extensão:** viabiliza projetos e intervenções de cunho acadêmico-social junto à comunidade acadêmica e a sociedade. Oferece cursos livres e promove eventos temáticos onde as demandas técnico-científicas são discutidas na perspectiva de cada curso de graduação da Instituição.
- **Programa FAMAZ Socioambiental:** estimula às ações responsabilidade socioambiental fundamentando-as com práticas de aprendizado em projetos especiais distribuídos ao longo do ano e em vieses práticas multidisciplinares e multi setoriais a fim de contribuir, efetivamente, para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.
- **Programa de Estágio Supervisionado:** encaminha, orienta e acompanha o acadêmico nos processos de estágio supervisionado mantendo uma relação dialética e em construção coletiva com a sociedade e as empresas locais.
- **Programa de Estágio Voluntário:** estimula, encaminha, orienta e acompanha o acadêmico nos processos de estágio voluntário em ações socioambientais e projetos especiais desenvolvidos por empresas públicas, ONG's e empresas locais.

No que se refere às Políticas Acadêmicas, a linha dominante de ação da Faculdade Metropolitana da Amazônia - FAMAZ - é o ensino de graduação (bacharelado e superior de tecnologia), eixo em torno do qual a instituição atua e atuará nos próximos anos, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

- Ação centrada no aluno, sobre o qual se manterá processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
- Ação sobre o aluno e sobre grupos de alunos, segundo o desempenho de cada um e outros atributos (como ano de ingresso, curso, entre outros);
- Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo, etc.

A FAMAZ entende a importância da participação dos alunos em atividades de

iniciação científica, práticas investigativas e projetos de intervenção, por estas atividades se constituírem em ferramentas que complementam os conhecimentos abordados nas aulas teóricas, e por apresentar ao aluno possibilidades práticas de atuação e aplicação destes conhecimentos. Estas ações localizam-se no Programa de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana da Amazônia – PIC FAMAZ, que consiste num instrumento de financiamento do aluno para a participação em projetos de pesquisa, sob a supervisão docente, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

O PIC-FAMAZ desenvolve os seguintes programas e estratégias:

- **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC:** desenvolve pesquisas e busca o apoio às mesmas internamente e em órgãos de fomento. Oferece bolsas de financiamento.
- **Programa Voluntário de Iniciação Científica:** desenvolve pesquisas e busca o apoio às mesmas internamente e em órgãos de fomento. Não oferece bolsas de financiamento.
- **Programa de Extensão:** viabiliza projetos e intervenções de cunho acadêmico-social junto à comunidade acadêmica e a sociedade.
- **Programa de Monitoria:** estimula a iniciação à docência.
- **Programa Publicar:** viabiliza a publicação de resumos simples e artigos completos em ANAIS de eventos, Revistas Científicas (Eletrônica e Impressa), Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias, Dissertações, Teses, etc.
- **Programa Notas de Aula:** estimula a produção e a publicação de material didático para apoio à docência.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ, assim, acredita no desafio de ser uma instituição de educação superior que, não apenas, realiza ensino, pesquisa e extensão, mas que garante a indissociabilidade destes processos. As atividades de ensino, não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista.

Desta forma, as políticas acadêmicas adotadas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ partem da premissa de incentivo à produção do conhecimento com qualidade, relacionado com o seu contexto local e regional e sem perder de vista a formação ética e humanística. Destaca-se a ênfase à formação multiplural de caráter continuado, que permite o desenvolvimento de seus discentes de

modo criativo, multidirecional e engajado socialmente.

Esta integração se configura a partir de inovações metodológicas, avaliação continuada, relações teoria-prática, interdisciplinaridade, iniciação científica e o incentivo a percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Na esteira deste processo, a FAMAZ parte da compreensão da necessidade de renovar constantemente a instituição, com postura pedagógica (re)atualizadora, que tenha a crítica e o diagnóstico das necessidades da região como balizamento de um novo projeto institucional que estabeleça as prioridades estratégicas de mudanças e prepare os estudantes para serem líderes, portadores de valores éticos e políticos capazes de promover mudanças na sociedade em que vão atuar. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ constitui-se em importante instrumento de democratização e de participação dos diferentes atores do processo educacional, na construção e manutenção da IES como centro de difusão do conhecimento, iniciação científica e de melhoria das perspectivas comunitárias.

Em consonância com as políticas institucionais, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental promoverá sistematicamente mudanças significativas, visando à melhoria contínua quanto às diversidades e as peculiaridades da região onde esta inserida.

Neste sentido, todas as políticas institucionais descritas no PDI estão contempladas no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ.

4.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Em cumprimento a Lei n.º 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n.º 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 3/2004 os conteúdos sobre relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são ministrados nas seguintes disciplinas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental: 1 – Sociedade, meio ambiente e cidadania; 2 - Projeto Integrador I; 3 - Projeto Integrador II; 4 - Projeto Integrador III; 5 - Projeto Integrador IV, conforme descrito no ementário, sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do curso.

4.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP n.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n.º 1, de 30/05/2012, os conteúdos referentes à Educação em Direitos Humanos são abordados nas seguintes disciplinas no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental: 1 – Sociedade, meio ambiente e cidadania; 2 - Projeto Integrador I; 3 - Projeto Integrador II; 4 - Projeto Integrador III; 5 - Projeto Integrador IV; 6 - Ecologia e Educação Ambiental; 7 - Impactos Ambientais e de Sustentabilidade de Ecossistemas; 8 - Política Ambiental para a Região Amazônica; 9 - Processos de Avaliação de Impactos Ambientais – EIA/RIMA, sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do curso.

4.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Metropolitana da Amazônia FAMAZ atende o disposto na Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A FAMAZ possui política institucional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que se aplica a todos os seus cursos.

A política de inclusão de alunos portadores de transtorno do espectro autista na FAMAZ é desenvolvida no âmbito do tripé ensino-pesquisa-extensão, através de ações educativas, pesquisas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros, desenvolvidas de forma a contemplar as principais dificuldades apresentadas pelo portador do autismo e suas características, a saber:

I. Acadêmicas: Limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso,

dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;

II. Interações sociais: São inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação pobre;

III. Interesse restrito: Tendem a 'leitura' implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;

IV. Fraca concentração: Frequentemente desligados e distraídos por estímulos externos; são meio desorganizados e tem dificuldade para sustentar o foco nas atividades de sala de aula; perdem materiais e compromissos escolares;

V. Vulnerabilidade emocional: São inábeis para enfrentar as exigências de uma sala de aula. São frequentemente estressados devido à sua vulnerabilidade. Frequentemente são autocríticos e não toleram erros. Reações de raiva são comuns em situações de frustração e estresse; e

VI. Insistências com semelhanças e padrões: Não aceitam muito bem mudanças de padrões definidos.

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação específica de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno.

Destaca-se que a FAMAZ já conta com ações que demonstram evolução na educação inclusiva na educação superior. Contudo, diante de uma preocupação constante em promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do(a) discente portador do transtorno do espectro autista, a FAMAZ pretende:

I. Promover palestras educativas acerca do tema;

II. Favorecer a cooperação e envolvimento entre os alunos e demais profissionais da instituição;

III. Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as dificuldades e potencialidades dos alunos portadores de autismo;

- IV. Promover aceitação da diversidade evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;
- V. Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- VI. Disseminar em campanhas publicitárias internas e externas a intensa atuação da FAMAZ quanto à acessibilidade, de forma a ampliar o reconhecimento por parte da comunidade acadêmica e local como uma instituição que promove a acessibilidade e, portanto, minimiza as discriminações que ainda persistem no âmbito social;
- VII. Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do(a) aluno(a) com autismo na Educação Superior;
- VIII. Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo; e
- IX. Atualizar os Projetos Político-pedagógicos dos Cursos de graduação quanto às políticas de acessibilidade ao(a) aluno(a) autista, como forma de documentar as ações desenvolvidas, bem como estimular a reflexão e informar o corpo docente e técnico-administrativo dessas ações.

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos portadores de autismo, a FAMAZ conta com o apoio e acolhimento do Núcleo de Apoio ao Docente e ao Discente (NADD), órgão institucional de desenvolvimento do corpo docente e discente. O NADD trabalha em parceria com as coordenações de curso, elaborando e implantando estratégias para este desenvolvimento.

O apoio ao docente desenvolvido pelo NADD visa fornecer suporte didático-pedagógico, desenvolvendo-os para melhor desempenho de suas ações. Assim, foca-se os trabalhos pedagógicos de acessibilidade de forma integrada e mais eficaz.

4.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possui um total de 09 (nove) docentes, sendo 01 (um) professor doutor, correspondendo a 11,1% do total de docentes do curso, 07 (sete) professores mestres, o que correspondente a 77,8% do total de docentes do curso e 01 (um) docente especialista, correspondendo a 11,1% do total de docentes do curso. Portanto, 88,9% dos docentes apresentam titulação *stricto sensu* e apenas 11,1% possuem titulação *lato sensu*, perfazendo 100% dos docentes do curso.

4.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da Faculdade Metropolitana da Amazônia possui Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos termos da Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010. O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental encontra-se consolidado e é regulamentado pela Resolução COSUP Nº 06/2010, de 14/09/2010, dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação, Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial na FAMAZ e define as atribuições e critérios de constituição dos NDE's.

4.7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM HORAS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ possui carga horária total de 1.600 (mil e seiscentas) horas mais 80 (oitenta) horas de atividades complementares. Destaca-se que a carga horária total do curso está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES Mº 3, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Neste sentido, as atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, que estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso, respeitam o mínimo dos duzentos dias letivos anuais e tem duração de 60 (sessenta) minutos, assim discriminados:

I. Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;

II. Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;

III. Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos; e

IV. Estágios extracurriculares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental , inclusive as atividades extraclasse, constam dos Planos de Ensino, bem como são descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

4.8 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ possui carga horária total de 1.600 (mil e seiscentas) horas mais 80 (oitenta) horas de atividades complementares a serem realizados em, no mínimo, 04 (quatro) semestres, respeitando a carga horária mínima, conforme Resolução CNE/CPN n.º 3, de 18 de dezembro de 2012, Portaria n.º 1024, de 11 de maio de 2006 e Portaria n. 10/2006, de 28 de julho de 2006 (que determina carga horária mínima para os cursos).

4.9 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ atende as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Nesse sentido, a FAMAZ garante à sua comunidade acadêmica espaços e recursos adequados que permitem às pessoas com incapacidades ou deficiências executarem suas atividades acadêmicas sem barreiras físicas, tecnológicas e de comunicação, possibilitando a participação autônoma na vida acadêmica.

Com o intuito de assegurar a aplicação, na Instituição, das políticas públicas de educação inclusiva do ensino superior, a FAMAZ elaborou e vem implantando, gradativamente, sua Política de Acessibilidade, sob responsabilidade do NADD, que teve sua função educacional ampliada ao vincular à sua estrutura de funcionamento o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado da FAMAZ com o objetivo geral de responder pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com

deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação e promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

As ações do NADD/NAEE apresentam como objetivos específicos: Estabelecer referenciais de acessibilidade necessários para a organização de práticas inclusivas na IES; Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo; Capacitar professores que atuam em salas de educação inclusivas com encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com outros profissionais da saúde, do trabalho, famílias, etc.; Mobilizar os docentes para o salto qualitativo da razão instrumental da homogeneização do ensino para a compreensão do compromisso ético e político da educação como direito de todos; Remodelar o ambiente físico-arquitetônico da IES em função desses referenciais;

Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do Núcleo de Acessibilidade; e criar uma cultura da acessibilidade na comunidade acadêmica.

A infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais disponibilizadas pela FAMAZ tem as seguintes características, de acordo com a legislação vigente:

- I. Rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso aos espaços de uso coletivo, como salas de aula, laboratórios, instalações administrativas;
- II. Piso tátil nas diversas instalações da IES;
- III. Sinalização das salas de aula e instalações acadêmicas e administrativas em Braille;
- IV. Reservas de vagas, em estacionamento, para pessoas portadoras de necessidades especiais, gestantes e idosos;
- V. Banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; e
- VI. Cadeiras de rodas para o corpo social da IES que necessite das mesmas.

Para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, a IES possui intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o acompanhamento do(a) aluno(a) em suas atividades acadêmicas diárias, desde o vestibular. A IES também conta com professores de LIBRAS que ministram aulas e treinamentos.

4.10 DISCIPLINA DE LIBRAS

Em consonância com a Lei Federal nº 10.436/05 a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é ofertada regularmente pelos cursos de graduação, podendo ser cursada de forma optativa pelos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental em qualquer período em que estes possuam disponibilidade de horário. A disciplina de Libras está inserida na estrutura curricular do curso, como disciplina optativa, com carga horária de 60 horas, conforme preconiza o Decreto nº 5.626/2005.

4.11 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ cumpre as normas estabelecidas na Portaria Normativa n.º 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

4.12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento ao que determina a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental aborda o conteúdo sobre Educação Ambiental nas disciplinas: 1 - Ecologia e Educação Ambiental, sendo também contemplado nas atividades acadêmicas complementares. Destaca-se que o tema é tratado de maneira transversal no conteúdo de diversas outras unidades curriculares do curso.

A FAMAZ possui ações de Sustentabilidade e Educação Ambiental, com o objetivo principal de promoção da sustentabilidade e da educação ambiental, envolvendo o conhecimento técnico, conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação e o consumo racional e sustentável de recursos ambientais pela Instituição.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia, por ser um espaço de disseminação de conhecimento e novas tecnologias relacionadas à sustentabilidade, visará garantir:

- I. Inclusão da temática Educação Ambiental nos Projetos pedagógicos dos Cursos e nos documentos institucionais da Universidade;
- II. Abordagem da Educação Ambiental como disciplina ou capítulo de disciplina afim, nos cursos de graduação e pós-graduação;
- III. Obrigatoriedade da abordagem da educação ambiental nas atividades, treinamentos, atualizações, cursos e estágios realizados na FAMAZ, envolvendo docentes, discentes, colaboradores e a sociedade;

- IV. Fomento e Desenvolvimento da Educação Ambiental nos Núcleos de Pesquisa e em outras atividades;
- V. Desenvolvimento de projetos, ações e atividades de conscientização nas áreas comuns dos Campi, como exemplo de boas práticas para a comunidade interna e externa;
- VI. Aquisições e compras de bens e produtos para promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos critérios estabelecidos no Decreto Federal 7.746/2012;
- VII. Valorização da mão de obra local e desenvolvimento de atividades internas que acarretem menores impactos ambientais, bem como utilização racional dos recursos ambientais, como redução do consumo de energia e utilização de material reciclado para reformas e reparos;
- VIII. Institucionalização, através de ações, da imagem sustentável e moderna da Universidade perante a comunidade; e
- IX. Contribuição com a gestão responsável e econômica dos recursos, gerando uma maior distribuição de recursos dentro da Instituição e de ações preservacionista.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL

5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

O Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM) é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, fundada, em 27/10/1992, para atuar na região Centro-Oeste e em todo território nacional.

Inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o número 37.174.034/0001-02, o EUROAM possui ato constitutivo (Estatuto Social) registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília e encontra-se em situação regular, conforme demonstram os comprovantes de quitação das Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal. A entidade mantenedora possui ainda sua situação fiscal e parafiscal em plena regularidade, não possuindo débitos junto aos órgãos governamentais Ministério da Previdência Social (INSS); Caixa Econômica Federal (PIS-FGTS); Ministério da Fazenda e Prefeituras Municipais dos locais em que atua.

O EUROAM tem como objetivo principal atuar na Região Centro-oeste, Norte e Nordeste, e de forma pontual em todo o território nacional, tendo como finalidades:

- a) Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no campo das ciências, das letras, das artes e da tecnologia, em qualquer parte do território nacional;
- b) Desenvolver estudos para a melhoria do processo pedagógico, em todos os níveis;
- c) Realizar serviços de consultoria, assessoria e projetos educacionais;
- d) Criar e administrar organismos para a prestação de serviços à comunidade, participando do processo de desenvolvimento global da sociedade;
- e) Editar e distribuir publicações educacionais, científicas e culturais;
- f) Criar e administrar veículos de comunicação social;
- g) Instituir mecanismos ou serviços para a realização de estágios curriculares e orientação aos profissionais, criando condições ideais para o treinamento profissional;
- h) Promover estudos e pesquisas para avaliação de sistemas, processos e instituições educacionais;
- i) Organizar e administrar congressos, seminários e eventos similares;
- j) Promover a educação profissional e a educação continuada;
- k) Assegurar meios para o desenvolvimento das expressões científicas, artísticas, culturais, educacionais e desportivas;

- l) Desenvolver esforços para a integração intercontinental e a solidariedade entre os povos e as nações;
- m) Assegurar a liberdade de expressão a todos os seus membros e nas atividades que desenvolver;
- n) Manter intercâmbio com instituições congêneres, no Brasil ou no exterior; representar instituições, públicas ou privadas, junto aos órgãos, entidades ou embaixadas, sediadas em Brasília (DF);
- o) Manter atividades assistenciais, individuais ou coletivas.

A primeira Instituição de Educação Superior (IES) mantida pelo EUROAM foi implantada em Brasília (DF), em 1998, denominada Faculdade Euro-Americana com a oferta dos cursos de graduação em Administração, Ciência da Computação, Ciências Econômicas e Direito. Esta IES cresceu e consolidou-se e, em abril de 2004, transformou-se no Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), mediante credenciamento pela Portaria MEC n.º 996, de 14 de abril de 2004.

Atualmente, o UNIEURO possui os seguintes cursos de graduação presenciais: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Design de Interiores, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Gastronomia, Direito, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Sistemas de Informação, Odontologia, Gestão de Recursos Humanos, Letras – Português/Inglês, Gestão Pública, Psicologia, Engenharia Civil, Biomedicina, Serviço Social e Psicologia.

Aliada à vitoriosa instituição de ensino superior do grupo, em São Luís (a Universidade CEUMA), somando quase vinte mil alunos, a entidade mantenedora decidiu ampliar sua abrangência educacional e fundar em Belém uma Faculdade com fisionomia amazônica, identificada com os valores e crenças regionais, comprometida com o desenvolvimento sustentável, visando à formação de mão de obra de nível superior coerente com as necessidades e anseios da região Amazônica e, em particular, do município de Belém e Estado do Pará.

Assim, o Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia iniciou, em setembro de 2005, os trabalhos para elaboração dos documentos básicos de credenciamento, na cidade de Belém (PA), da Faculdade Metropolitana da Amazônia junto ao Ministério da Educação.

5.2 CONTEXTO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Para que se possa verificar com clareza o contexto educacional em que se insere o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental da FAMAZ, fundamental registrar alguns aspectos relevantes do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 10.172/2001. Primeiramente no item B, que trata especificamente da educação superior, traçando um diagnóstico da situação deste nível no país, bem como estabelecendo diretrizes a serem observadas e, por fim, apresentando os objetivos e metas relativos à educação superior durante sua vigência, de 2001 a 2011.

O PNE de 2014 a 2024, aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê como meta para o ensino superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O diagnóstico apresentado no PNE apresenta nítida indicação da necessidade na ampliação da oferta de vagas na educação superior, bem como do papel fundamental a ser desempenhado pelas IES privadas de qualidade neste processo, conforme claramente demonstram os seguintes trechos da Lei n.º 10.172/2001:

4.1 Diagnóstico: A manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida à qualidade.

No diagnóstico da educação superior destaca-se que a porcentagem de matriculados na educação superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente como o Chile (20,6%), Venezuela (26%), Bolívia (20,6%) e Argentina com 40%. Esta última se configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Portanto, o Brasil no âmbito dos países da América Latina apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo levando em consideração o setor privado.

Adiante, assumindo seu legítimo papel de elemento determinante das políticas públicas para a educação durante a década de sua aplicação, o PNE apresenta diversas diretrizes, que devem ser encaradas como as linhas mestras da condução de nossas políticas públicas e da atuação dos agentes públicos responsáveis pela regulação, supervisão, avaliação e fiscalização, no caso em tela, especificamente no que versa à educação superior:

4.2 Diretrizes: Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais.

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida em que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país.

Deve-se ressaltar, também, que as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia. É o caso dos centros universitários.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro." (Fonte – Plano Nacional de Educação – Diretrizes para a Educação Superior – gn)".

No Brasil a análise das taxas de escolarização na educação superior, evidencia que as desigualdades geográficas em relação às discrepâncias das taxas de

escolarização a média brasileira giram em torno da taxa bruta de 28,7%. Quando se analisa os dados por região, o Norte apresenta 22,4%, ou seja, 6,3% abaixo da média brasileira, mais de 12% abaixo da Região Sul e mais de 13% abaixo da Região Centro Oeste (Tabela 21).

Tabela 21. Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012.

BRASIL / REGIÃO GEOGRÁFICA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO		
	BRUTA	LÍQUIDA AJUSTADA	LÍQUIDA
Brasil	28,7%	18,8%	15,1%
Região Nordeste	24,5%	12,9%	10,8%
Região Norte	22,4%	13,0%	11,2%
Região Sudeste	30,9%	21,1%	16,6%
Região Sul	34,5%	25,0%	19,8%
Região Centro-Oeste	35,3%	24,3%	19,2%

Fonte: IBGE (2012).

Percebe-se, com a análise da Tabela 22, que as menores taxas de escolarização na Educação Superior no Brasil estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, e a região Sul se destaca pelas melhores taxas líquidas. Em 2014, o número de matrículas superou a marca dos 7.828.000, tendo registrado um incremento de mais de 5% em relação aos dados de 2013 e uma média anual de crescimento de 5,7% desde 2009. A Tabela X destaca esses valores entre 2009 a 2014, desagregados por organização acadêmica.

Tabela 22. Evolução no Número de Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2009-2014.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Faculdade	1.784.046	1.990.402	2.084.671	2.027.982	2.131.827	2.235.197
Centro Universitário	795.033	836.680	921.019	1.085.576	1.154.863	1.293.795
Universidade	3.306.845	3.464.711	3.632.373	3.812.491	3.898.880	4.167.059
IF/CEFET	68.097	87.506	101.626	111.639	120.407	131.962
TOTAL	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688	7.305.977	7.828.013

Fonte: Tabela elaborada pela DEED/INEP (MEC/INEP, 2014).

Uma das metas previstas no PNE 2014-2024 é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. A meta estabelecida para o decênio é bem mais ousada que a anterior, em que a expansão da oferta de vagas na educação superior, era atingir pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2011.

Isso, sem contar o necessário atendimento àqueles que não tiveram acesso à educação superior na idade preconizada, mas que também devem ser atendidos, com base no princípio constitucional da universalização do acesso à educação em todos seus níveis e modalidades. Levando em conta estritamente o objetivo de oferta de vagas na educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, percebe-se o quão longe do atingimento desta meta se encontra o país e, em especial, o estado do Pará.

Considerando as projeções elaboradas pelo IBGE, a população brasileira entre 18 e 24 anos seria, atualmente, de cerca de 26.145.000, exigindo, portanto, a oferta de 7.843.500 vagas na educação superior. Pode-se, portanto, verificar que o atendimento mínimo aos objetivos e metas estabelecidos pelo PNE exige a oferta maior de vagas na educação superior, isto sem considerar a demanda daqueles fora da faixa etária de 18 a 24 anos.

Não se pode esquecer, ainda, da reconhecida importância das IES privadas no atingimento das metas quantitativas e qualitativas traçadas pelo PNE, sendo a coexistência harmônica entre as instituições públicas e privadas premissa fundamental na condução das políticas públicas educacionais.

Destaca-se ainda que os estudos demonstram que a educação tem um enorme efeito sobre a formação de mão de obra no Brasil como um todo e na Região Metropolitana de Belém, em particular. Este cenário representa um grande desafio para o Brasil e, particularmente, para a cidade de Belém e sua Região Metropolitana.

A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande desvantagem competitiva para um país ou uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades.

Segundo o Plano Estadual de Educação do Pará (2015), o acesso à educação apresenta uma disparidade regional e de segmentos em relação à população pobre, negros, índios, moradores do campo, transexuais, meninas grávidas, adolescentes que cometem ato infracional, usuário de álcool e outras drogas, entre outros sujeitos que historicamente tiveram sua trajetória escolar interrompida ou não tiveram oportunidade. Esse cenário é visível quando se observa que a escolarização média da população de 18 a 29 anos, no estado do Pará é de 8,8, inferior à média nacional de 9,8 e da Região Norte 9,1, sendo que para superar esse déficit necessita avançar em torno 3,2% para que o estado avance para outro patamar.

Em relação à taxa de matrícula do nível superior o Brasil tem apenas 30,3% da

taxa bruta de matrícula, 25,3% na Região Norte e de apenas 19,1% no Pará. Quando se especifica sobre a população na faixa de 18 a 24 anos, o percentual nacional é de apenas 20,1%, 14,6% na Região Norte e 10,8% no Pará.

A educação superior cresce e se desenvolve por meio da ampliação do número e porte das IES públicas e privadas e pela variedade da oferta de cursos de graduação, o que tem contribuído, decisivamente, para a melhoria das condições de vida da população. A região com o menor número de IES é a Norte que possui apenas 154 (cento e cinquenta e quatro) IES, e no Pará apenas 57, ou seja, ainda há poucas IES instaladas e o número de alunos com acesso ao ensino superior é menor que 10 % da população (Tabela 23).

Tabela 23. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino em 2015.

NÍVEIS DE ENSINO	ESCOLAS (TOTAL)
Ensino Fundamental	13.607 ¹
Ensino Médio	771 ¹
Ensino Superior	57 ²

Fonte: ¹Censo IDESP (2016); ²E-MEC(2017).

No que se refere à pós-graduação e especialmente aos docentes com pós-graduação stricto sensu segundo o Censo da Educação Superior de 2012, a situação do Brasil é de apenas 69,5% de docentes com mestrado e doutorado e somente com doutorado isso baixa para 32,1% de docentes. Na Região Norte se registrou 58,9% mestres e doutores e apenas 20,8% de docentes com doutorado, no que diz respeito ao Pará se conta com 67,9% de docentes com mestrado e 26,9% com doutorado acima da média da Região Norte.

Da mesma forma, apesar do Pará ser um importante centro de pesquisa e desenvolvimento científico da Região Norte, atraindo estudantes e pesquisadores de todo o país para os seus campi universitários, os estados nortistas respondem por apenas 2% do total de bolsas do CNPq. O que contraditoriamente demonstra que mesmo com a criação de faculdades, ampliação de vagas no ensino superior, na Região Norte, existe um baixo investimento em formação e pesquisa se comparado a outras regiões.

5.3 A FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA - FAMAZ

5.3.1 Missão

Formar profissionais de nível superior com visão de cidadania, espírito ético e

domínio de competências específicas em seu campo de atuação, em todas as áreas de conhecimento sob responsabilidade da instituição, assim contribuindo para a consolidação e ampliação da oferta das condições humanas e tecnológicas necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica, com particular atenção para o contexto da cidade de Belém e do Estado do Pará, incluída a preservação de sua memória histórica e patrimônio cultural.

5.3.2 Visão Estratégica

A FAMAZ é uma instituição de educação superior situada numa cidade metropolitana de mais de dois milhões de habitantes, Belém; em um Estado – o Pará – com população de mais de sete milhões (a maior do Norte do país) e a maior participação percentual no PIB total regional (em torno de 40%); e numa região, a amazônica, que ocupa cerca de 60% de todo o território nacional, fazendo fronteira com 8 países da América do Sul.

Este contexto sócio-econômico-geográfico, com suas especificidades históricas, culturais, sociais e ambientais, delinea o quadro macro-sociológico de inserção institucional e condiciona as opções e estratégias de atuação acadêmica, que devem *estar voltadas para as necessidades locais e dar a sua contribuição à formação de quadros profissionais preparados para os enfrentamentos do processo de desenvolvimento regional, com seus desafios inerentes.*

Vale destacar que a região amazônica, embora represente, aproximadamente, 8% da população do país, contribui, tão-somente, com 5,5% do PIB nacional, demonstrando, assim – por evidente desproporção – ainda carecer, dentre outros requisitos, de uma maior densidade de pessoal qualificado em todas as áreas do conhecimento, em número e qualidade suficientes para a diversificação e sustentação de empreendimentos inovadores e serviços de qualidade, fundamentos inequívocos e prioritários da complexa cadeia de fatores que alimentam qualquer esforço desenvolvimentista, em qualquer parte do mundo. E este raciocínio é válido tanto em nível local (a cidade de Belém), regional (a Região Metropolitana de Belém) e estadual (o Estado do Pará), como em escala mais ampla – todo o Norte do país. Nunca é demais lembrar que Belém, apesar de dividir com Manaus (AM) a polarização do dinamismo econômico regional, ainda apresenta uma renda *per capita* de pouco mais de US\$ 1 mil, valor este cerca de 30% abaixo da média nacional.

A Amazônia, com a diversidade e a riqueza de seus recursos naturais – sejam eles

minerais, hídricos, agrícolas, florestais, biodiversidade, flora e fauna, potencial turístico, etc. –, exige um modelo de desenvolvimento que esteja calcado no uso inteligente e racional de todo esse potencial, com maior sensibilidade e compromisso diante da sustentabilidade das ações e operações selecionadas – finalmente estabelecida a correção das opções historicamente até aqui adotadas, via de regra predatórias e insuficientes. Neste prisma, inadiáveis são os investimentos na qualificação da mão de obra e das lideranças políticas e profissionais, com alteração do paradigma da estrutura produtiva regional, aqui envolvida a sua diversificação, verticalização e adensamento das cadeias geradoras de produtos inovadores, emprego e renda. No contexto da “sociedade do conhecimento”, em que o domínio do saber é o fundamento último de todo processo de desenvolvimento econômico e social, nenhum país ou região poderá mais controlar ou influir naquilo que não tem competência para produzir. Educação superior de qualidade, portanto, neste horizonte – e, no caso da Amazônia, com particular sensibilidade aos investimentos nas áreas de conhecimento de maior demanda regional (com adaptação dos diversos projetos pedagógicos e campos de especialização ao ambiente de inserção) –, representa um dos grandes desafios do milênio e por isso deve merecer, por todas as razões expostas, atenção prioritária da sociedade civil e dos governantes, não se poupando iniciativas que se somem na ampla cadeia de cooperação que terá de se consolidar, com urgência, em âmbito regional, nos próximos anos.

5.3.3 Princípios Institucionais

São princípios deste PDI:

- a) a defesa do ensino superior de qualidade;
- b) a autonomia acadêmica;
- c) o planejamento estratégico e a gestão democrática;
- d) a busca da excelência acadêmica;
- e) o foco no estudante;
- f) a contribuição ao desenvolvimento sustentável regional;
- g) o compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade, em geral, e com as instituições de educação superior, em particular.

Tais são os fundamentos filosóficos e pedagógicos que, associados ao espírito da missão institucional, orientarão as principais decisões e práticas administrativas e acadêmicas da FAMAZ no horizonte do próximo quinquênio, seja no que respeita às

inovações previstas (novos cursos de graduação e da pós-graduação), seja no aperfeiçoamento das atividades educativas e de gestão já em curso.

5.4 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Faculdade Metropolitana da Amazônia começou a ser pensada no primeiro semestre de 2005 e, precisamente, no dia 28 de junho daquele ano, a Assembleia Geral do Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM), Pessoa Jurídica de Direito Privado - sem fins lucrativos, fundado em 1992, com sede e foro em Brasília, que àquela altura já era mantenedor do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), decidiu expandir suas atividades para o Estado do Pará.

A implantação dessa nova unidade de ensino superior do Grupo foi respaldada pela experiência e pela competência institucionais sedimentadas e demonstradas ao longo de quase duas décadas, vivenciadas pelas unidades de ensino da capital federal.

Obedecidas às disposições legais e procedida a avaliação por parte de técnicos do MEC foi exarado o Parecer nº 145/207 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que respaldou a Portaria Ministerial nº 807/2007, publicada no Diário Oficial da União nº160, de 20 de agosto de 2007, Seção 1, p. 9, concedendo o credenciamento à Faculdade. No mesmo ato foi aprovado o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional por 5 (cinco) anos como também o Regimento da FAMAZ.

Em 2007 foram autorizados a funcionar os Cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem e o curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar, tendo sido realizada, já no mês de Outubro, a aula inaugural da Faculdade, entrando em imediato funcionamento o Curso de Enfermagem. No primeiro semestre de 2008 iniciaram-se os três outros cursos, respectivamente: Tecnologia em Gestão Hospitalar, Bacharelados em Administração e Ciências Contábeis.

Em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional foram submetidos ao Ministério da Educação e, posteriormente autorizados, em 2010, os seguintes Cursos de Bacharelado em Biomedicina e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Seguiram-se, as autorizações para o Curso de Bacharelado em Direito, em 2011; e os Bacharelados em Serviço Social, Educação Física, Engenharia Civil e, em 2012.

Em 2013, além da autorização dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Produção, Medicina e do Curso Tecnologia em Radiologia, sendo também a IES reconhecida por meio da Portaria Ministerial nº 854/2013, publicada no Diário Oficial da União nº177, de 11 de setembro de 2013, Seção 1, p. 8.

Nos anos seguintes, em contínua expansão foram autorizados os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Marketing, em 2014; Bacharelados em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental e Sanitária, em 2015 e Bacharelado em Odontologia e Psicologia, em 2016.

Atualmente a IES possui CI 4, IGC 4 e 8 cursos de graduação reconhecidos (Bacharelados em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Enfermagem e os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Gestão Hospitalar).

Avaliada pelo MEC como a melhor Faculdade do Estado do Pará a Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ possui inicia o primeiro semestre letivo de 2017 com 4.237 alunos regularmente matriculados nos 18 (dezoito) cursos de graduação, sendo 14 cursos na modalidade Bacharelado e 04 (quatro) Cursos Superiores de Tecnologia.

A IES conta, no início de 2017, com 495 colaboradores, sendo 220 membros do corpo técnico-administrativo e 275 docentes com pós-graduação lato sensu e stricto sensu em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A par dos cursos de graduação, a IES já conferiu títulos de especialização a 471 profissionais e apresenta, no primeiro semestre letivo de 2017, 435 alunos regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação lato sensu.

A FAMAZ possui investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e ênfase no ensino de qualidade e está atenta às necessidades educacionais da Região Norte e o Estado do Pará, área notadamente conhecida como periférica ativa de um país em desenvolvimento, detentora de potenciais econômicos nas atividades extrativas e primárias, mas possuidora de grandes entraves sociais e, sobretudo, carente de espaços que possibilitem a formação profissional de nível superior de forma mais ampla e igualitária.

5.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A IES apresenta viabilidade e aporte financeiro para a implementação do PDI aprovado pelo Ministério da Educação.

Além disso, o PDI apresenta potencialidade de introduzir melhorias na Instituição e em seus cursos, conforme pode ser observado nos objetivos e metas traçados para o período de vigência do documento.

Há completa interação epistemológica entre o PPI – Projeto Pedagógico

Institucional, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e os PPCs – Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da FAMAZ.

5.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

A Comunicação da Instituição com a comunidade interna e externa implica compartilhar as propriedades (histórico, visão, missões, valores, filosofia e políticas) da FAMAZ, através de planejamentos, implementações, gerenciamentos e uso de tecnologias, não se limitando apenas na divulgação institucional e mercadológica.

Na FAMAZ, a comunicação institucional é gerenciada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) cuja finalidade é estabelecer a ligação entre os membros da comunidade acadêmica bem como com a sociedade em geral, a partir da elaboração e implantação de políticas de comunicação, tendo como principais funções definir os objetivos de comunicação da Instituição, interagir com o público interno e externo (e avaliar os resultados dessa interação) utilizando, como instrumento, as diversas mídias existentes.

A FAMAZ utiliza os seguintes meios para comunicação com a sua comunidade acadêmica e com a comunidade externa:

- I. Site www.famaz.com.br (internet e intranet);
- II. Redes Sociais (*facebook*, *instagram* e *YouTube* oficiais);
- III. Correio eletrônico (e-mail);
- IV. Boletins informativos periódicos;
- V. Sistema interno de telões;
- VI. Quadros de avisos e cartazes;
- VII. Mídia sonora, banners, folders e similares.

Em comemoração aos 6 (seis) anos de fundação da FAMAZ foi criado um jornal informativo com o objetivo de divulgar ao público interno, docente e administrativo, as ações desenvolvidas pela FAMAZ com periodicidade regular, em 2013 e 2014 (semanal) e em 2015 (bimensal).

O informativo visa manter os funcionários a par de todas as estratégias, projetos e conquistas da empresa. Esse meio tem como principal função aperfeiçoar a comunicação com os funcionários, apresentando-lhes informações sobre o seu dia-a-dia e suas atividades, treinamentos, aniversariantes, bem como demonstrar um pouco dos valores e da filosofia da empresa. Possui circulação eletrônica, nos e-mails institucionais, e

impressa, distribuída em todos os setores da IES.

Pretende-se nos próximos anos implantar os seguintes meios de comunicação institucional com a comunidade interna e externa

I. Jornal institucional – periodicidade inicial: semestral.

II. Revista Acadêmica, para divulgação da produção intelectual e científica da comunidade acadêmica (periodicidade inicial: semestral).

5.7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As condições de gestão apresentam coerência entre a estrutura organizacional e a prática administrativa e garantem a suficiência e consistência administrativas. Além do exposto, pode-se constatar a importância do processo de autoavaliação da FAMAZ que se pautou pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento acerca de sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento e gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para o FAMAZ, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

O processo de autoavaliação institucional considera como parâmetros os seguintes princípios norteadores:

- Universalidade: participação no processo de avaliação que se traduz no envolvimento de todos os núcleos (departamentos, coordenações), órgãos, unidades auxiliares, conselhos, docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, administradores (chefes de unidades ou órgãos, coordenadores, diretores) e representantes da comunidade;
- Globalidade: refere-se à integração da totalidade das atividades ao processo avaliativo, ou seja, ensino, pesquisa, extensão, serviços administrativos, gestão, responsabilidade social, inclusão social etc.;

- Igualdade: implica na consideração e associação do conjunto de aspectos básicos que devem subsidiar a avaliação integral da instituição, ou seja, as ações serão consideradas como produtos institucionais e não de órgãos ou indivíduos isolados;
- Especificidade: enfoca as particularidades de cada curso, em acréscimo aos aspectos gerais que serão necessariamente avaliados, uma vez que não se pode avaliar a diversidade ou singularidade de maneira uniforme, bem como não se deve converter a diversidade em símbolo do único;
- Periodicidade: define os espaçamentos temporais ajustados aos diferentes segmentos, atividades e unidades da instituição;
- Racionalidade: implica a não multiplicação de procedimentos idênticos para os mesmos fins, considerando todos os docentes, discentes pesquisadores, pessoal técnico- administrativo bem como os órgãos de gestão como partes integrantes da comunidade acadêmica, fundamentais ao processo avaliatório, que se inicia com eles e por eles;
- Transparência: diz respeito à identificação precisa e objetiva do processo avaliatório, especialmente quanto aos níveis de participação de todos os envolvidos, no que concerne à participação e aos resultados esperados;
- Integração: parte do princípio de que há um mínimo que deve ser produzido bem como um máximo que pode ser alcançado, e, tendo em vista o princípio da especificidade, valoriza os processos compensatórios nos quais, dentro de determinados limites, as atividades desenvolvidas em uma categoria poderiam complementar outras, em outras categorias. Pressupõe o reconhecimento pela instituição de que, no contexto de suas funções básicas, os docentes, discentes, coordenadorias, pessoal técnico-administrativo, podem apresentar salutar variação quanto ao envolvimento de cada uma delas; mas compartilham a consciência de que uns fazem coisas diferentes dos outros e todos juntos realizam, de uma ou de outra forma, o projeto pedagógico institucional e preenchem um feixe de funções harmônicas voltado aos mesmos fins;
- Retribuição: contempla a diversidade de retornos que os processos avaliativos podem e devem gerar para docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo, pesquisadores, gestores e toda comunidade acadêmica, da alocação racional de recursos à elaboração de princípios mais includentes e ágeis.
- Cumulatividade: focaliza a acumulação progressiva de todas as modalidades de trabalhos acadêmicos relativos aos docentes, aos pesquisadores e coordenadorias, de tal sorte que a avaliação seja traduzida em um processo contínuo e não apenas em episódios e momentos.

Perante o conjunto de parâmetros, cada docente e cada coordenadoria deve ser encarada e avaliada mediante sua história de trabalho e não pontualmente. Em conformidade com o disposto no Art. 03º, da Lei nº. 10.861/04, as dimensões a seguir são objetos de avaliação na FAMAZ: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Responsabilidade Social da Instituição; Comunicação com a Sociedade; Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação; Políticas de Atendimento aos Estudantes e Sustentabilidade Financeira.

5.8 PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A FAMAZ mantém uma equipe de técnicos que dão suporte aos docentes, discentes e setores administrativos na utilização dos recursos de informática e na manutenção destes. Possui uma política de atualização semestral de equipamentos e softwares priorizando sempre a área acadêmica.

Ainda, como forma de dinamização o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) oportuniza formação aos professores, através de orientações para trabalharem no sistema de informações da FAMAZ.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental adota estratégias para promover a capacitação dos professores de modo a permitir a inserção de informações acadêmicas e utilização das ferramentas disponíveis na área dos docentes.

A atualização é feita anualmente, ou se necessário, a qualquer momento de forma a atender à demanda gerada pelas novas tecnologias disponíveis no mercado. A manutenção dos equipamentos é realizada pelo setor administrativo da mantenedora, constando de:

- I. Manutenção permanente – verificação permanente do funcionamento de todo equipamento e utensílio;
- II. Manutenção preventiva – verificação periódica detalhada de todos os equipamentos e utensílios com substituições ou reposições contínuas;
- III. Manutenção corretiva – consiste em solucionar problemas eventualmente surgidos, como troca de componentes, tendo em vista evitar que ocorram maiores danos aos equipamentos e utensílios; e
- IV. Manutenção de segurança – substituição de equipamentos e utensílios que possam vir a causar riscos durante seu uso.

5.9 REGISTROS ACADÊMICOS

O registro acadêmico é realizado por meio dos diários de classe em meio eletrônico. Todas as informações referentes à frequência, notas, conteúdos ministrados e atividades extraclasse são lançadas pelo(a) docente diretamente no sistema acadêmico. É possível ainda emitir relatórios como diário de notas e faltas, conteúdos lançados e listas de frequência de provas. Todos os diários ficam arquivados na Secretaria Acadêmica da FAMAZ.

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por todos os registros acadêmicos. Ademais dos aspectos colocados, ela também é responsável pelo processo de: trancamento do curso, cancelamento, retorno aos estudos, aproveitamento de estudos, adaptação, dependência, normativa da falta discente, comissão de formatura e colação de grau, além de orientar os alunos quanto aos documentos necessários para a solicitação de diplomas.

O controle acadêmico é totalmente informatizado, por meio de um sistema único, o Sistema Pedagógico e Financeiro (SPF) que permite o acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas dos discentes. O SPF possibilita aos professores registro de notas, frequências e conteúdos ministrados e pode ser acessado pelos mesmos, utilizando a Internet ou nos terminais de microcomputadores que se encontram à disposição nas salas de professores.

Este sistema foi desenvolvido pelo NTI da IES e contempla vários módulos que permitem o controle, acompanhamento e gerenciamento das informações sobre professores, alunos, disciplinas, turmas, notas, faltas, históricos, boletim, matrizes, atividades complementares, dados cadastrais do(a) estudante, aproveitamento de estudos, horários das aulas etc.

O registro dos conteúdos, das notas e frequência é feito pelo(a) docente, via internet (Área de Apoio do/a Professor/a). Também é possível disponibilizar materiais/notas de aula aos alunos.

Os alunos têm acesso às informações acadêmicas de qualquer lugar pela rede wi-fi (internet), mas pode também utilizar os terminais distribuídos nas instalações da instituição, cujo acesso se dá através de senha fornecida no ato da matrícula inicial.

A Instituição também disponibiliza a Central de Atendimento ao Aluno e de Atendentes das Coordenadorias de Curso, onde os alunos têm acesso atualizado acompanhamento dos processos acadêmico-administrativos. No site institucional

encontram-se disponibilizados documentos e normas institucionais, bem como as legislações pertinentes a área acadêmica.

6. CONTEXTO REGIONAL

6.1 ESTADO DO PARÁ

Desde os anos 1960, com o processo de colonização da Amazônia, iniciado pelo governo militar, a Região tida anteriormente como um vazio demográfico, passou a ser vista como um novo espaço de ação do capital nacional e internacional para o desenvolvimento. Assim foi deflagrado o processo extrativista de madeira e recursos minerais na região, ao mesmo tempo em que houve o incremento de políticas públicas e setoriais objetivando promover o processo de instalação do capital, estruturando, para esse fim, políticas e redes de serviços.

Os investimentos tiveram como resultado, um modelo de produção sem relação com as necessidades reais, exportações e importações nocivas à economia local, superutilização da matéria prima, a subutilização da força de trabalho e dos recursos naturais e humanos, como consequência no âmbito do social o agravamento das “expressões da questão social”, coroada pelo aumento do desemprego, da pobreza, das condições precárias de habitação, da precariedade das políticas públicas como, da educação, da saúde, da segurança pública e da segurança alimentar.

É neste contexto que se situa o Estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil, constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo aproximadamente 60% do território brasileiro. O Estado também faz parte da Amazônia Legal¹, ocupando 26% do território, sendo entrecortado de oeste a leste pelo Rio Amazonas, que desemboca no Oceano Atlântico. Essa localização está situada em uma zona de expansão da fronteira do agronegócio e dos grandes projetos em direção a Amazônia, apresentando um processo de avanço da pecuária extensiva, dos monocultivos, da exploração madeireira e da mineração.

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2004), a floresta Amazônica é um celeiro natural de riquezas, pois apresenta a Bacia Amazônica como a maior de água doce do mundo, possuindo 427 espécies de anfíbios, 3.000 espécies de peixes de água doce, 378 espécies de répteis, 40.000 plantas, 427 espécies de mamíferos, 1.294 espécies de aves, 226.000 habitantes indígenas, sendo que com 50 tribos ainda não foram efetivamente contatas. Esse santuário ecológico tem sido alvo da cobiça de grandes projetos econômicos que se instalam na região com um suposto

¹ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km².8 de junho de 2008 (IBGE, 2016).

propósito de efetivação de desenvolvimento, mas tem estabelecido permanentes processos de exploração que vem colocando em situação de risco o meio ambiente e sua população.

Segundo Leal (2010), o processo efetivo de acumulação do capital se estabelece na Amazônia, com fim das Guerras Mundiais, com o acúmulo de conhecimento social adquirido a definição do domínio hegemônico do bloco imperialista, a burguesia pautou a necessidade de uma nova divisão social do trabalho fundamentada por dois aspectos: que o aparelho produtivo e a industrialização capitalista precisavam avançar para outros territórios, rompendo suas antigas fronteiras existentes antes das guerras, objetivando potencializar esse processo como instrumento de contenção do avanço do socialismo.

As conduções mundiais de acumulação do capital no Brasil foram cumpridas, mediante a formulação de leis e instituições que efetivaram a consolidação do domínio do capital mundial sobre o território nacional, com objetivo de “facilitar a livre apropriação e exploração privada de território e riquezas naturais que, na sua maior parte estavam na Amazônia” (LEAL, 2010, p. 111).

Destaque dessa facilitação foi à criação do “Estatuto da Terra” que garantiu a exemplo aos casos Projetos Jary e Ford, espaços de assentamento, com a retirada de agricultores familiares de suas terras, transformando-os em trabalhadores assalariados de força de trabalho barata, entre outras situações. O Código de Mineração de 1967, outro caso emblemático, que possibilitou a abertura ilimitada das reservas patrimoniais brasileiras de mineral ao capital privado e internacional. Isso levou a Amazônia a ser o foco de intervenção principal para empresas multinacionais como ALCOA, Kaiser, OMNIUM, NALCO, Antunes, Lacombe e outros.

Esses processos de acumulação do capital na Amazônia brasileira foram pautados em duas perspectivas ideológicas que sustentaram sua ocupação e exploração. A primeira perspectiva sustentava que o território amazônico seria supostamente “vazio” de pessoas possuindo unicamente uma reserva de patrimônio natural, mineral e energético. A segunda perspectiva é que o potencial da região amazônica estava concentrado em sua “missão” de abastecer a acumulação do capital no fornecimento de matéria prima e força de trabalho barata. Esse discurso ideológico tem rendido ao desenvolvimento da Amazônia um lastro de atraso e abandono que se materializa em ausência e/ou precariedade de políticas públicas de infraestrutura e serviços sociais básicos à população que existe e sobrevive nela, acentuando profundas desigualdades sociais e regionais no Brasil com processo de acentuação da pobreza (LEAL, 2010).

É nesse contexto que o Pará tem se estabelecido no processo produtivo do sistema capitalista como uma “colônia bio-energético-mineral”, em que a produção mineral correspondeu em 2010 a 86% da exportação do Estado (MARQUES, 2012).

Essa extração mineral é realizada em um processo simples, ou seja, sem beneficiamento do produto, com geração de acentuados lucros as empresas industriais de extração. O Estado nos anos de 2008-2009, na Região da Amazônia Legal apresentava a maior diversidade dos produtos exportados de minério como: ferro, bauxita, manganês, caulim, cobre, entre outros, além do maior volume em toneladas (Tabela 24).

Tabela 24. Principais minerais exportados do Pará – 2015-2016

Estado	Tipo de minério	Produção mineral (ton.)	Valor (us\$)
Pará	Ferro	147,833 milhões	14,849 bilhões
	Bauxita	32,450 milhões	3,369 bilhões
	Manganês	1,978 milhão	531 milhões
	Caulim	1,375 milhão	609 milhões
	Cobre	802 mil	4,909 bilhões
	Níquel	55 mil	630 milhões

Fonte: DNPM (2016) – *Informe mineral do estado do Pará*.

Segundo Marques (2012), para indústria extrativa de mineral na Amazônia Legal, em 2014, projetava-se um investimento de US\$ 25,67 bilhões para extração do minério e US\$ 6,77 para beneficiamento. Agora, a projeção de investimentos planejados, até 2015, para o Pará totalizam US\$ 27,031 bilhões em extração e US\$ 11,356 bilhões em beneficiamento, sendo agregados a estes valores mais US\$ 2,704 bilhões em infraestrutura e transporte oriundos dos cofres públicos do Brasil. Importante destacar que os produtos in natura que saem do estado são transformados em mais riqueza e emprego nos países que os exportam.

Na esteira dos investimentos econômicos no Pará ainda há a agricultura, com a expansão agrícola da soja, uma leguminosa que, além de repor a fertilidade natural, liberando muito nitrogênio da sua folhagem, é muito consumida na manipulação da avicultura e da suinocultura. Todavia, a maior parte da sua produção é exportada para o exterior. Observa-se que, paulatinamente, estão sendo descobertas as vantagens da soja enquanto alimento humano.

A soja encontrou no Pará condições propícias para uma exploração a nível industrial em escala mundial em termos logísticos, fator considerado fundamental na rentabilidade da produção agrícola. Atualmente, a soja produzida aqui, conjugada com a produção do estado do Mato Grosso do Sul, vem sendo transportada pelo porto de Santarém, no Pará, uma alternativa rápido e mais barata, descentralizando as vias de

escoamento e sinaliza grandes oportunidades quanto à exportação da soja, gerando empregos e divisas (FERREIRA, 2004).

O Pará é o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.248.042,515 km², pouco maior que Angola, dividido em 144 municípios (com a criação de Mojuí dos Campos), está situado no centro da região norte e tem como limites o Suriname e o Amapá a norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Maranhão a leste, Tocantins a sudeste, Mato Grosso a sul, o Amazonas a oeste e Roraima e a Guiana a noroeste.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Pará congrega uma população de 7.581.051 habitantes, estando 68,5% (5.191.559) na área urbana e 31,5% (2.389.492) na área rural. Sua capital, Belém, reuniu em sua região metropolitana, numa estimativa do IBGE para o ano de 2014, 2.381.661 habitantes, sendo a maior população metropolitana da região Norte, abrangendo municípios como Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Barbara, Santa Isabel, Benevides e Castanhal. Outras cidades importantes do estado são Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Itaituba, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém e Tucuruí.

A População Economicamente Ativa ocupada corresponde a 65,3% da população total e se concentra majoritariamente no município de Belém, com quase 30% da população total. Quanto à população economicamente desocupada existe 10,2 % e população economicamente inativa são 24,6% (IBGE, 2010).

Tabela 25. População da Região Metropolitana de Belém.

Município	Área (km ²)	População em 2010	Estimativa IBGE de população em 2016
Ananindeua	190.451	471.980	510.831
Belém	1.059.458	1.393.399	1.446.042
Benevides	187.826	51.651	59.836
Marituba	103.343	108.246	125.435
Santa Bárbara do Pará	278.154	17.141	20.077
Santa Izabel do Pará	717.662	59.466	67.686
Castanhal	1.028.889	173.149	192.571
TOTAL	3.565.783	2.275.032	2.422.478

Fonte: IBGE (2017).

A população do estado, quanto aos grupos de idade, 42,68% encontra-se na faixa etária de 0 a 19 anos, 27% entre 20 a 34 anos, 24% entre 35 a 59 anos e 7% de 65 anos em diante. Portanto, mais de 50% da população é composta por jovens na faixa etária de 0 a 34 anos. Quanto ao sexo 51% são homens e 49% são mulheres.

6.2 CONTEXTO REGIONAL PARA O CST EM GESTÃO AMBIENTAL

6.2.1 História do Estado do Pará

Apesar da história do Pará iniciar antes do descobrimento do Brasil, já que o território era povoado pelos marajoaras, os dados históricos apontam para os momentos pós-descobrimto. A colonização portuguesa começou em 1616 com a construção do Forte do Presépio na baía de Guajará. Denominado inicialmente de Grão Pará, o território fazia parte de uma das 14 capitanias da América portuguesa. Isso ocorreu a partir de 1621, com a divisão do território da América portuguesa em duas unidades administrativas. A então capitania do Pará (cuja etimologia remonta ao Rio Pará) ficou sob a custódia do Estado do Maranhão.

Foi somente em 1751, com as modificações das unidades administrativas que houve a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão cuja capital passou de São Luis para Belém do Pará. Este Estado ainda abrangia as regiões dos atuais Estados do Amazonas, Amapá, Roraima, Maranhão e Piauí.

O desmembramento deste estado iniciou a partir de 1755 e em 1772 Maranhão e Piauí foi retirado deste território. O status de província só ocorreu em 1823 com a adesão do Pará ao Brasil independente, sendo a última a se incorporar ao império.

Nos anos compreendidos entre 1835 e 1840 ocorreu um movimento chamado Cabanagem. Trata-se de uma revolta na qual, negros, índios e mestiços tomaram o poder da elite política da província. Entre as causas da revolta estava a pobreza extrema das populações ribeirinhas e o descaso político da província das elites nacionais após a independência do Brasil.

Em 1850 a província do Grão Pará se divide em duas unidades formando a província do Pará e Amazonas. Em 15 de novembro de 1898 com a proclamação da república, as províncias passam a ser chamadas de Estados.

A partir de 1880 a economia paraense sofre um boom de crescimento decorrente do ciclo da borracha. Houve imigração em massa, principalmente do nordeste Brasileiro, para realizarem a extração da borracha dos latifúndios da elite da capital, Belém.

O primeiro ciclo da borracha teve duração de 30 anos e Belém do Pará foi residência dos Barões da Borracha. A presença da arquitetura francesa e construções de prédios de ferro como o Ver-o-Peso, denominada de Belle Époque (Figura 1, 2, 3 e 4) bem como a construção do primeiro cinema do Brasil cine Olympia e do Teatro da Paz,

marcaram este primeiro ciclo. Neste período a capital paraense era considerada a cidade mais desenvolvida do País.

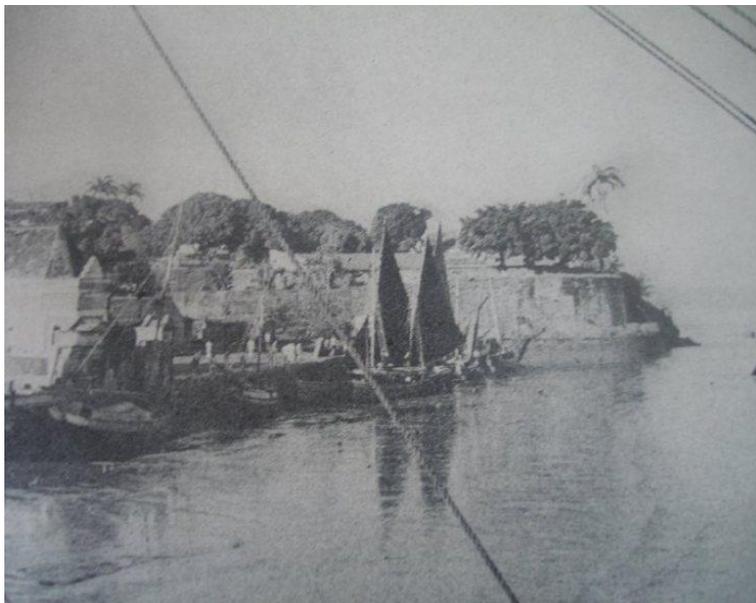


Figura 2. Forte do Presépio. Belém, Metrópole da Amazônia. Fonte: www.ufpa.br.



Figura 3. Bonde na Avenida 16 de Novembro, às proximidades da antiga Lóbrás. Belém, Metrópole da Amazônia. 1940. Fonte: www.blogdogersonogueira.wordpress.com.



Figura 4. Praça do Relógio. Fonte: ignacioneto.blogspot.com.



Figura 5. Avenida Presidente Vargas. Fonte: somostodosedmilson.blogspot.com.



Figura 6. Primeiros ônibus, conhecido como Zepelin, na capital. Belém, Metrópole da Amazônia, Pará. Fonte: www.xico-rocha.blogspot.com.

O segundo ciclo da borracha remete a segunda guerra mundial. Ocorre a cria o do Banco de Crédito da Borracha para incentivar a retomada da extra o de látex, já que

crecia a demanda norte americana pelos insumos. Neste período houve a construção do aeroporto internacional e o Grande Hotel. Este ciclo teve uma curta duração já que a rendição japonesa proporcionou aos Estados Unidos a criação de colônias de produção de borracha na Ásia. A partir daí o Estado entra em declínio e passa a ser um mero exportador de matéria prima.

Com a criação da nova capital brasileira o Pará foi redescoberto no ano de 1960 com a construção de uma rodovia que ligava a capital paraense a nova capital brasileira, chamada de Rodovia Belém-Brasília (Figura 6). Esta via mudou o modelo de transporte da região que era basicamente fluvial e passou a adotar o transporte rodoviário facilitando a escoação de produtos e pessoas.

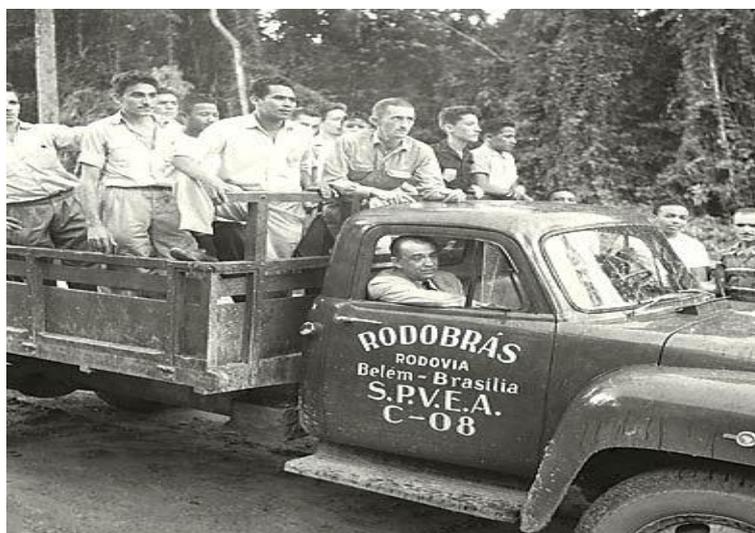


Figura 7. Trabalhadores da construção da Rodovia Belém-Brasília. 1958. Fonte: www.veja.abril.com.br.

Com o slogan “integrar para não entregar” os governos militares iniciaram uma campanha de ocupação da Amazônia. A concepção de que o solo amazônico era extremamente fértil somado as prospecções minerais no sudeste do Estado e a descoberta das Reservas de Carajás além da construção da hidrelétrica de Tucuruí iniciaram um movimento de colonização das regiões mais afastadas da capital.

6.2.2 Símbolos Oficiais do Estado do Pará

A bandeira, juntamente com o hino e o brasão, são os símbolos oficiais do Estado do Pará.

O Brasão ou Escudo de Armas do Estado do Pará (Figura 8) foi criado em 09 de novembro de 1903, pela Lei Estadual de nº 912, que estipulou a criação de

um Brasão (ou Escudo) de Armas para o Estado. Seus autores são: José Castro Figueiredo (arquiteto) e Henrique Santa Rosa (Historiador e Geógrafo).

A Bandeira do Estado do Pará, Figura 9, é composta por um desenho com as seguintes características: um retângulo vermelho com uma faixa branca oblíqua, que vai do canto superior esquerdo ao canto inferior direito, e uma estrela azul no centro da faixa.

Os Brasões dos municípios de Belém, Paragominas, Santarém e Marabá, podem ser observados nas Figuras 10, 11, 12 e 13, respectivamente.



Figuras 8, 9, 10, 11, 12, 13. Símbolos oficiais do Estado do Pará. Figura 8. Brasão do Estado do Pará; Figura 9. Bandeira do Estado do Pará; Figura 10. Brasão do município de Belém; Figura 11. Brasão do município de Paragominas; Figura 12. Brasão do município de Santarém; Figura 13. Brasão do município de Marabá. Fonte: <http://www.wikipedia.org>.

6.2.3 O Pará hoje

O Estado do Pará é o segundo maior Estado federativo do Brasil. Engloba uma grande região geográfica heterogênea, situada inteiramente na Amazônia. Tem como limites o Suriname e o Estado do Amapá ao norte, o oceano atlântico ao nordeste, o Estado do Maranhão a leste, o estado do Tocantins a sudeste, o estado do Mato Grosso ao sul, o Estado do Amazonas a oeste e Roraima e Guiana a noroeste.

Possui relevo baixo e plano sendo que 58% de seu território se encontram abaixo dos 200 metros. Serra de Carajás, Serra do Cachimbo e Acari possuem as maiores altitudes, superando os 500 metros. Os principais rios são o Amazonas, Tapajós, Tocantins, Xingu, Guamá, Jari e Pará.

Em decorrência de sua vastidão territorial possui baixa densidade demográfica, sendo que a maior parte está concentrada em áreas citadinas, apesar de que o Estado

conta com uma grande parcela habitando áreas rurais em comparação com outros Estados.

Do ponto de vista sócio-econômico, o Estado caracteriza-se como uma região periférica ativa de um país em desenvolvimento, possuidora de alguns entraves sociais, mas detentora de imensos potenciais com sua base econômica ainda ligada às atividades extrativas e primárias (Atlas de Integração Regional 2010). Além disso, possuem discrepâncias históricas de desenvolvimentos entre suas 12 regiões.

A macrorregião Nordeste (Figura 14) possui cerca de 22% do Estado e concentra a maior riqueza e qualidade de vida. A macrorregião Sudeste possui 25% do Estado, possui grande parque agroindustrial voltada para a exportação, apenas 20% da população deste território é paraense. A macrorregião Oeste compreende mais da metade de todo território paraense, trata-se da região menos populosa e habitada e é onde a reserva florestal está mais preservada.

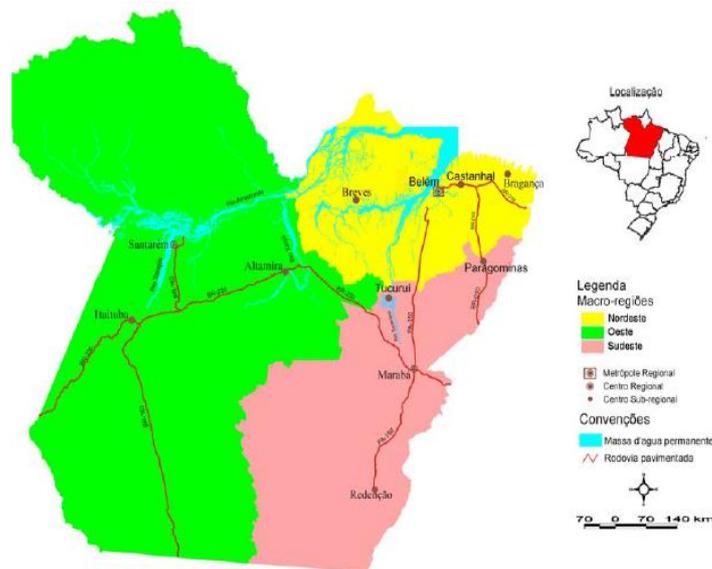


Figura 14. Macrorregiões do Pará, segundo o processo de ocupação. Fonte: IBGE, 2010.

Entretanto o Estado tem apresentado sinais de mudança, haja vista a implantação de infraestrutura (pólos industriais), logística (Eclusas, Hidrovias e Rodovias), verticalização da produção mineral (ALPA) e regularização do setor florestal (ZEE) avançando em um novo modelo de desenvolvimento.

6.2.4 Indicadores do Estado do Pará

O Estado do Pará (topônimo de origem tupi e significa mar) é uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, sendo o segundo maior estado do país, englobando uma grande região geográfica heterogênea com extensão de 1.247.689,50 km², equivalente a

14,7% do território nacional.

Os 144 municípios (com a criação de Mojuí dos Campos) do Estado do Pará, encontram-se situados inteiramente na Amazônia e distribuídos em 12 regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Região Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu (Figura 15).

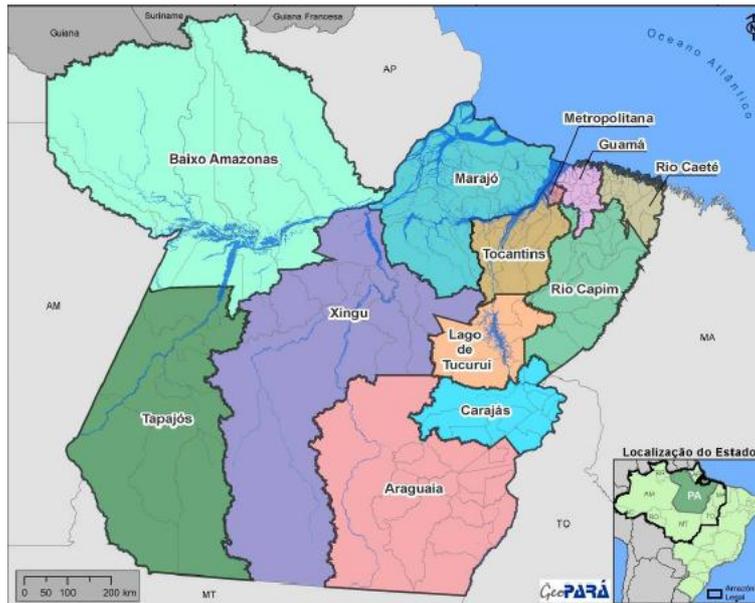


Figura 15. Regiões de Integração do Estado do Pará. Fonte: Elaboração: SEIR/Geopará, 2009.

Trata-se do mais rico estado da região Norte, contando com uma população de 7.581.051 habitantes e densidade demográfica de 6,07 (hab/Km²), sendo a maior concentração populacional, de 28,34%, verificada na Região Metropolitana de Belém, com cerca de 2,1 milhões habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010.

Além no Belém, os municípios de Ananindeua com 471.980 habitantes; Santarém com 294.580 habitantes; Marabá com 233.669 habitantes; Castanhal com 173.149 habitantes; Parauapebas com 153.908 habitantes; Abaetetuba com 141.100 habitantes; Cametá com 120.896 habitantes; Bragança com 113.227 habitantes; Marituba com 108.246 habitantes; Barcarena com 99.859 habitantes; Itaituba com 97.493 habitantes; Paragominas com 97.819 habitantes; Tucuruí com 97.128 habitantes e Breves com 92.860 habitantes figuram entre os mais populosos no Estado.

O relevo é baixo e plano; 58% do território se encontra abaixo dos 200 metros. As altitudes superiores a 500 metros estão nas serras de Carajás, Caximbo e Acari.

6.2.4.1 Economia

A economia paraense esteve pautada no extrativismo, tanto de base vegetal (exploração de madeira) como de base mineral (destaque para as províncias minerais do sudeste do Estado). Outros destaques do setor econômico são a pecuária, agricultura, a indústria e o setor de comércio e serviços.

Possui Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 44,376 bilhões (IBGE, 2004). A Região Metropolitana se apresenta na liderança concentrando R\$ 15,68 bilhões, seguida da Região de Carajás com R\$ 6,89 bilhões.

Um aspecto importante da economia do Estado são as obras de infraestrutura, tais como a construção de hidrelétricas, eletrificações urbana e rural e dotação de espaços para acesso a internet (busca de informação e comunicação). Esses fatores são fundamentais para o desenvolvimento local uma vez que atinge mercados que estavam isolados.

Em menor escala os programas sociais também contribuem para o giro da economia local, porque no que se refere ao mercado de trabalho, a existência de mão de obra qualificada é essencial no aumento da produtividade e da competitividade local/regional, brasileira e no mercado internacional. Neste contexto é importante ressaltar alguns programas sociais de qualificação de mão obra.

No que diz respeito à exportação e importação cuja participação é expressiva na economia paraense (principalmente a exportação) e essa relação entre as duas movimentações acaba definindo a balança comercial do Estado do Pará e as relações do Estado, suas Regiões de Integração com os mercados nacional e internacional.

A exportação pauta principalmente os minérios de ferro não aglomerados, alumina calcinada, alumínio, ferro fundido e bovinos. As regiões de Carajás e Tocantins são os territórios que mais exportam. Em 2009 essas duas regiões somadas apresentaram valores de US\$ 7,55 bilhões neste setor.

As importações somam valores pequenos e contribuem para o balanço comercial denotando o expressivo superávit destas regiões.

No entanto, a população economicamente ativa (PEA) da Região Norte acaba sendo a menor do Brasil, uma vez que a população é a menor do país. De acordo com dados do Governo do Estado, em 2008 o Pará contava aproximadamente 3.503.000 pessoas dentro da PEA.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2009, os empregos formais

atingiram a marca de 399.105 postos no Estado. O setor terciário (Utilidade e administração pública, comércio e serviços) abriga a maior parte desta população com 54,74%. O Setor Secundário, através da indústria de transformação e construção civil abriga 32,82% e o Setor Primário (extrativismo vegetal, mineral e agropecuário) abriga 12,43% dos postos. Mais uma vez a Região Metropolitana concentra a maior fatia com 310,3 mil pessoas empregadas (Tabela 26).

Tabela 26. Pessoas empregadas por Região de Integração (2009). Fonte: MTE, 2009.

Regiões de Integração	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Araguaia	6.974	4.626	13.961	25.561
Baixo amazonas	5.262	4.329	34.576	44.167
Carajás	5.643	5.583	35.158	46.384
Guamá	3.794	6.276	24.879	34.949
Lago Tucuruí	1.026	6.712	14.278	22.016
Marajó	516	4.415	8.214	13.145
Metropolitana	3.055	25.836	310.342	339.233
Rio Caeté	798	718	11.014	12.530
Rio Capim	6.531	13.980	18.494	39.005
Tapajós	545	1.989	8.965	11.499
Tocantins	1.018	7.407	27.991	36.416
Xingu	780	2.743	7.065	10.588
TOTAL	35.942	84.614	7.065	10.588

Do ponto de vista econômico, os 12 (doze) principais municípios do Estado do Pará podem ser visualizados, em ordem decrescente de receita, na Tabela 27 abaixo:

Tabela 27. Principais municípios paraenses do ponto de vista econômico, em ordem decrescente.

Município	Receita (R\$)
Belém	<i>R\$ 1.388.465.697,00</i>
Parauapebas	<i>R\$ 367.992.381,00</i>
Marabá	<i>R\$ 293.226.123,00</i>
Ananindeua	<i>R\$ 270.718.288,00</i>
Santarém	<i>R\$ 223.498.564,00</i>
Barcarena	<i>R\$ 175.986.810,00</i>
Castanhal	<i>R\$ 141.657.105,00</i>
Paragominas	<i>R\$ 118.758.913,00</i>
Altamira	<i>R\$ 103.561.240,00</i>
Itaituba	<i>R\$ 85.129.875,00</i>
Redenção	<i>R\$ 66.567.041,00</i>
Salinópolis	<i>R\$ 28.884.148,00</i>

6.2.4.2 Infraestrutura

O conjunto de indicadores que busca uma análise de infraestrutura tem como foco a existência de elementos que possibilitam a redução e pobreza e melhoria da qualidade de vida das pessoas. As variáveis analisadas aqui são: Trafegabilidade, Comunicação, Disponibilidade de Energia Elétrica, de Água de Rede Geral, acesso a Rede de Esgoto, Habitação e Rede Bancária.

6.2.4.2.1 Trafegabilidade

O Estado do Pará apresenta hoje uma infra-estrutura com um avanço no que se diz respeito à malha rodoviária totalizando 11.749,40 km de rodovias estaduais e federais, sendo que 53,32% destas ainda correspondem a revestimento primário. A região de Rio Capim é quem detém da maior concentração de malhas pavimentadas totalizando 895,93 Km. A região do Tapajós é que menor concentra essa variável, com apenas 30 km de rodovias pavimentadas. A região metropolitana possui sua totalidade de vias pavimentadas somando 137,33 Km.

Tratando-se de serviços de transporte, o Estado do Pará possui um percentual significativo desta modalidade através de barcos com média de 55% em todo o Estado. O uso desse modal está concentrado nas regiões do Baixo Amazonas, Marajó, Tocantins e Lago Tucuruí. Esses números denotam uma demanda reprimida da necessidade do desenvolvimento da infraestrutura desse modal de transporte para a região. Ressalta-se que o Pará conta com um sistema portuário constituído por dez portos públicos. Em contramão, a cobertura de serviços de transporte por avião é baixa, pois somente 36 municípios possuem este serviço o que influencia negativamente no atendimento de demandas emergenciais aos lugares mais isolados do território paraense.

Em relação ao atendimento por ônibus intermunicipal o Estado apresenta cobertura de 81% o que confirma a intenção predominante das políticas pelo modal rodoviário (Atlas de Integração Regional 2010). Nota-se a existência de serviço de moto-taxi em 125 municípios o que sinaliza uma mudança nas opções no meio de transporte urbano.

6.2.4.2.2 Comunicação

A partir do ano de 2001, através de pesquisa feita pelo IBGE juntos as prefeituras, foram adotados cinco veículos como principais meios de comunicação: Estações de rádio AM, estações de rádio FM, unidades de ensino superior, geradora de TV e provedor de

internet. Dessa forma, todas as regiões do Estado estão cobertas com algum meio de comunicação.

6.2.4.2.3 Disponibilidade de energia elétrica

A energia elétrica no Estado é atendida pela Rede de Centrais elétricas do Pará (Rede CELPA). Segundo o relatório da própria Rede CELPA (2009), a empresa fornece energia elétrica para os 143 municípios do Estado (Tabela 28), servindo 1.608.602 unidades consumidoras. De acordo com o Atlas de Integração Regional (2010) 95,3% desta energia é comprada de um conjunto de Empresas Geradoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), o 4,7% restantes é proveniente de geração própria e terceirizada. Outro dado importante é que toda energia fornecida pela CELPA, aproximadamente 41% é usada para consumidores residenciais, 24% comerciais, 24% industriais e 11% outros (repartições públicas e iluminação pública). Programas do Governo Federal em parceria com os governos estaduais e concessionárias de energia elétrica têm contribuído de forma significativa para a consolidação desse setor.

Tabela 28. Distribuição de energia Elétrica. Consumo por Kw/h nas Regiões de Integração (2009). Fonte: Rede CELPA, 2009.

Regiões de Integração	Residencial	Industrial	Rural	Poder público	Comércio e Serviço
Araguaia	10.884.683	12.600.677	3.137.147	1.950.778	4.980.180
Baixo amazonas	12.170.321	3.535.582	255.192	2.446.864	5.916.391
Carajás	13.666.022	20.572.744	1.188.001	2.350.683	6.944.665
Guamá	11.549.444	7.303.346	2.910.333	1.758.924	4.413.146
Lago Tucuruí	6.134.029	3.131.887	569.469	905.018	2.476.653
Marajó	4.494.288	293.904	52.474	773.012	1.180.247
Metropolitana	80.487.858	27.017.096	321.613	19.399.440	60.016.731
Rio Caeté	7.157.508	1.307.098	955.254	876.822	2.317.261
Rio Capim	9.953.066	8.314.285	1.633.128	1.313.506	3.732.454
Tapajós	3.264.519	6.743.345	147.599	577.050	1.523.496
Tocantins	8.793.520	8.853.825	947.203	1.330.488	4.719.284
Xingu	6.307.525	2.806.636	1.162.651	1.139.377	2.678.769
TOTAL	174.862.783	102.426.425	13.270.264	34.821.962	100.899.277
Média Estadual	14.571.899	8.535.535	1.105.855	2.901.830	8.408.273

6.2.4.2.4 Acesso à água de rede geral

Para a análise desta variável utilizou-se a definição do IBGE que considera duas formas de abastecimento: (a) Rede Geral, no qual o domicílio é servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna, e (b) Poço ou

Nascente, com o domicílio sendo abastecido por canalização interna, proveniente de poço ou nascente.

Nesse sentido, a região metropolitana é a melhor abastecida com 416.305 domicílios seguido da região do Baixo Amazonas com 117.976 domicílios. A região que possui o menor número de domicílios abastecidos é a região de Tapajós com pouco mais de 20 mil domicílios.

6.2.4.2.5 Acesso à rede de esgoto

Quando se analisa o percentual dos domicílios ligados a rede geral de esgoto, verificou-se que no ano de 2000 apenas a Região Metropolitana possuía mais de 20% de seus domicílios ligados a uma rede geral de esgoto. Esses números traduzidos apontam de que 416.305 domicílios analisados, 82.602 possuem rede de esgoto e na contramão 21.474 domicílios não possuíam banheiro nem sanitário. As outras regiões não ultrapassam 7% de seus domicílios conectados a uma rede de esgoto.

6.2.4.2.6 Habitação

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Pará possui 1,3 milhões de domicílios. Destes, mais de 600 mil apresentam carências de infraestrutura, segundo pesquisas da Fundação João Pinheiro (FJP), relacionadas ao baixo grau de habitabilidade das moradias existentes, com alto grau de depreciação, adensamento excessivo de moradores, problemas de natureza fundiária e não possuem unidade sanitária domiciliar exclusiva.

Tais entraves são fruto de um processo histórico de ocupação, embasado por políticas inadequadas, e que ainda hoje não leva em consideração as especificidade e necessidades da região amazônica.

Dos problemas elencados, a inexistência do título da terra é um dos principais fatores que inviabilizam a captação de recursos federais para a implementação de programas habitacionais.

Na Região Metropolitana de Belém, com grande número de habitantes e a maior densidade demográfica do Estado, possui cidades como Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, com grande concentração de pessoas e evidencia um agrupamento de problemas relacionados à precariedade do saneamento básico, segurança e rede de transportes, sendo os municípios de Belém

e Ananindeua os que possuem maior carência de novas habitações de interesse social, com um déficit de aproximadamente 296 mil e 92,5 mil unidades, respectivamente.

Contudo, nesta região existe forte atuação do mercado imobiliário. Nota-se em Belém, a existência de dezenas de prédios e condomínios horizontais em construção, aos quais, o acesso é restrito à pessoas com poder de endividamento. Não existe interesse do mercado em produzir habitação para quem ganha até três salários mínimos, cabendo ao Estado esta tarefa.

6.2.4.2.7 Rede Bancária

Segundo o IBGE (2008) o Estado do Pará possuía 200 agências bancárias distribuídas nas 12 regiões de integração. A região metropolitana possui 113 agências e em 2007 movimentou R\$ 3.711.780.598,09 em operações de créditos. Esses indicadores sinalizam à predominância nessa região o que reafirma seu papel importante na economia, combinados ao comércio e serviços.

É importante ressaltar que a crescente infraestrutura paraense tem possibilitado hoje o desenvolvimento de muitos projetos econômicos produtivos, mesmo que se pesem os déficits infraestruturais. Energia elétrica, portos e aeroportos, além de um bom sistema de telecomunicações favorecem para que o Pará se torne uma vitrine de investimentos.

6.2.5. Forças do Pará

6.2.5.1 Saúde e Qualidade de Vida

O Pará ainda pode ser considerado carente no que se refere à estrutura e instalações de saúde básica. Isso se deve principalmente pela lacuna encontrada no interior do Estado, uma vez que a Região Metropolitana oferece serviços e estrutura de grandes hospitais públicos (Metropolitano, Hospital Universitário Barros Barreto, Ophyr Loyola, Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, etc.) e privados (Hospital São Luis, Adventista, Rede Unimed).

Segundo o IBGE (2009), existem 2.742 estabelecimentos de saúde no Estado, sendo que 2.057 são da rede pública e desses, 1.932 são da rede municipal. Somente na capital paraense há a presença de 380 estabelecimentos totais de saúde, entretanto apenas 100 são da rede pública.

É importante destacar que estão ocorrendo a construção de diversas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no Estado, nos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Capanema, Bragança, São Miguel do Guamá, Tucuruí, Marabá e Itaituba. Essas unidades terão como principais objetivos desafogar o congestionamento das emergências e pronto-socorros da capital e dos pólos regionais.

Para uma análise mais apurada da saúde no Estado, serão levados em consideração três indicadores: (a) Taxa ou coeficiente de mortalidade infantil; (2) taxa ou razão de mortalidade materna e; (3) taxa de longevidade ou de esperança (expectativa) de vida (que compõe o índice de desenvolvimento humano).

A Taxa de Mortalidade Infantil indica os níveis de saúde de uma população e sintetiza as condições de bem estar social, isto porque indica a probabilidade de sobrevivência no primeiro ano de vida, e por essa razão reflete as condições concretas de moradia, salários e compromisso com a proteção à renovação geracional. Ressalta-se que nas últimas seis décadas tem se verificado uma queda na taxa de mortalidade infantil no país. Esta dinâmica também se reflete no Pará que possui a média de 23,15 mortes a cada mil nascimentos até o ano de 2005. A meta é que em 2015 a mortalidade se reduza a 16,03 a cada mil nascimentos.

Sobre a definição de Mortalidade Materna, admite-se como a “morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação” excetuam-se mortes acidentais. A importância desse indicador é reconhecida internacionalmente nos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM). Em 1990, a cada 100.000 nascimentos, 64,32 mulheres faleciam em decorrência das definições acima. O Estado do Pará possuía em 1994 a taxa de 59,64 tendo alcançado 57,78 no ano de 2000. A avaliação é que no período de 1994-2000 o Estado do Pará teve um desempenho negativo, abaixo da média nacional. A meta estimada no Estado para o ano de 2015 é de 14,91.

Outro indicador importante é a Taxa de Longevidade ou Esperança de Vida ou Expectativa de Vida. Esse indicador é definido como o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver. É calculado considerando a população e os obituários, além de refletir ao nível e qualidade ao acesso de saúde, educação, cultura e lazer, bem como a violência, criminalidade, poluição e situação econômica do lugar. De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Governo do Pará, em 2005, o Estado possuía a média de expectativa de vida de 71,39 anos, indo ao encontro da média nacional que indicava 72,05 anos. O incremento da longevidade do paraense se dá em parte pela melhoria relativa no acesso da população a alguns serviços de

infraestrutura de saneamento básico e redução da mortalidade infantil (Tabela 29).

Tabela 29. Expectativa de Vida Brasil, Pará, Regiões de Integração. Anos 2004 e 2005. Fonte: SEPOF, 2005.

Regiões de Integração	Expectativa de vida (em anos)	
	2004	2005
Brasil	71,74	72,05
Pará	71,11	71,39
Araguaia	72,35	72,34
Baixo amazonas	75,70	75,71
Carajás	67,81	68,70
Guamá	77,44	75,51
Lago Tucuruí	68,04	67,56
Marajó	80,43	80,44
Metropolitana	70,15	70,50
Rio Caeté	76,52	77,36
Rio Capim	74,42	76,97
Tapajós	70,30	73,18
Tocantins	77,13	77,42
Xingu	70,71	71,59

Para análise do nível de cobertura dos programas de saúde, utiliza-se o Programa Saúde da Família (PSF). A concepção desse programa é considerada inovadora, pois se propõe a substituir o modelo tradicional, pautado por práticas curativas e na hospitalização, por outro modelo de caráter preventivo. No período de 1995-2006 o PSF proporcionou a cobertura de 21% da população paraense. No ano de 2009, houve incremento dessa cobertura que hoje atinge mais de 38,48% da população com 838 equipes atuando em 137 municípios.

Tabela 30. Características do Programa Saúde da Família (PSF) nas Pará, Regiões de Integração do Pará. Fonte: CIABA, 2006.

Regiões de Integração	de	Proporção da população coberta pelo PSF	Média anual de consultas médicas nas especialidades básicas	Média mensal de visitas domiciliares por família
Araguaia		38,56	1,57	1,07
Baixo amazonas		19,66	0,86	0,71
Carajás		29,13	2,94	0,73
Guamá		53,50	1,29	0,74
Lago Tucuruí		30,29	1,48	0,56
Marajó		20,37	0,71	0,62
Metropolitana		43,09	1,26	0,47
Rio Caeté		34,51	1,28	0,78
Rio Capim		34,34	1,18	1,05
Tapajós		15,60	0,45	0,55

Tocantins	25,49	1,50	1,02
Xingu	20,97	1,55	1,17

Por fim, no que se refere à análise da disponibilidade de equipamentos de saúde, considera-se a distribuição de leitos por mil habitantes. Os dados de 2008 dessa variável demonstram que o Estado possui a média de 2,22. A Região Metropolitana é a que apresentava a maior média com 3,09. A região do Marajó possuía apenas 0,88, caracterizando uma baixa capacidade instalada de equipamentos de saúde nesta região e acarretando um fluxo migratório para a capital em busca de leitos. Entretanto, nos últimos 3 anos houve um aumento de 180% na quantidade de leitos. Em dezembro de 2006 eram 398 leitos, hoje são 1.116 leitos.

6.2.5.2 Turismo

Esta variável está entre os três principais segmentos da economia paraense, consolidando-se como um setor de grande atração para emprego e geração de renda. Só no ano de 2008, este setor contribuiu com 2,79% do PIB estadual, faturando R\$ 841 milhões e gerando 78.104 empregos. O turismo de negócios ainda se consolida como o principal tipo de turismo trazendo um fluxo de 57,8% de turistas ao Estado. O turismo de lazer corresponde a 44,3%.

O estímulo à atividade turística se dá por dois fatores: a execução de obras que embelezam cidades paraenses e a divisão do Estado em seis pólos turísticos, que contemplam diversas vertentes da atividade. Dados da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) de 2008 apontam para um incremento de 5,4% do turismo paraense em relação ao ano anterior. Segundo o órgão, 586.010 turistas se hospedaram em hotéis paraenses naquele ano. Desse total, 532.670 eram brasileiros e 53.340 eram estrangeiros.

Destacam-se como pólos turísticos paraenses: Belém, Costa Atlântica, Tapajós, Araguaia-Tocantins, Marajó e Xingu.

A Costa Atlântica abrange os municípios da região do salgado como Salinópolis, Bragança e Marapanim, com belíssimas praias banhadas pelo Oceano Atlântico como as praias de Algodal e Atalaia (Figura 16 e 17, respectivamente).



Figuras 16 e 17. Praias da Amazônia Atlântica. Figura 16. Praias de Algodão, na Ilha de Algodão; Figura 17. Praia do Atalaia, em Salinópolis, Estado do Pará. Fonte: <http://www.hierophant.com.br>.

O pólo do Tapajós ocorre o encontro das águas dos Rios Amazonas e Tapajós (Figura 18) que pode ser visualizado da orla do município de Santarém. O município ainda de Santarém conta com belas praias formadas no rio tapajós chamado de Alter do Chão (Figura 19), além de festas folclóricas como a do Sairé (Figuras 20 A e 20 B). Aventuras com belas cachoeiras e formação rochosas localizadas próximo a cidade de Itaituba, exuberantes fauna e flora são outras possibilidades de turismo na região.



Figuras 18 e 19. A. Encontro das águas dos Rios Amazonas e Tapajós; B. Praia de Alter do Chão, no município de Santarém. Fonte: <http://www.hierophant.com.br>. Fonte: [skyscrapercity.com](http://www.skyscrapercity.com).



Figura 20. A e B. Festa Folclórica do Sairé. Município de Santarém. Estado do Pará. Fonte: blogquartopoder.com.br.

O pólo Araguaia-Tocantins também é voltado para o turismo de aventura. Concentra atrações como o torneio de pesca (Figuras 21 A e 21 B) que ocorre anualmente no Lago de Tucuruí e praias fluviais. Este torneio só acontece no verão amazônico.



Figura 21. A e B. Torneio de Pesca no pólo Araguaia-Tocantins:.. Fonte: www.hiroshibogea.com.br.

O pólo de Marajó, localizado na maior Ilha fluvial do mundo, na foz do Rio Amazonas, é onde o turismo ecológico está mais desenvolvido. As atrações vão desde a pororoca até a culinária. Neste pólo existe presença maciça de turistas de todo Brasil e estrangeiros. Vastos campos naturais, praias e a presença de búfalos fazem parte das paisagens naturais dessa Ilha (Figuras 22 A e 22 B).



Figuras 22. A e B. Praias do Pólo Marajó. Estado do Pará. Fonte: www.revistadeturismopb.com.br.

O pólo do Xingu é representado pelo município de Altamira, conhecido como o maior município do mundo em termos de extensão. O município é dono de belas praias e de uma riqueza cultural muito bem preservado pelos descendentes de indígenas (Figura 23 A) e portugueses da região. O rio que dá nome a região é um dos principais corredores da pesca esportiva do Estado. A paisagem da região é completada com cachoeiras, corredeiras e praias de água doce (Figura 23 B).



Figuras 23. Município de Altamira, Estado do Pará. Figura A. Tribos Indígenas habitantes do município de Altamira; Figura B. Pôr-do-sol no Rio Xingu. Fonte: A: www.lgcorporativo.com; Fonte B: www.ebc.com.br.

Belém é o pólo que guarda um acervo de museus, teatros, bosques e praias de rios com ondas, como as de Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro, além de uma das maiores manifestações religiosas do mundo, o Círio de Nazaré. As figuras 24 (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O) revelam alguns dos pontos turísticos mais importantes da capital.



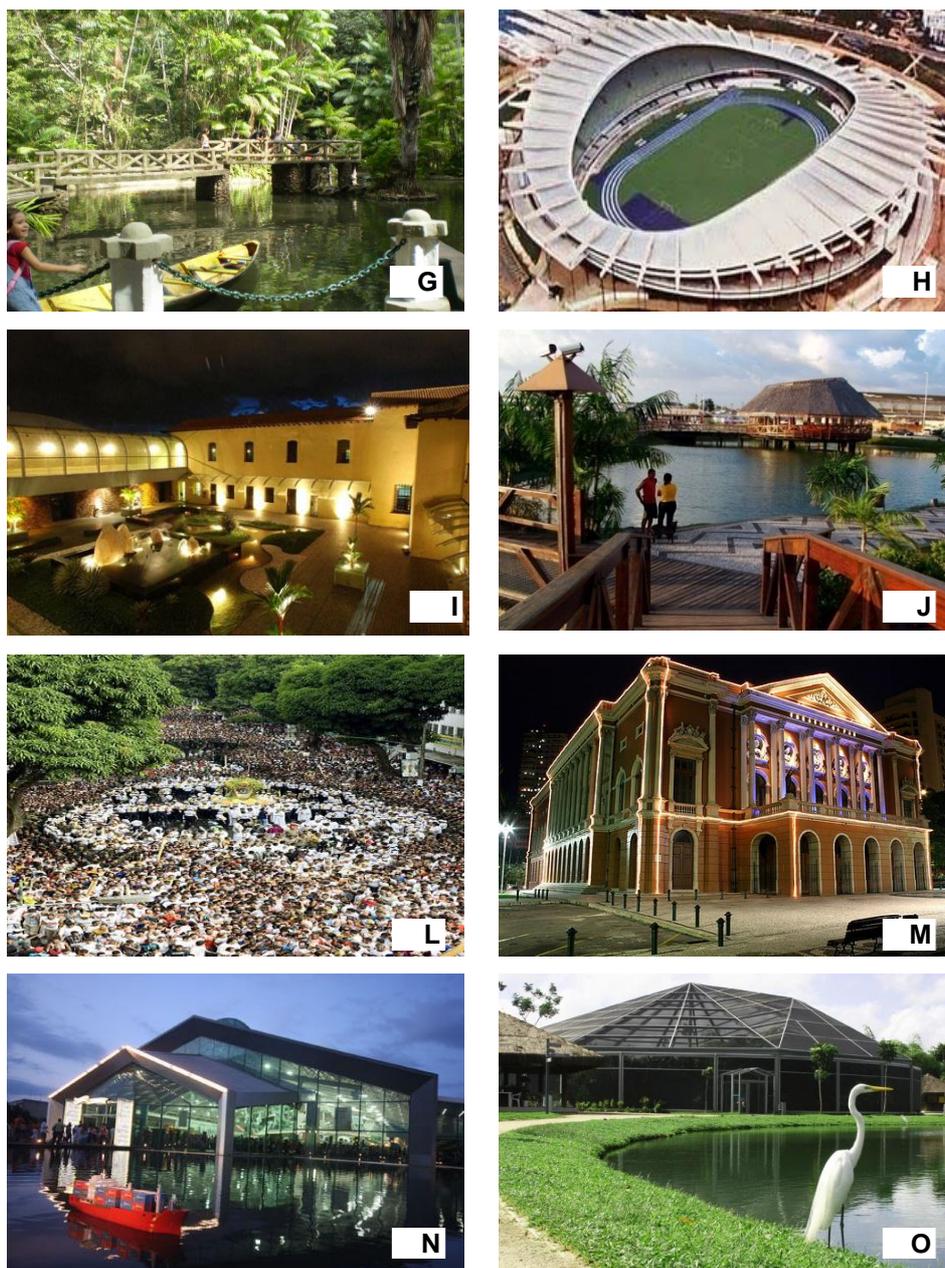


Figura 24. Pontos turísticos de Belém. A. Mercado de ferro do Ver-o-Peso; B. Estação das Docas; C. Forte do Presépio; D. Feliz Luzitânia; E. Parque da Residência; F. Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves; G. Museu Paraense Emílio Goeldi; H. Estádio Olímpico do Mangueirão; I. Pólo Joalheiro São José Liberto; J. Ver-o-Rio; L. Círio de Nossa Senhora de Nazaré; M. Teatro do Paz; N. Hangar Centro de Convenções; O. Mangal das Garças. Estado do Pará. Fonte: www.paraturismo.pa.gov.br

6.2.5.3 Hidrelétricas

O Pará é o quarto produtor e um grande exportador de energia elétrica no Brasil. Possui um elevado potencial para a geração de eletricidade a partir de matrizes energéticas renováveis onde se destaca o potencial hidrelétrico com geração estimada em 61.096 MW.

O Estado conta com cinco projetos a serem licitados (Usina Hidrelétrica de

Cachoeira do Carí; Usina Hidrelétrica de Cachoeira dos Patos; Usina Hidrelétrica de Jamaxim; Usina Hidrelétrica de Jatobá; Usina Hidrelétrica de São Luis do Tapajós). Conta também com um projeto já licitado, Usina de Belo Monte no Rio Xingu, com previsão de entrar em operação em 2015. Trata-se da maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira com capacidade de geração de 11.233 MW.

Entretanto, o Estado já conta com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Figura 25) localizada no Rio Tocantins no município de Tucuruí, inaugurada em sua primeira fase no ano de 1984 e em segunda fase no ano de 2008. Possui uma capacidade geradora de 8.37 MW e contribui de forma significativa para a consolidação da Eletronorte como a terceira maior geradora do país.



Figura 25. A Usina Hidrelétrica Tucuruí, Concessão das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte. Fonte: www.interconnect.com.br.

6.2.5.4 Tecnologia

A capital paraense conta com um Parque Tecnológico, o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT-Guamá), o único da Região Norte aprovado na seleção pública de propostas para apoio a parques tecnológicos, realizada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciativa da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT).

Os principais focos deste empreendimento são a Biotecnologia; Energia e Sistemas; e Tecnologia da Informação e Comunicação, os quais têm entre as prioridades transformar a capital paraense em um grande centro de produção de softwares e tecnologia de informação fazendo com que o Pará possa exportar tecnologia e atrair

investimentos, o que o torna um fomentador do desenvolvimento econômico e social.

O PCT – Guamá já está funcionando, com a implantação de alguns empreendimentos, como o Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia (CEAMAZON, Figura 26), o Laboratório de Qualidade do Leite e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).



Figura 26. Centro de Excelência em Eficiência Energética (**Ceamazon**), um dos empreendimentos já instalados no Parque Tecnológico. Fonte: <http://www.agenciapara.com.br>.

Este pólo visa também congrega empresas-âncoras de vários segmentos que vão oferecer sustentabilidade ao projeto e definir as políticas de expansão e crescimento. Por outro lado, a criação deste pólo implica em um maior investimento em infraestrutura pelo poder público. Telecom, rede bancária, prestação de serviços, gastronomia e cultura são áreas que serão diretamente favorecidas por este projeto.

Os benefícios mais importantes que devem ser captados pelo Parque Tecnológico aos participantes são o networking, promoção institucional das empresas, integração e cooperação, responsabilidade social, natureza inovadora do projeto, proximidade dos clientes e qualidade de vida.

Há uma proposta por parte de setores públicos de se construir uma infovia. Trata-se de um cabo de fibra ótica que fará a ligação entre a capital e as principais cidades do interior. Essa infovia de alta capacidade dinamizará a cooperação entre os Parques Tecnológicos, Infocentros e Cidades Digitais.

Ressalta-se que existem projetos de implementação de Parques Tecnológicos nos municípios de Santarém e Marabá.

6.2.5.5 Educação

Atualmente, os Estados nortistas respondem por 2% do total de bolsas do CNPq. Com a parceria firmada entre o CNPq e dirigentes de instituições de ensino e pesquisa da região Norte, pretende-se aumentar em 70% o número de bolsas, o que representa um aporte de R\$ 3,8 milhões do orçamento da instituição. O Pará é um importante centro de pesquisa e desenvolvimento científico da Região Norte, atraindo estudantes e pesquisadores de todo o País para os seus campi universitários.

A educação tem sido uma prioridade no Pará, isto é, a cada ano os indicadores de qualidade aumentam e se aproximam das expectativas desejadas (Tabelas 31, 32 e 33). A educação superior cresce e se desenvolve por meio da ampliação das IES e dos cursos superiores, o que tem contribuído, decisivamente, para a melhoria das condições de vida da população.

Tabela 31. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino e sua relação com o número de matrículas (total, nas escolas públicas e privadas). Fonte: Censo IBGE Estados@, 2009.

Níveis de ensino	Matrículas (Total)	Matrículas (Escolas Públicas)	Matrículas (Escolas Privadas)
Ensino Pré-Escolar	244.076	218.046	26.030
Ensino Fundamental	1.557.275	1.487.253	70.022
Ensino Médio	368.320	345.265	23.055
Ensino Superior	80.686	44.478	36.208

Tabela 32. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino e sua relação com o número de docentes (total, nas escolas públicas e privadas). Fonte: Censo IBGE Estados@, 2009.

Níveis de ensino	Docentes (Total)	Docentes (Escolas Públicas)	Docentes (Escolas Privadas)
Ensino Pré-Escolar	10.193	8.652	1.541
Ensino Fundamental	55.556	51.745	3.811
Ensino Médio	12.630	10.808	1.822
Ensino Superior	5.110	2.880	2.230

Tabela 33. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino e sua relação com o número de escolas (total, públicas e privadas). Fonte: Censo IBGE Estados@, 2009.

Níveis de ensino	Escolas (Total)	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Ensino Pré-Escolar	5.470	5.041	429
Ensino Fundamental	11.104	10.715	389
Ensino Médio	596	459	137
Ensino Superior	25	4	21

6.2.5.6 Recursos Minerais

A mineração é atividade preponderante no Estado do Pará. O contexto geológico regional, a melhora nos métodos de pesquisa, a demanda futura nacional e internacional por minérios, indicam que a potencialidade mineraria da região deve ser amplamente considerada, preservando a qualidade ambiental presente na atualidade.

Os distritos mineiros do Pará têm sido delimitados e localizados com base na existência de ambientes geológicos de fertilidade metalogenética, na produção e/ou potencialidade de bens minerais e na concentração da ocupação do subsolo ou na quantidade de requerimentos e/ou títulos minerais concedidos.

Diversos municípios têm sido palco de requerimentos de Registro de Licença, de Lavra Garimpeira, e principalmente, de Autorização de Pesquisa. Entre as substâncias mineradas a serem pesquisadas descrevem-se não só os minérios de ouro e ferro, mas também os minérios de estanho, chumbo, cobre, alumínio, zinco e níquel, além de areia, saibro, cascalho e argila. Isso pode ser comprovado por meio da análise do levantamento de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (2008) referente aos recursos minerários da Região Xingu, conferidos na Tabela 9.

Tabela 34. Recursos minerários existentes na Região do Xingu, estudados pelo Departamento Nacional de Produção (DNPM). Estado do Pará. Fonte: DNPM, 2008.

Município	Substâncias minerais
Altamira	Cassiterita, Minério de Estanho, Ouro, Chumbo, Ferro, Cobre. Areia, Saibro, Cascalho.
Brasil Novo	Argila. Minério de Alumínio, Zinco e Ferro. Areia, Cascalho.
Medicilândia	Minério de Alumínio, Zinco e Ferro. Calcário, Areia, Cascalho.
Pacajá	Bauxita, Minério de Níquel e Ouro.
Placas	Calcário, Bauxita, Minério de Ferro e Ouro.
Senador José Porfírio	Minério de Ouro e Zinco.
Vitória do Xingu	Minério de Ouro e Zinco. Areia, Cascalho.

A cadeia produtiva mineral respondeu por 232 mil postos de trabalho diretos e indiretos no Pará em 2011. É um dos setores que mais gera empregos no Estado e que apresenta as maiores taxas de crescimento a cada ano. Para cada emprego direto criado na indústria da mineração, outros três postos de trabalho são criados ao longo da cadeia produtiva.

O Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará (SIMINERAL) projeta a criação de 113 mil novos postos de trabalho até 2016, os quais serão possíveis a partir de projetos de mineração de transformação mineral e outros negócios relacionados ao setor,

mais especificamente o biodiesel.

Há sete anos o produto que o Brasil mais exporta é o minério de ferro. Nos dois primeiros meses de 2012, o país exportou US\$ 4 bilhões; até 2015 devem ser investidos no setor US\$ 68,5 bilhões. Para dar conta da demanda pelo minério, principalmente da China, empresas brasileiras precisam contratar mais profissionais. Em balanço efetuado pelo Dieese/PA sobre a geração de empregos formais no setor extrativo mineral nos estados da região Norte mostra que o Pará continua líder na geração de empregos com carteira assinada. O estudo é feito com base em informações do Ministério do Trabalho, com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

6.2.6 Indicadores de Belém

Belém é um município brasileiro, capital do estado do Pará, pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belém e à Microrregião de Belém. Com uma área de aproximadamente 1.064,918 km², localiza-se no norte brasileiro, distante 2.146 quilômetros de Brasília.

Com uma população de 1.392.031 habitantes, Belém possui a maior densidade demográfica da região norte 1.307,17 hab/km², (IBGE, 2010), é considerada a maior da linha do equador, sendo classificada como a capital com melhor qualidade de vida do Norte do Brasil e conhecida como a "Metrópole da Amazônia", uma das dez cidades mais movimentadas e atraentes do Brasil.

Outros dados importantes de Belém podem ser conferidos na Tabela 35, a seguir:

Tabela 35. Indicadores de Belém. Fonte: IBGE, 2008.

Município de Belém	<i>"Cidade das Mangueiras"</i> <i>"Metrópole da Amazônia"</i> <i>"Cidade Morena"</i> <i>"Belém do Pará"</i> <i>"Terra do Carimbó"</i>
Fundação	12 de janeiro de 1616 (396 anos)
Gentílico	<i>belenense ou belemense</i>
Unidade federativa	 Pará
Mesorregião	Metropolitana de Belém
Microrregião	Belém <i>IBGE/2008</i>
Região metropolitana	Belém
Municípios limítrofes	Ananindeua (leste)
Indicadores	

IDH	0,806
PIB	R\$ 15.316.130,140 mil <i>IBGE/2008</i>
PIB per capita	R\$ 10.754,77 <i>IBGE/2008</i>

Em seus quase 400 anos de história, Belém vivenciou momentos de plenitude, entre os quais o período áureo da borracha, no início do século XX, quando o município recebeu inúmeras famílias europeias, o que veio a influenciar grandemente a arquitetura de suas edificações, ficando conhecida na época como *Paris n'América*. Hoje, apesar de ser cosmopolita e moderna em vários aspectos, Belém não perdeu o ar tradicional das fachadas dos casarões, das igrejas e capelas do período colonial.

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes monumentos, parques e museus, como o Theatro da Paz, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o mercado do Ver-o-Peso, e eventos de grande repercussão, como o Círio de Nazaré.

A economia belenense baseia-se primordialmente nas atividades do comércio, serviços e turismo, embora seja também desenvolvida a atividade industrial com grande número de indústrias alimentícias, navais, metalúrgicas, pesqueiras, químicas e madeireiras. A Grande Belém localiza-se na região mais dinâmica do estado e juntamente com o município de Barcarena, integra o segundo maior parque industrial da Amazônia. A cidade conta com os portos brasileiros mais próximos da Europa e dos Estados Unidos (Belém, Miramar e Outeiro), sendo que o Porto de Belém é o maior movimentador de containers da Amazônia. Com a revitalização dos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, a implantação da Hidrovia do Tocantins e com a chegada da Ferrovia Norte-Sul, a cidade aguarda um novo ciclo de desenvolvimento. O Círio de Nazaré, a maior procissão cristã do planeta, movimenta a economia da Cidade. No período há aquecimento na produção industrial, no comércio, no setor de serviços e no turismo.

A cidade começa a explorar o mercado da moda, com os eventos Belém Fashion Days (está entre os 5 maiores eventos de moda do País) e o Amazônia Fashion Week (maior evento de moda da Amazônia).

Belém, conhecida também como Portão de Entrada da Amazônia, proporciona diversas possibilidades de cultura e lazer. A cidade é rica em construções históricas, praias, cultura, tem a mais original do Brasil e possui uma exuberante natureza, entricadas no meio das edificações modernas da capital, podendo ser observado nos seus diversos pontos turísticos. A capital paraense desponta como grande roteiro

turístico do Brasil, gerando uma excelente oportunidade para investimentos turísticos e está entre as 10 cidades mais movimentadas e atraentes do Brasil e a mais visitada da Amazônia.

6.2.7 Contexto Educacional do Norte do Brasil e do Estado do Pará

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), o Brasil ainda apresenta mais de 14 milhões de analfabetos absolutos, dos quais 4,6 % têm idade entre 15 e 24 anos e este índice se torna maior para outros intervalos de idade.

O estado do Pará é um dos estados da nação com maior índice de analfabetismo, com 12,2 % da população entre 15 ou mais anos de idade analfabeta total (IBGE Estados@, 2009).

A tabela 36 indica o número total e percentual de pessoas analfabetas de 15 ou mais anos de idade, no Brasil e nas Grandes Regiões, por grupos de idade e cor ou raça no ano de 2009. Nela podemos constatar que a região Norte é a que apresenta maior índice com 5,9 % em pessoas com idade entre 15 a 24 anos, sendo que a maior incidência 74,8 % é da cor parda.

Tabela 36. Pessoas com 15 ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas										
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)									
		Grupos de idade						Cor ou raça			
		Total	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	Total (1)	Branca	Preta	Parda
Brasil	14 105	100.0	4.6	17.4	35.4	9.7	32.9	100.0	30.2	10.2	58.8
Norte	1136	100.0	5.9	20.2	36.3	8.9	28.7	100.0	16.0	7.7	74.8
Nordeste	7 361	100.0	5.4	20.6	37.4	8.9	27.8	100.0	21.8	9.5	68.3
Sudeste	3 584	100.0	3.4	12.1	31.5	11.2	41.8	100.0	40.5	13.5	44.8
Sul	1185	100.0	3.7	13.2	34.2	9.8	39.1	100.0	63.9	6.5	28.7
Centro-Oeste	840	100.0	2.2	14.2	34.3	11.9	37.4	100.0	31.1	10.5	57.0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

A Tabela 37 apresenta o número total e percentual de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal familiar *per capita*, no Brasil e nas Grandes Regiões no ano de 2009. Nela podemos verificar que 16,4 % desta população no Brasil vivem com até meio salário mínimo, e que a região Norte é a que

apresenta o segundo pior índice, ficando atrás apenas da região Nordeste.

Tabela 37. Pessoas com 15 ou mais de idade, analfabetas, total e taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas					
	Total (1000 pessoas)	Taxa de analfabetismo, por classes de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salários mínimos) (%)				
		Total (1)	Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2
Brasil	14 065	9.7	16.4	13.2	6.3	1.4
Norte	1 134	10.6	13.3	12.7	8.0	2.0
Nordeste	7 345	18.7	22.0	22.4	11.9	2.4
Sudeste	3 568	5.7	9.7	8.7	5.0	1.1
Sul	1 182	5.5	10.4	8.9	4.4	1.1
Centro-Oeste	837	8.0	12.0	11.0	6.9	1.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Pessoas residentes em domicílios particulares, exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos

(1) Inclusive sem rendimento e sem declaração.

A Tabela 38 apresenta a taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 ou mais anos de idade, por características selecionadas como sexo, situação do domicílio e classe de rendimento mensal familiar *per capita*, no Brasil e nas Grandes Regiões em 2009. A região Norte é a que apresenta a segunda maior taxa de analfabetos funcionais com 23,1 %, atrás apenas da região Nordeste e com taxa superior a média nacional de 20,3 %, também pode ser constatado que na região Norte esta taxa é maior para os homens que para as mulheres e maior na zona rural que na urbana. Quanto a renda *per capita* a região Norte apresenta a segunda pior correlação, também apenas atrás da região Nordeste, sendo que a maior taxa dos analfabetos funcionais da região Norte com 29,8 % é daqueles que vivem com até meio salário mínimo. Quanto ao estado do Pará, segundo dados do *IBGE Estados@* o índice de analfabetos funcionais corresponde a 25,7 % da população com 15 ou mais anos de idade.

Tabela 38. Taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 ou mais de idade, por características selecionadas, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)								
	Total	Características selecionadas				Características selecionadas			
		Sexo		Situação do domicílio		Classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo)			
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Até 12	Mais de 12 a 1	Mais de 1a 2	Mais de 2
Brasil	20.3	20.9	19.8	16.7	40.7	31.0	25.9	16.1	5.3
Norte	23.1	25.1	21.1	18.9	39.2	29.8	25.7	17.4	7.3
Nordeste	30.8	33.7	28.2	24.0	50.3	36.5	35.0	21.5	5.9
Sudeste	15.2	14.5	16.0	13.8	33.6	24.0	21.1	14.7	4.8
Sul	15.5	14.9	16.1	13.5	25.8	24.6	21.9	14.8	5.9
Centro-Oeste	18.5	19.0	17.9	16.3	34.2	25.9	24.2	17.4	5.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A Tabela 39 apresenta a taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente urbana e rural por grupo de idade nas Grandes Regiões, nas Unidades Federativas da Região Norte e Região Metropolitana de Belém. Pode-se constatar que na faixa etária entre 18 a 24 anos a população do Pará urbana está acima da média nacional, porém ainda é menor que a de outros estados da região como Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins.

Tabela 39. Taxa de frequência bruta e estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federal da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, por situação do domicílio e grupos de idade (%)											
	Total	Urbana					Rural					
		0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Total	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	29.6	40.2	97.8	86.2	31.3	5.2	30.9	28.4	96.9	80.7	24.8	4.1
NORTE	35.1	29.4	96.6	84.5	35.3	7.5	35.2	24.3	94.9	81.2	27.6	6.2
Rondônia	33.1	29.9	97.5	81.9	33.3	7.5	29.8	10.1	95.5	82.9	22.5	4.5
Acre	35.6	22.7	97.8	78.7	31.3	10.8	37.7	13.9	90.8	73.4	25.0	10.5
Amazonas	35.6	26.8	95.2	84.0	37.5	7.7	41.6	17.5	97.4	84.6	42.9	13.5
Roraima	42.4	37.4	98.7	84.5	38.4	13.6	34.3	20.2	95.6	88.9	36.9	6.0
Pará	34.1	30.8	96.5	84.9	34.2	6.1	35.0	30.1	93.9	78.3	23.5	4.7
Região Metropolitana de Belém	32.5	35.9	96.8	89.8	41.2	6.2	32.3	14.7	93.8	80.0	23.7	5.7
Amapá	37.8	19.6	97.4	88.4	37.3	9.3	33.8	19.2	98.6	85.5	20.2	3.0
Tocantins	36.8	36.1	98.1	87.5	37.3	9.5	31.0	14.4	97.6	91.2	33.8	3.1
NORDESTE	32.4	40.7	97.5	85.2	31.6	6.0	34.4	32.7	97.2	81.3	27.6	5.4
SUDESTE	27.5	44.2	98.2	88.4	29.8	4.6	26.8	25.6	97.1	81.5	19.3	2.4
SUL	28.2	40.0	97.7	84.3	32.2	4.8	23.8	20.6	96.8	76.9	19.0	2.0
CENTRO-OESTE	30.3	33.1	97.6	83.5	32.3	5.8	27.2	23.3	97.5	82.6	26.8	2.9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A Tabela 40 demonstra a distribuição percentual das pessoas que freqüentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino freqüentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões. Nela podemos observar que a participação na rede pública para a Região Norte (84,3 %) é muito maior que na rede particular (15,7 %), o mesmo podendo ser comparando com a população de 18 a 24 anos de idade, na qual para a região Norte a participação na rede pública (75,2 %) é maior que a média nacional (59,3 %), enquanto que na rede particular é muito inferior (24,8 %) contra 40,7 % da média nacional.

Tabela 40. Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por rede de ensino frequentada e grupos de idade (%)																	
	Rede pública								Rede particular									
	Total	0 a 5 anos				6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais	Total	0 a 5 anos				6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
		Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos	Total						0 a 3 anos	4 e 5 anos						
Brasil	77.5	67.8	59.1	71.8	85.3	87.9	59.3	53.0	22.5	32.2	40.9	28.2	14.7	12.1	40.7	47.0		
Norte	84.3	72.2	58.4	75.5	90.1	93.5	75.2	63.0	15.7	27.8	41.6	24.5	9.9	6.5	24.8	37.0		
Nordeste	80.8	65.7	53.0	70.3	84.5	89.8	77.2	68.8	19.2	34.3	47.0	29.7	15.5	10.2	22.8	31.2		
Sudeste	74.1	69.2	62.6	72.7	84.1	86.1	47.4	42.9	25.9	30.8	37.4	27.3	15.9	8.9	52.6	57.1		
Sul	76.3	66.4	59.1	71.7	89.0	86.4	44.6	42.4	23.7	33.6	40.9	28.3	11.0	8.6	55.4	57.6		
Centro-Oeste	74.2	67.4	61.1	70.0	82.4	85.4	54.1	48.5	25.8	32.6	38.9	30.0	17.6	14.6	45.9	51.5		

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Por meio da Tabela 41 observa-se a distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que a frequência no ensino superior na rede particular no estado do Pará (64,2 %) e na região metropolitana de Belém (67,7 %) é inferior em comparação as demais grandes regiões e a média nacional que é de 77,8 %, mostrando assim um setor com grande potencial de expansão no referido estado.

Tabela 41. Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimento de ensino, por nível e rede de ensino frequentados, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Metropolitana – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Distribuição percentual das pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino, por nível e rede de ensino frequentados (%)					
	Fundamental		Médio		Superior	
	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular
Brasil	87.1	12.9	86.3	13.7	22.2	77.8
NORTE	91.8	8.2	91.8	8.2	34.6	65.4
Rondônia	94.3	5.7	88.2	11.8	14.6	85.4
Acre	93.2	6.8	88.1	11.9	46.3	53.7
Amazonas	92.9	7.1	96.5	3.5	41.5	58.5
Roraima	95.0	5.0	97.5	2.5	39.8	60.2
Pará	90.5	9.5	89.1	10.9	35.8	64.2
Região Metropolitana de Belém	80.7	19.3	87.0	13.0	32.3	67.7
Amapá	90.6	9.4	95.5	4.5	28.9	71.1
Tocantins	91.6	8.4	94.1	5.9	29.5	70.5
NORDESTE	87.3	12.7	88.4	11.6	32.0	68.0
SUDESTE	85.3	14.7	84.5	15.5	16.3	83.7
SUL	90.1	9.9	84.5	15.5	19.7	80.3
CENTRO-OESTE	84.3	15.7	84.7	15.3	23.0	77.0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

É revelado na Tabela 42 o número total e a respectiva distribuição percentual, dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém. Podemos constatar que para o estado do Pará, a população dessa faixa etária está concentrada ainda no ensino médio (44,8 %), enquanto a população no ensino superior é de apenas 23,2 %, índice menor que dos demais estados da região Norte e menor que das demais Grandes Regiões.

Tabela 42. Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual por nível de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Estudantes de 18 a 24 anos de idade				
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual, por nível de ensino frequentado (%)			
		Fundamental	Médio	Superior (1)	Outros (2)
Brasil	6 987	9,3	33,8	48,1	8,8
NORTE	690	12,5	41,9	32,7	12,9
Rondônia	62	9,3	29,3	46,3	15,2
Acre	28	9,6	34,3	37,0	19,1
Amazonas	174	10,4	45,4	35,3	8,9
Roraima	20	3,5	24,5	55,4	16,6
Pará	314	15,8	44,8	23,2	16,1
Região Metropolitana de Belém	116	9,4	40,8	31,1	18,7
Amapá	34	9,6	43,1	38,8	8,6
Tocantins	58	10,5	38,1	47,9	3,5
NORDESTE	2 112	17,6	43,2	30,4	8,8
SUDESTE	2 701	4,6	28,5	58,7	8,2
SUL	943	3,5	23,5	64,0	9,0
CENTRO-OESTE	540	6,0	30,5	56,6	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

(1) Inclui mestrado e doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização de adultos.

A Tabela 43 mostra a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que nas faixas etárias apresentadas de 15 a 24 anos de idade a média de anos de estudo da população do estado do Pará é inferior a de todos os demais estados da Região Norte, das demais Grandes Regiões e da média nacional, sendo uma das piores da nação.

Tabela 43. Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade							
	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	6.6	7.4	8.1	8.7	9.2	9.6	7.9	4.2
NORTE	6.0	6.7	7.4	8.0	8.6	8.9	7.4	3.2
Rondônia	6.2	7.0	7.8	8.5	9.1	9.2	7.1	2.9
Acre	6.9	7.6	7.8	8.5	8.4	8.9	7.5	2.7
Amazonas	6.1	6.8	7.9	8.2	8.5	9.3	8.0	3.6
Roraima	(1) 6.8	(1) 7.6	(1) 8.7	(1) 9.6	(1) 9.6	10.0	8.3	3.2
Pará	5.7	6.3	6.9	7.5	8.4	8.4	6.9	3.3
Região Metropolitana de Belém	6.4	7.2	7.5	8.5	9.3	9.4	8.6	5.4
Amapá	(1) 7.0	(1) 7.1	(1) 8.1	(1) 8.8	(1) 9.1	9.7	8.6	4.1
Tocantins	6.6	7.2	8.3	9.0	9.0	9.8	7.8	2.4
NORDESTE	5.9	6.6	7.3	7.8	8.3	8.6	6.5	2.8
SUDESTE	6.9	7.8	8.6	9.3	9.7	10.3	8.6	5.0
SUL	7.1	8.0	8.7	9.1	9.9	10.1	8.3	4.6
CENTRO-OESTE	6.9	7.7	8.6	9.0	9.6	10.0	8.2	3.9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.
(1) Dados sem significância estatística.

Na Tabela 44 verifica-se a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém, nela podemos constatar que a média de anos de estudo no estado do Pará para as mulheres é maior que para os homens e muito maior na zona urbana que na zona rural.

Tabela 44. Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e Região Metropolitana de Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Região Metropolitana	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio				
	15 anos ou mais				
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Brasil	7.5	7.4	7.7	8.0	4.8
NORTE	7.1	6.8	7.5	7.7	5.0
Rondônia	7.0	6.8	7.3	7.7	5.2
Acre	7.3	6.9	7.6	7.9	4.6
Amazonas	7.7	7.4	7.9	8.1	5.3
Roraima	8.2	7.7	8.7	8.6	6.0
Pará	6.7	6.3	7.1	7.3	4.8
Região Metropolitana de Belém	8.3	8.1	8.4	8.3	5.7
Amapá	8.2	8.0	8.5	8.3	(1) 5.4
Tocantins	7.3	6.8	7.8	8.1	4.9
NORDESTE	6.3	6.0	6.7	7.2	4.0
SUDESTE	8.2	8.2	8.2	8.4	5.5
SUL	7.9	7.9	8.0	8.4	5.7
CENTRO-OESTE	7.9	7.6	8.1	8.2	5.5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.
(1) Dados sem significância estatística.

A tabela 45 apresenta a distribuição percentual por anos de estudo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil e nas diferentes Grandes Regiões. Nela podemos observar que a maior média de anos de estudo é de 11 anos, sendo a percentagem na região Norte (22,7 %) pouco inferior a média nacional (23,4 %).

Tabela 45. Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por anos de estudo, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade																	
	Total (1000 pessoas)	Sem instrução e menos de 1 ano	Distribuição percentual, por anos de estudo (%)															
			1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos ou mais	
Brasil	145 385	10.5	2.1	3.3	4.4	10.6	5.8	3.7	4.2	10.0	4.1	4.0	23.4	2.1	1.6	1.7	8.3	
Norte	10 747	11.5	2.6	4.0	5.0	8.8	6.9	4.3	5.1	9.3	4.7	4.5	22.7	18	13	14	5.3	
Nordeste	39 377	8.1	3.3	4.3	5.1	9.2	6.4	4.2	4.6	8.2	4.2	3.7	20.1	15	10	10	4.8	
Sudeste	63 074	7.1	1.5	2.8	4.0	11.7	4.6	3.3	3.7	10.9	3.9	3.9	26.1	2.3	1.8	2.1	10.3	
Sul	21 682	6.6	1.6	2.9	4.4	11.4	7.6	3.5	4.1	11.4	3.9	4.0	21.9	2.7	1.9	1.9	9.5	
Centro-Oeste	10 505	9.3	2.1	3.2	3.9	9.0	5.7	4.1	5.1	9.5	4.8	4.3	23.0	2.2	1.9	1.7	9.8	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A tabela 46 apresenta que a percentagem de pessoas entre 18 a 24 anos de idade, com 11 anos de estudo é maior para as mulheres que para os homens e que há uma desigual proporção entre cor ou raça sendo maior para os que se declaram de cor branca.

Tabela 46. Pessoas de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, total e respectiva proporção, por sexo e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Grandes Regiões	Pessoas de 18 a 24 anos de idade							
	Total (1000 pessoas)	Com 11 anos de estudo						
		Total (1000 pessoas)	Proporção (%)					
			Total	Sexo		Cor ou raça		
			Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda	
Brasil	23 034	8 722	37.9	35.2	40.6	41.6	36.1	34.4
Norte	2 037	654	32.1	30.4	33.8	36.3	32.4	30.8
Nordeste	6 899	2 195	31.8	27.3	36.2	35.3	34.1	29.9
Sudeste	9 279	4 086	44.0	41.8	46.4	45.9	39.8	42.3
Sul	3 120	1 191	38.2	36.7	39.7	40.1	31.7	31.1
Centro-Oeste	1 699	596	35.1	32.6	37.5	36.6	30.1	34.6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A tabela 47 apresenta os números absolutos de matrícula, docentes e escolas do ensino de pré-escola, fundamental e médio do estado do Pará e da cidade de Belém.

Tabela 47. Ensino – Número absoluto de matrículas, docentes e rede escolar no Estado do Pará e em Belém – 2009. Fonte: IBGE, 2009.

Ensino	Matrícula - Pará					Matrículas - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	252804	270	114	227101	25319	23544	0	114	13886	9544
Fundamental	1542818	294031	1979	1154626	92182	207057	118560	1979	48180	38338
Médio	346796	319469	2963	269	24095	75453	60452	2194	246	12561
Ensino	Docentes - Pará					Docentes - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	10651	17	9	9141	1484	1088	0	9	539	540
Fundamental	56574	9487	137	41813	5137	7225	3704	137	1548	1836
Médio	12978	10656	366	34	1922	3586	2586	279	30	691
Ensino	Escolas - Pará					Escolas - Belém				
	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada	Total	Escola pública estadual	Escola pública federal	Escola pública municipal	Escola privada
Pré-escolar	6116	5	1	5608	502	274	0	1	116	157
Fundamental	11053	769	2	9769	513	457	214	2	79	162
Médio	641	487	6	2	146	137	91	3	1	42

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

A Tabela 48 apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e o nível de ensino. Nela podemos constatar que o observado para 2009 no estado do Pará está compatível com a meta projetada para 2011 para a 4ª série do fundamental e para a 3ª do ensino médio, porém ainda é inferior para a 8ª série do fundamental

Tabela 48. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB observado e metas projetadas, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação da Região Norte e o nível de ensino. Fonte: IBGE, 2009; MEC/INEP, 2010.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e nível de ensino	IDEB observado em 2009 (1)	Metas projetadas						
		2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil								
4º ensino fundamental	4,6	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
8º ensino fundamental	4,0	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
3º ensino médio	3,6	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2
Norte								
4º ensino fundamental	3,8	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
8º ensino fundamental	3,6	3,4	3,6	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
3º ensino médio	3,3	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7
Roraima								
4º ensino fundamental	4,3	4,0	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9
8º ensino fundamental	3,5	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ensino médio	3,7	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Acre								
4º ensino fundamental	4,3	3,8	4,3	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
8º ensino fundamental	4,1	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3º ensino médio	3,5	3,3	3,5	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Amazonas								
4º ensino fundamental	3,9	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
8º ensino fundamental	3,5	2,9	3,2	3,6	4,0	4,2	4,5	4,8
3º ensino médio	3,3	2,5	2,7	3,0	3,3	3,7	4,0	4,2
Roraima								
4º ensino fundamental	4,3	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
8º ensino fundamental	3,7	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3º ensino médio	3,4	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3
Pará								
4º ensino fundamental	3,6	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
8º ensino fundamental	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3
3º ensino médio	3,1	2,9	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7
Amapá								
4º ensino fundamental	3,8	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4
8º ensino fundamental	3,6	3,7	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,5
3º ensino médio	3,1	3,0	3,2	3,5	3,8	4,3	4,5	4,8
Tocantins								
4º ensino fundamental	4,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7
8º ensino fundamental	3,9	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
3º ensino médio	3,4	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Nordeste								
4º ensino fundamental	3,8	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
8º ensino fundamental	3,4	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
3º ensino médio	3,3	3,1	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Sudeste								
4º ensino fundamental	5,3	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,1	4,4	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9
3º ensino médio	3,8	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4
Sul								
4º ensino fundamental	5,1	5,0	5,4	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
8º ensino fundamental	4,3	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,8
3º ensino médio	4,1	3,8	4,0	4,3	4,6	5,1	5,3	5,5
Centro-Oeste								
4º ensino fundamental	4,9	4,4	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2
8º ensino fundamental	4,1	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
3º ensino médio	3,5	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2

Fonte: Resultados e metas. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <<http://sistemas.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: set. 2010.

(1) O valor do IDEB é obtido pela multiplicação da nota média no SAEB / Prova Brasil pela taxa média de aprovação.

A Tabela 49 expõe os índices do ensino superior no ano de 2009, no Brasil, na Região Norte, no estado do Pará, em Belém e principais cidades do estado, quanto ao número de cursos, matrículas, matrículas do sexo feminino, número de concluintes, número de concluintes do sexo feminino, número de vagas ofertadas, candidatos inscritos e ingressos.

Tabela 49. Índices do Ensino Superior, por número de cursos de graduação, total e sexo feminino de matrículas, concluintes e ingressos, o número de vagas oferecidas e de candidatos inscritos – 2009. Fonte: IBGE, 2009; MEC/INEP, 2010.

Local Categoria	Número de Cursos de Graduação Presenciais	Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais	Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais - SEXO FEMININO	Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais	Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais - SEXO FEMININO	Vagas Oferecidas - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Candidatos Inscritos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Ingressos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos	Ingressos - Por Vestibular e Por Outros Processos Seletivos - FEMININO
Brasil	27.827	5,115,896	2,820,287	826,928	485,961	3,164,679	6,223,430	1,511,388	813,478
Federal	4,368	752,847	370,409	91,576	48,867	210,236	1,330,191	208,324	103,824
Estadual	3,126	480,145	262,641	75,910	44,627	126,926	1,182,385	116,889	63,401
Municipal	734	118,176	66,991	20,318	12,295	56,720	76,521	29,118	16,344
Particular	15,049	2,899,763	1,642,853	493,263	292,466	2,362,330	3,077,395	961,991	526,717
Comun.Confes	4,550	864,965	477,393	145,861	87,686	408,467	556,938	195,066	103,192
Norte	2,004	313,959	175,141	43,592	25,684	169,319	469,074	96,667	52,468
Federal	682	91,263	46,908	13,212	7,101	22,348	139,732	23,309	12,239
Estadual	344	31,928	17,738	4,227	2,519	10,691	108,328	9,164	4,875
Municipal	15	5,498	3,174	802	492	880	4,345	644	373
Particular	820	162,501	94,517	21,989	13,436	120,554	201,886	59,355	32,647
Comun.Confes	143	22,769	12,804	3,362	2,136	14,846	14,783	4,195	2,334
Pará	636	88,058	48,238	15,375	8,807	42,929	166,407	22,462	11,866
Federal	284	32,493	17,755	7,535	4,299	7,132	71,684	7,667	4,211
Estadual	83	8,205	4,926	1,414	950	3,037	35,627	2,457	1,391
Particular	252	45,096	24,312	6,167	3,378	30,860	56,737	11,886	6,011
Comun.Confes	17	2,264	1,245	259	180	1,900	2,359	452	253
Belém	285	57,382	30,031	10,165	5,484	27,535	128,448	14,299	7,091
Federal	86	20,847	10,709	4,751	2,542	4,382	56,636	4,701	2,406
Estadual	22	3,939	2,310	727	489	1,427	24,456	1,110	608
Particular	176	32,490	16,983	4,668	2,446	21,626	47,305	8,464	4,075
Comun.Confes	1	106	29	19	7	100	51	24	2
Santarem	55	8,218	5,035	1,075	703	3,964	13,114	1,715	1,046
Federal	14	1,407	848	358	217	310	4,861	343	201
Estadual	5	484	293	51	39	170	3,351	114	63
Particular	23	4,414	2,874	454	298	2,184	2,784	952	633
Comun.Confes	13	1,913	1,020	212	149	1,300	2,118	306	149
Marabá	32	3,005	1,670	763	492	1,090	4,687	1,018	516
Federal	21	2,390	1,329	712	454	410	2,606	504	251
Estadual	6	318	183	51	38	120	1,244	125	61
Particular	5	297	158	0	0	560	837	389	204

Fonte: Portal INEP - Site: portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais

7. INSTALAÇÕES GERAIS

7.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas da instituição contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

Entre as diversas instalações administrativas da Instituição citamos: Reitoria; Vice-Reitoria, Departamento Financeiro; Departamento Pessoal/Recursos Humanos; Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI; Almoxarifado; Setor de Vestibular e Matrícula; Portarias; Caixa/Tesouraria; Dependências de serviços e outros.

As instalações administrativas existentes na IES às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança e conservação.

Todas as instalações administrativas da FAMAZ são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004. Essa caracterização pode ser analisada pelas especificações de instalações da FAMAZ.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões com pessoal contratado pela Instituição.

7.2 AUDITÓRIO

A Instituição possui um auditório, com espaço físico adequado para o número de usuários e comodidade necessária à atividade a ser desenvolvida. Possui equipamentos audiovisuais (computador, kit multimídia, caixa amplificadora de som e datashow) e mobiliários próprios, sistema de comunicação em rede, que obedecem aos índices estabelecidos segundo normas para esta finalidade.

O Auditório, com capacidade para 280 (duzentos e oitenta) lugares, está equipado, segundo a finalidade e atende, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta e compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

Diariamente são executados os serviços de limpeza, manutenção dos

equipamentos e mobiliários para a conservação do patrimônio institucional.

7.3 INFRAESTRUTURA PARA CPA

A Instituição fornece à Comissão Própria de Avaliação - CPA os recursos materiais, recursos humanos e infraestrutura necessária à condução de suas atividades.

O espaço destinado ao funcionamento da CPA atende, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades, sendo também compatível com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto n° 5296/2004.

Esta sala é composta por duas mesas de escritório com seus respectivos computadores, armários e arquivos para pastas suspensas, acesso à internet através do suporte geral da FAMAZ.

Em sala anexa à CPA existe espaço para recepção e encaminhamento de docentes e discentes com pessoal técnico de apoio composto por 01 (um) auxiliar administrativo, que atende exclusivamente às necessidades e demandas da CPA e possui habilidades para os serviços específicos e o atendimento aos alunos, professores e membros do corpo técnico administrativo.

7.4 BIBLIOTECA

A Biblioteca foi criada com o objetivo de fornecer apoio bibliográfico às atividades de pesquisa, ensino e extensão, com acervo necessário ao bom desenvolvimento dos Cursos oferecidos e por possuir capacidade suficiente para atender a demanda da comunidade acadêmica em geral, que dispõem de livre acesso a este setor. Em 2014, a biblioteca passou por uma reforma para ampliação da estrutura física e do acervo, o que trouxe maior comodidade aos seus usuários.

O espaço foi projetado e ampliado com o objetivo de proporcionar conforto e funcionalidade durante os estudos e as pesquisas. A biblioteca conta com recepção e balcão de atendimento dotado de terminais de consulta. Além disso, equipes treinadas esclarecem dúvidas e efetuam os serviços de empréstimo, renovação e devolução do material bibliográfico.

O pessoal técnico-administrativo é formado atualmente por um bibliotecário, que responde pela administração do setor, além de sete auxiliares técnicos e três menores aprendizes para prestarem atendimento aos usuários.

A biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 21h30, ininterruptamente, e aos sábados, de 08h00 às 12h00.

7.4.1 Espaço Físico

A biblioteca está situada em um amplo espaço e ocupa uma área física de 02 (dois) andares, sendo 573 (quinhentos e setenta e três) metros quadrados no térreo e 226 (duzentos e vinte e seis) metros quadrados no andar superior, distribuídos da seguinte forma: área do acervo, salão de pesquisa, salas de estudo em grupo, cabines individuais de estudo, unidades de terminais de acesso à internet à disposição dos usuários para consulta a base de dados da biblioteca, e contempla instalações físicas adequadas aos portadores de necessidades especiais e demais informações constantes no PDI da IES.

A Biblioteca é adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

O acervo está organizado em estantes próprias de ferro, tendo os usuários que solicitar o material para os atendentes no balcão. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições para armazenagem e preservação, atendendo, assim, aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída. A biblioteca possui mobiliário com espaço para atendimento adaptado, sinalização visual e ambientes desobstruídos que facilitam a movimentação de cadeiras e pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida.

A biblioteca disponibiliza para estudos: salas de estudo em grupo e individual. O responsável pela Biblioteca da Instituição possui bacharelado em biblioteconomia e registro no conselho profissional (CRB). Além dele, outros assistentes fazem o atendimento ao público em geral, o que permite o funcionamento da Biblioteca em todos os horários da IES, para atendimento a comunidade acadêmica. Registra-se ainda que a Biblioteca da Instituição atenda também a comunidade externa, contribuindo, desta forma, com a socialização do seu acervo a todos os interessados.

A Biblioteca possui, ainda, regulamento próprio de funcionamento e gerenciamento do acervo, que poderá ser apreciado quando da visita *in loco*.

A Biblioteca atende aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto nº 5296/2004.

7.4.2 Instalações do Acervo

As instalações do acervo são organizadas em estantes próprias e adequadas. Os livros são disponibilizados aos usuários para empréstimo através da solicitação aos atendentes do balcão. O acesso remoto ao acervo é feito mediante consulta aos terminais e rede de computadores. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições de armazenagem, preservação, atendendo assim aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída.

7.4.3 Instalações para Estudo

A biblioteca disponibiliza à comunidade acadêmica para estudo: salas de estudo em grupo e individual. As salas de estudo em grupo são ambientes reservados, com capacidade para até oito pessoas, disponíveis, por ordem de chegada.

As salas de estudo individual são compostas de cabines individuais em espaços reservados, permitindo maior conforto e tranquilidade aos usuários.

7.4.4 Acervo

A biblioteca da IES possui, no início do ano letivo de 2017, 4.297 títulos e 43.902 exemplares. Possui um acervo disponível com, no mínimo, três títulos de bibliografia básica por unidade curricular e, no mínimo, cinco títulos de bibliografia complementar por unidade curricular. O acervo da biblioteca é plenamente adequado às propostas pedagógicas dos cursos da IES com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo os planos de ensino das disciplinas.

O acervo é formado por livros e materiais especiais (com acesso restrito aos discentes e técnico-administrativos e livre aos docentes) e periódicos especializados nas diversas áreas de conhecimento. O acervo da biblioteca também é composto por monografias, dissertações, relatórios técnico-científicos, coleções de CD-ROM e DVDs, dentre outros.

O acervo é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. É utilizado Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), desenvolvido pelo Grupo Educacional CEUMA.

7.4.5 Serviços e Informatização

A biblioteca da FAMAZ tem como missão oferecer aos seus usuários o suporte informacional como apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES visando a transferência de conhecimento para a comunidade acadêmica.

O acervo é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. É utilizado Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), desenvolvido pelo Grupo Educacional CEUMA, utilizando a linguagem de programação Visual Basic com base de dados em SQL Server, protocolo de comunicação direta via rede local e protocolo TCP/IP para acesso remoto às informações.

A informatização dos serviços possibilita a integração e a otimização dos produtos e serviços informacionais, propiciando a conseqüente agilidade e modernidade da geração à gestão do conhecimento. O Sistema de Automação de Gerenciamento contempla os principais serviços de uma biblioteca universitária. A utilização deste Sistema permite ao usuário a localização da informação por autor, título ou assunto.

A biblioteca é totalmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Há representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Está disponível na biblioteca, para uso dos usuários, microcomputadores com acesso à Internet.

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: Consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; renovação de livros através do link da biblioteca no site Institucional; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT). O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição. O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca, possuindo como princípio de localização a classificação CDU (Sistema de Classificação Universal). A reserva deverá ser solicitada via *on-line* pelo *site* da FAMAZ.

A biblioteca da IES disponibiliza, por meio do COMUT e assinatura de bases de dados, o acesso a informações em nível nacional e internacional. É incentivado o uso de bases de dados como o Scielo, BVS, Domínio Público, portal da CAPES, portal de teses

da UNICAMP, USP e UNESP (unibibliweb) dentre outras, que disponibilizam artigos científicos e periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento.

Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo Sistema de Controle da Biblioteca, facilitando o empréstimo. O SCB permite a possibilidade de geração de relatórios de controle da biblioteca como: quantidade de títulos/exemplares por curso, empréstimos, multas, livros atrasados, idade do acervo, reservas, títulos cadastrados por tipo de material, inventário, carta de cobrança, declaração de nada consta, boletim bibliográfico, relação de livros baixados e motivos, relação de usuários, usuários mais frequentes dentre outros.

A biblioteca da IES conta com rede *wi-fi*, catálogo online de serviço público e serviços pela internet. Utiliza de ferramentas de busca integrada. Possui terminais de consulta, acesso ao portal CAPES de periódicos e acesso a outras bases de dados como EBSCO, Target Gedweb e vLex. Conta também com acesso à Biblioteca Virtual Pearson e Biblioteca Virtual Saraiva.

O acervo da biblioteca é atualizado a partir da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional CEUMA e por solicitação das coordenadorias dos Cursos, professores, alunos e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudo, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reservará dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

7.4.6 Base de Dados

Além do acervo físico, a biblioteca da FAMAZ também é composta pelo acervo das bibliotecas virtuais Pearson e Saraiva e pelas bases de dados CAPES, EBSCO, vLex e Target Getweb.

A FAMAZ disponibiliza mais de 3.000 títulos que podem ser acessados virtualmente na biblioteca virtual da Pearson. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site institucional, acessando-se a área do aluno ou do professor. Elas podem ser acessadas 24 horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em mais de 40 áreas de conhecimento, como Administração, Marketing, Engenharias, Economia, Direito, Letras, Computação, Educação, Medicina, Enfermagem,

Meio Ambiente, Psicologia, Educação Física, Psiquiatria, Gastronomia, Turismo e outras. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral *online* aos livros-texto de diferentes editoras, como Artmed, Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papirus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Martins Fontes, Companhia das Letras, EDUCS, Rideel e Jaypee Brothers, dentre outras.

A Biblioteca Pearson disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados *online*, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação a distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promove a atualização permanente do acervo da Biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecerão e agilizarão a pesquisa e/ou estudo estarão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos com valores de fotocópia (opcional). Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecerão a experiência de leitura. Alguns exemplos: Acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); Impressão de até 50% das páginas do livro; Descontos de até 40% para compra da versão impressa do livro; Disponibilidade de acesso 24 horas, 7 dias por semana.

A Biblioteca Digital Saraiva traz o acervo de 1.500 livros digitais da Editora Saraiva, com possibilidade de acesso para o usuário a qualquer momento e por meio de diversos dispositivos. Possui conteúdo de qualidade nas áreas de Direito e de Gestão combinado com a mais avançada tecnologia disponível para instituições de ensino superior. Apresenta como vantagens para os professores: Facilidade no planejamento das aulas; Grande variedade de títulos e autores para seleção; Obras atualizadas; Certeza de que os alunos terão acesso ao material selecionado; e Melhor rendimento das aulas. As vantagens para os alunos são: Acesso aos livros digitais das disciplinas; Acesso às obras integrais; Sensível economia com material de estudo; Acesso aos conteúdos a qualquer hora e dia, em qualquer lugar, por meio de vários dispositivos, por meio do aplicativo Saraiva Digital Reader; Possibilidade de manter biblioteca digital particular juntamente com as obras oferecidas pela instituição; e Melhor rendimento nos estudos.

Com objetivo de melhorar a qualificação da sua comunidade acadêmica, a IES disponibiliza acesso ao Portal da CAPES, em toda área interna da Instituição, com bases de dados e periódicos com *Qualis* A1, A2, B1 e B2. A importância deste acesso, que pode

ocorrer em toda a área da Instituição, é que possibilita aos alunos e professores realizarem outras formas de pesquisas além do acervo impresso que existe na biblioteca.

A Instituição também disponibiliza o acesso remoto à base de dados EBSCO à todos os seus alunos. Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo.

Essa base de dados multidisciplinar fornece texto completo para mais de 8.500 (oito mil e quinhentos) periódicos, incluindo texto completo para mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) títulos revisados por especialistas. Estão disponíveis mais de cem revistas especializadas, bem como serão fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de 1.000 títulos. É também considerada a base mais completa nas áreas de Administração, Ciência da informação, Ciências sociais, Comércio, Contabilidade, Economia, Estatística, Finanças, Marketing, Multidisciplinar, Turismo, Gastronomia, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Sociologia, Educação, Informática, Engenharias, Física, Química, Letras, Artes e Literatura, ciências da saúde, entre diversas outras áreas.

Na área de ciências da saúde oferece informações médicas reconhecidas sobre medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, veterinária, biologia, o sistema de saúde e ciências pré-clínicas. É uma ferramenta de referência clínica, desenvolvida, primordialmente, para uso no local de tratamento. A EBSCO Health/DynaMed é uma base de dados que oferece quatro grandes bases Academic Search Elite, Medline em Texto Completo, Dynamed – Medicina Baseada em Evidências e Dentistry & Oral Sciences Source.

Entre as principais características do EBSCO citamos: Acesso on-line, simultâneo e ilimitado por Internet Protocol (IP) ou acesso remoto através de local de acesso restrito no website da instituição; Interface única de busca em português; Tradutor automático do texto completo para o português; Permite fazer buscas por palavra-chave, assunto, autor, entre outros; Módulo administrativo que permite o gerenciamento da base; Pode-se salvar os artigos pesquisados, imprimir, enviar (e-mail) ou guardar na base; Atualização diária; Treinamento de uso. A base de dados inclui imagens em PDF para grande maioria dos artigos. Possui cobertura retroativa dos periódicos.

A biblioteca também possui assinatura da Target Gedweb, que é uma plataforma que reúne e gerencia um vasto acervo de normas e regulamentações técnicas de diversos órgãos, facilitando a busca e o acesso às informações regulatórias críticas.

O acervo da Target é atualizado diariamente, disponibilizando ao usuário: Mais de 16.000 Normas ABNT NBR/NM; Mais de 16.000 Normas Internacionais e Estrangeiras; 49

entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API, IEEE, NFPA e outras); Mais de 12 mil Diários Oficiais; Projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; Mais de 8.000 Regulamentos Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); Mais de 115.000 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); Procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); Mais de 110.000 Procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Mais de 130.000 Resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Legislações CONAMA, dentre outras.

A plataforma Target Gedweb possui as seguintes características: Permite a leitura online; Os arquivos podem ser salvos em PDF; O usuário tem acesso diariamente a normas técnicas que estão em votação pública e/ou eventos internos da empresa, através de uma tela com os eventos do dia; A tela de pesquisa é simples e o usuário tem opção de fazer a busca digitando código ou palavra-chave e podendo filtrar a categoria de documento que deseja; O usuário também tem acesso a artigos técnicos elaborados pela Target.

Também são disponibilizados periódicos científicos por meio da vLex, uma base de dados especializada na área jurídica, contendo cerca de 70 milhões de documentos em seu banco de dados *online*, divididos em legislação, jurisprudência, livros, periódicos e jornais de mais de 130 países, sempre na íntegra e com o *download* das obras disponíveis. A plataforma possui ferramentas de tradução das pesquisas e dos textos das obras. O acervo de livros inclui cerca de 2 mil títulos de editoras jurídicas espalhadas pelo mundo, tais como: a) Brasileiras: FGV e Mundo Jurídico (livros); Fundação Rui Barbosa (livros históricos de Rui Barbosa); Bonijuris (Periódicos); b) Estrangeiras - Direito: Editrice La Tribuna (Itália); Jurídica de las Américas (México e Chile); Escritório de Publicações das Nações Unidas; c) Estrangeiras - multidisciplinar: Proquest (EUA, mais de 700 periódicos na vLex); Emerald (Inglaterra); Diarios de America (disponibiliza os principais jornais da imprensa mundial na vLex).

A Dykynson na Espanha, Elcla em Portugal, Cacucci na Itália, Lavoisier na França, Edipro na Bélgica, Platense na Argentina, Notadez no Brasil, Jurídica de Chile e Ecoe na Colômbia são outras das editoras que publicam na vLex.

7.4.7 Plano de Atualização do Acervo

O acervo da Biblioteca da Instituição foi adquirido conforme os projetos pedagógicos dos cursos a serem ministrados e é permanentemente atualizado, através da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos alunos, professores, coordenadores de curso e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca promove a atualização e adequação do acervo, de forma permanente, crescendo e se atualizando através de compras, doações e permutas sendo projetada para que haja um crescimento a cada semestre, a partir do acervo inicial.

O acervo é constituído, de forma impressa e virtual. Atualmente, com o crescimento do fluxo de informações, tornou-se necessário adotar critérios, para uma Política de Atualização e de Expansão do Acervo da Biblioteca do UNIFAMAZ, tendo como objetivo adequar-se às demandas informacionais dos Cursos da Instituição.

A Política de Atualização e de Expansão do Acervo da Biblioteca serve de suporte, para uma política de seleção concisa, possibilitando de maneira clara, objetiva e controlado o processo de aquisição, doação, permuta de materiais bibliográficos e especiais das Bibliotecas do UNIFAMAZ. Essa política de seleção tem como objetivo: Prestar apoio e assistência às pesquisas, projetos e atividades acadêmicas desenvolvidas pela instituição; Identificar os elementos nos campos de interesse da Biblioteca; Possibilitar o crescimento racional e equilibrado do acervo; Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção versus interesses da instituição; Estabelecer critérios mínimos para a duplicação de títulos; Estimular programas cooperativos de aquisição; Traçar diretrizes para a avaliação do acervo; Estabelecer parâmetros para o descarte de material e Organizar e preservar a memória da instituição, assim como toda produção intelectual.

Com o objetivo de estimular o autoestudo e possibilitar a preparação para um aproveitamento melhor dos eventos nos níveis de informação mais avançados como: seminários, workshops, a Biblioteca disponibiliza ainda CDs, DVDs e outros recursos audiovisuais.

A política adotada, na atualização do acervo, é de aquisição semestral acumulativa de 2%.

A Biblioteca da Instituição apresenta um acervo dimensionado acima da média da demanda inicial previsto para os cursos, em processo de autorização, e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.

7.5 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias possuem portas adaptadas, barra de apoio nas paredes, instalação de lavabos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, sem barreiras arquitetônicas e apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação a normas de higiene, iluminação, ventilação e limpeza.

A Instituição possui instalações sanitárias distribuídas na IES, sendo divididas entre os sexos masculinos e femininos adequadas aos portadores de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004 e Portaria Ministerial nº 3.284/2003.

As instalações sanitárias apresentam dimensões suficientes para os usuários, sendo iluminados e ventilados, obedecendo às normas e padrões estabelecidos para o seu tipo de uso. As referidas instalações possuem pisos e revestimentos, louças, espelhos e metais suficientes, bem como materiais de higiene adequados para a sua utilização.

Os serviços de limpeza são realizados em todos os turnos, diariamente, corroborando para a conservação e manutenção das instalações sanitárias.

7.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

A Instituição oferece à sua comunidade uma área de convivência com cantina, copiadora, espaços ajardinados, bancos espalhados pelos corredores e área de convivência para funcionários, amplos espaços internos e estacionamento.

A infraestrutura é configurada com espaços que atendem plenamente às necessidades de convivência, lazer e expressão político-cultural dos alunos.

Outro fator importante é a localização da Instituição está situada numa área privilegiada, cuja redondeza possui um setor de serviços bem estruturado, contando com estacionamentos, boa disponibilidade de transporte coletivo, telefones públicos, shopping, copiadoras, livrarias, papelarias, lanchonetes e restaurantes em quantidade suficiente para o adequado atendimento à comunidade acadêmica.

Vale ressaltar, ainda, que há infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais seguindo a legislação vigente: rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços de uso coletivo, salas de aula/laboratórios e reservas de vagas, em estacionamentos. As instalações estão dotadas de toda a infraestrutura necessária para a utilização de seu corpo social.

Os espaços de convivência atendem aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto nº 5296/2004.

7.7 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A FAMAZ garante infraestrutura de segurança a toda comunidade acadêmica, por meio de três vertentes:

- I. Segurança Patrimonial;
- II. Serviço de Vigilância; e
- III. Prevenção de incêndio e de acidentes no trabalho: desenvolvida pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) por levantamento das necessidades institucionais no que diz respeito à segurança do trabalho e higienização do ambiente de trabalho.

Nos prédios onde funciona a FAMAZ são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros e suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

APÊNDICES

Apêndice A

EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

MÓDULO I				
PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	40	40	0	2
<p>EMENTA: A disciplina abordará de forma teórica e prática, as questões que permeiam a sociedade e sua relação com o ambiente em que vivem considerando a comunidade local e o contexto em que ela se insere. Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes. Conservação e uso dos recursos naturais.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRUNA, GILDA COLLET. Curso de Gestão Ambiental. Manole, 2004. PADUA, JOSE AUGUSTO. Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Petrópolis. RJ, 2009. TRINDADE, DIAMANTINO. O Meio Ambiente e a Sociedade CONTEMPORÂNEA. São Paulo: Suprema cultura, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTRO, RONALDO SOUZA DE; LAYRARGUES, PHILIPPE POMIER; LOUREIRO, CARLOS FREDERICO B. Sociedade e meio ambiente. São Paulo: Cortez, 2012. DEMAJOROVIC, JACQUES. Sociedade De Risco e Responsabilidade. São Paulo: SENAC, 2003. GALLO, SILVIO. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. São Paulo: Papyrus. 2008. SUNG, JUNG MO; SILVA, JOSUE CANDIDO DA. Conversando sobre ética e sociedade. Rio de Janeiro: Vozes. 2004. TRINDADE, DIAMANTINO. O Meio ambiente e a sociedade CONTEMPORÂNEA. São Paulo: Suprema cultura, 2011.</p>				

MÓDULO I				
PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal

RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	80	80	0	4
<p>EMENTA: Macrovisão do desenvolvimento humano na ecoesfera terrestre. A evolução da tomada de consciência dos problemas ambientais. O desenvolvimento do ambientalismo multissetorial. O papel das empresas, governos, organizações não-governamentais e organismos internacionais. Concepções de desenvolvimento, de estado e de sociedade. A busca de indicadores. A coexistência de sistemas. Efluentes industriais, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, lixo e meio ambiente. Caracterização dos resíduos urbanos e industriais. Legislação referente aos resíduos. Descrição das técnicas de tratamento. Diretrizes e legislação referentes a resíduos urbanos e industriais. Desenvolvimento sustentável: concepções, dimensões e impacto. Construindo um sistema de indicadores para o desenvolvimento sustentável.</p>				
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u> CARVALHO, CLAUDIO ELLIAS; FADIGAS, ELIANE A. FARIA AMARAL e REIS, LINEU BELISCO DOS. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável 2º edição. São Paulo: Manole, 2011. PEDREIRA, CARLOS ALBERTO MESSEDER. Comunicação cultura e sustentabilidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. SILVEIRA, EDSON DAMAS. Socioambientalismo amazônico. Curitiba: Juruá, 2008. OLIVEIRA, Marcia Maria et al (org.). Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Caxias do Sul: Educs, 2017. (BV. PEARSON) RECH, Adir et al (org.). Direito e ambiente: políticas de cidades socioambientalmente sustentáveis. Caxias do Sul: Educs, 2017. (BV. PEARSON)</p>				
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u></p> <p>ARAUJO, GISELE FERREIRA. Estratégia de sustentabilidade: Aspectos científicos, sociais e legais. São Paulo: Letras jurídicas, 2008. BARBOSA, ERIVALDO M. Direito ambiental e dos recursos naturais. Belo Horizonte: Forum, 2012. FLORES, NILTON CESAR (ORG). A Sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces. Campinas-SP: Millennium editora, 2012. GRIPPI, SIDNEY. Atuação Responsável & Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. MILLER, JR; G. TILLER e SPOOLMAN, SCOTT. Ecologia e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Cengage, 2012. PINSKY, Jaime. O Brasil no contexto: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017. (BV. PEARSON) MAGLIANO FILHO, Raymundo. Um caminho para o Brasil. São Paulo: Contexto, 2017. (BV. PEARSON)</p>				

**MÓDULO I
PRIMEIRO PERÍODO**

Componente Curricular	CH	CH	CH	CH
	Total	Teórica	Prática	Semanal
ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4

EMENTA: A disciplina abordará a origem, organização e evolução da Ecologia, bem como as relações da dinâmica natural terrestre e os ciclos biogeoquímicos na natureza, além dos avanços científicos na utilização dos recursos naturais (materiais, de energia e de biotecnologia). Produção espacial urbana e as inter-relações com o meio biótico. Também os estudantes entenderão os conceitos, as ações e estratégias utilizadas em educação para o meio ambiente, como uma ferramenta de apoio às atividades voltadas à preservação e qualidade dos ecossistemas naturais. Histórico da Educação Ambiental no Brasil e métodos de intervenção. Formas de atuação da educação ambiental. Agenda 21.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGON, MICHAEL. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 DIAS, GENEALDO FREIRE. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Editora Gaia, 2008.
 PINTO COELHO, RICARDO MOTTA. **Fundamento em ecologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
 PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed rev. E atual. Barueri, SP: Manole, 2014 (Coleção ambiental, v. 14). (BV . Pearson)
 GODEFROID, R. S. **Ecologia de Sistemas**. Curitiba: InterSaber, 2016. 2 Mb; PDF. (BV . Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGON, MICHAEL; HARPER, JOHN L. e TOWNSEND, COLIN R. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 BRUNA, GILDA COLLET. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.
 FELICIOLE, MARFIA CECILIA FOCESI e PHILLIPI JUNIOR, ARLINDO. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.
 GORE, AI. **Terra em balanço: ecologia e o espírito humano**. São Paulo: Global, 2008.
 LEFF, ENRIQUE. **Ecologia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes. 2009.
 THEODORO, SUZI HUFF; DUARTE, LAURA GOULART e VIANNA, JOAO NILDO. **Agroecologia. Um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
 FANTIN, M. E.; OLIVEIRA, E. **Educação Ambiental: saúde e qualidade de vida**. Curitiba: InterSaber, 2014 (Série Educação Ambiental), 2 Mb; PDF. (BV . Pearson)

MÓDULO I PRIMEIRO PERÍODO

Componente Curricular	CH	CH	CH	CH
	Total	Teórica	Prática	Semanal
ESTATÍSTICA	80	80	0	4

EMENTA: Estatística descritiva. Modelos estatísticos. Preparação de dados para análises estatísticas. Probabilidades. Distribuição de probabilidades. Variáveis aleatórias. Estimação e intervalos de confiança. Pesquisas e amostragem. Medidas Estatísticas. Aplicações dos softwares estatísticos com uso do computador. Testes de Hipóteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, David R. Williams; THOMAS A. Sweeney; DENNIS J. **Estatística aplicada a administração e economia. 2ª Ed.** São Paulo: Thomson Pioneira, 2007

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada a gestão empresarial. 2ª Ed.** São Paulo: Atlas, 2008.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística. 6ª Ed.** São Paulo: Atlas, 2008.

LARSON, Ron; Farber Betsy. **ESTATÍSTICA APLICADA.** Curitiba: Pearson Education Do Brasil, 2015 (Bv: Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEVIN, Jack & FOX, James Alan. **Estatística para ciências humanas.** Pearson, 2004.

MILONE, Guisepppe. **Estatística geral e aplicada.** São Paulo: Thomson, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada. 3ª Ed. 2005.** São Paulo, Atlas, 2005.

SPIEGEL, Murray, SRINIVASAN, R., SCHILLER, John. **Probabilidade e estatística.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Estatística Aplicada.** São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MÓDULO I				
PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH	CH	CH	CH
	Total	Teórica	Prática	Semanal
CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA	80	80	0	4

EMENTA: A disciplina abordará temas relacionados com a origem da vida. Princípios de Genética e Botânica. Processos de contaminação e remediação ambiental. Ameaças à Diversidade Biológica: Extinção, Destruição e Fragmentação de Habitat, Degradação e

Poluição Ambiental, Introdução de Espécies Exóticas, Dispersão de Doenças e Mudanças Climáticas Globais e os efeitos dos poluentes atmosféricos sobre os animais e as plantas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, GUSTAVO H. de S. **Gestão ambiental das áreas degradadas**. São Paulo. Editora Bertrand Brasil. 2007.

BENSUSAN, NURIT. **Conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006.

COELHO, MARIA CELIA NUNES; GUERRA, ANTONIO JOSE TEIXEIRA. **Unidades de conservação 1º edição**. São Paulo. Editora Bertrand Brasil. 2009.

SOUZA, Ana Cláudia Oliveira de. **Ecologia e sustentabilidade**. Editora e Distribuidora S.A. 2017 (BV: Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIRANDA, EDUARDO de. **Natureza, conservação e cultura**: ensaio sobre a relação do homem com a natureza. São Paulo: Editora Metalivros. 2009.

OLMOS, FÁBIO e GOLDENBERG, JOSÉ. **Espécies e ecossistemas**. São Paulo: Edgard Blucher. 2011.

PRIMACK, RICHARD e RODRIGUES, EFRAIM. **Biologia da conservação**. São Paulo: Metalivros. 2009.

TOMASULO, Pedro Luis Batista. **Gestão da biodiversidade: uma análise com foco na preservação ambiental**. Intersaberes, 2015 (BV: Pearson)

MÓDULO II SEGUNDO PERÍODO

Componente Curricular	CH	CH	CH	CH
	Total	Teórica	Prática	Semanal
GESTÃO ORGANIZACIONAL	40	40	0	2

EMENTA: A disciplina abordará o processo e sua importância para as organizações. O desenvolvimento organizacional. As técnicas de chefia e liderança. Poder e autoridade. Legitimidade e legalidade. O processo de negociação dentro e fora da organização. Conhecimento e identificação dos principais aspectos relacionados a gestão e o contexto que a envolve. Comportamento do dirigente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, RONNIE JOSHE FIGUEIREDO de **Gestão do conhecimento organizacional 1º Edição**. Editora Appris, 2011.

OLIVEIRA, JAYR FIGUEIREDO de; SILVA, EDILSON AURELIO da **Gestao organizacional**. Editora Saraiva Ebook. 2006.

GOLD, Miriam. **Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização**. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2005.

ANDRADE, Eurídice. **Planejamento, controle e informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. (BV. PEARSON)

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2017. (BV. PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Antonio S. **A Arte de argumentar**. 7ª Ed. Cotia-SP : Ateliê, 2006.

FAULSTICH, Enilde L. De J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência – técnicas de comunicação criativa**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de Sociologia Geral**. Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Thonson, 2006.

PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos; FERNANDES, Valdir (editores). **Gestão empresarial e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2017. (BV. PEARSON)

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas**. Barueri: Manole, 2016. (BV. PEARSON)

MÓDULO II				
SEGUNDO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
ANÁLISE AMBIENTAL E TÉCNICAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
<p><u>EMENTA:</u> A disciplina abordará os vários aspectos da política ambiental, discutindo as variáveis relacionadas à questão ambiental, principalmente em relação à ocupação do espaço para os assentamentos humanos e atividades produtivas, permitindo criar bases para o planejamento racional e sustentável. Aspectos legais do uso e ocupação do solo urbano e rural. Os aspectos gerais da poluição ambiental e seus efeitos sobre a saúde e ambiente, indicando os princípios e técnicas de controle da poluição atmosférica, do solo e das águas através da identificação das fontes poluidoras e de suas características e quantidades.</p>				
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u> BRAGA, B. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento</p>				

sustentável. Editora Prentice Hall. São Paulo, 2005.

INOUE, CRISTINA YUMIE AOKI. **Regime global de biodiversidade**. Brasília: UNB, 2007.

MORAN, E. F. **Geoinformação e Monitoramento Ambiental na América Latina**. Editora SENAC. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, M. M. D. de; MENDES, M.; HANSEL, C. M.; DAMIANI, S. **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**, Educs, 2017. (BV: PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DERISIO, J. C. **Introdução ao controle da poluição ambiental**. São Paulo: Signus, 2007.

LUCON, OSWALDO. **Energia, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, LUCIANO MIGUEL MOREIRA DOS. **Avaliação ambiental de processos industriais**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

SILVA, J. X. da **Geoprocessamento e análise ambiental**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2011.

STROH, PAULA YONE. **Cidade, lixo e cidadania**. Maceió: Edufal, 2009.

BUHRING, M. A. **Função Socioambiental Da Propriedade**. Educs, 2016. (BV: PEARSON)

MÓDULO II SEGUNDO PERÍODO

Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E SOFTWARES AMBIENTAIS	80	40	40	4

EMENTA: A disciplina abordará noções cartográficas. Modelagem de bases de dados. Processamento digital de imagens. Dados Espaciais. Fontes de Dados. Bases digitais na Internet. Atlas digitais. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Topologia. Aquisição e Manipulação de Dados. Gerenciamento de Dados. Integração de Dados. Consulta e Análise Espacial. Mapeamento por Computador. Sistemas aplicativos. Sistemas Gratuitos. Introdução ao Sensoriamento Remoto e o Geoprocessamento como ferramenta de planejamento e uso dos softwares naturais e aplicações do SIG e dos softwares para a proteção e gestão ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTIN, ALBERTO LUIZ. **Administração de informática**: funções e fatores críticos de sucesso. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SILVA, JORGE XAVIER e Z Aidan, RICARDO TAVARES. **Geoprocessamento e análise ambiental**. São Paulo : Editora Bertrand Brasil, 2011.

BIO, SERGIO RODRIGUES. **Sistemas de informação**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MOURA, ANA CLARA MOURÃO. **Tecnologias de geoinformação para representar e planejar o território urbano**. INTERCIÊNCIA, 2016. (BV: PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHOR, TATIANA. **Ciência e Tecnologia: O caso do experimento de grande escala da biosfera**. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

MORAN, EMILIO F. **Geoinformação e Monitoramento Ambiental na America Latina**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

BATISTA, EMERSON. **Sistema de informação**. São Paulo: Saraiva editora, 2004.

BRAGA, BENEDITO. **Introdução a engenharia ambiental**: o desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

SILVA, JORGE XAVIER e Z Aidan, RICARDO TAVARES. **Geoprocessamento e meio ambiente**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2011.

MIOTO, CAMILA LEONARDO. **Cartografia e geoprocessamento ambiental**. Educacional, 2017 (BV: PERSON)

MÓDULO II				
SEGUNDO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS	80	80	0	4
EMENTA: Esta disciplina abordará os aspectos agroecológicos referentes à conservação e desenvolvimento das florestas tropicais. Introdução e história das unidades de conservação e áreas protegidas. Proteção e segurança dos recursos naturais e usuários. Relações comunitárias. Conceituação e Classificação. Técnicas e práticas agroflorestais. Tipos de sistemas agroflorestais: Silvoagrícola; Silvopastoris, agrosilvopastoris e sistemas agroflorestais especiais, capoeira melhorada, agricultura em aléias. Parâmetros ecológicos e econômicos para implantação de SAF'S. Seleção de espécies florestais da Amazônia com importância nos SAF'S. Florestas Sociais: Importância e Limitações. Alternativas e viabilidades econômicas e sociais para as Reservas Extrativistas.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, RAIMUNDO CAEAMURU. **Desenvolvimento da Amazônia**. São Paulo: Paulus editora, 2009.

FURLAN, SUELI. **A conservação das florestas tropicais**. São Paulo: Editora Atual, 2009.

LOUREIRO, VIOLETA REFKALEFSKY. **A Amazônia do século XXI**. Editora São Paulo: Empório do livro, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, GUSTAVO H. de S. **Gestão ambiental das áreas degradadas**. São Paulo: Editora Bertrand, 2011.

BITAR, OMAR YAZBEK. **Meio ambiente e geologia**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

CAVALCANTI, CLOVIS. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

DUPAS, GILBERTO. **Meio ambiente e crescimento**. São Paulo: UNESP, 2008.

MÓDULO II
SEGUNDO PERÍODO

Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4

EMENTA: A disciplina abordará as noções de direito. Hierarquia de leis. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Lei de Recursos Hídricos, da fauna e da flora. Lei de Zoneamento Ambiental e industrial. Atividades de Licenciamento Ambiental. Lei dos Crimes Ambientais. Responsabilidade por dano ao meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, PAULO AFFONSO. **Direito ambiental**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2010.

SANTANA, RAIMUNDO RODRIGUES. **Justiça Ambiental na Amazônia**. Curitiba: Juruá, 2010.

SIRVINSKAS, LUIS PAULO. **Legislação de Direito Ambiental**. São Paulo: Ed. Rideel, 2010.

Polizio Júnior Wladimir. **Novo Código Florestal - Comentado, Anotado e Comparado**. Rideel, 2016 (BV: PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMADO, FREDERICO AUGUSTO DI TRINDADE. **Direito Ambiental Esquematizado**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

EQUIPE RT. **Mini coletânea de legislação ambiental – 2012**. São Paulo: RT, 2012.

MAGALHÃES, JURACI PEREZ. **A Evolução Do Direito Ambiental No Brasil**. São Paulo: JUAREZ DE OLIVEIRA, 2002.

RIOS, AURÉLIO VIRGILIO VEIGA. **O Direito E O Desenvolvimento Sustentável**. Minas Gerais: Peirópolis, 2005.

THEODORO, SUZI HUF e ZANETTI, IZABEL. **Direito ambiental e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jumen Juris, 2008.

MÓDULO III				
TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PLANEJAMENTO EM PROJETOS AMBIENTAIS	80	80	0	4
<p>EMENTA: A disciplina abordará a definição e tipos de projetos; O que um bom projeto precisa conter?; Linhas básicas da elaboração de uma proposta; Técnicas de elaboração e desenho de projetos; Como identificar demandas e elaborar propostas; Montagem de equipes; Problemas e acertos na apresentação de projetos; financiadores; Estratégias de captação de recursos financeiros; Formatação de projetos; Cronograma de execução e financeiro; Oficina de projetos. Os principais aspectos técnicos e legais referentes à elaboração do projeto de exploração de recursos naturais incluindo recursos florestais. Plano de recuperação de áreas degradadas técnicas de manejo de águas. Reaproveitamento de efluentes e resíduos de técnicas de conservação do solo.</p>				
<p><u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u></p> <p>KAHN, M. Gerenciamento de projetos ambientais: riscos e conflitos. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2003.</p> <p>PEREIRA, M. J. Meio ambiente e tecnologia. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.</p> <p>SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Editora Oficina dos textos, 2007.</p> <p>Domingos, Thiago Augusto, Planejamento Urbano e Ambiental, Editora e Distribuidora Educacional S. A, 2014. (BV:PEARSON)</p>				
<p><u>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</u></p> <p>DUPAS, G. M. Ambiente e crescimento econômico 1º Edição. Editora São Paulo: UNESP, 2008.</p> <p>KEELING, RALPH. Gestão de projetos: Uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>PRADO, DARCI. Planejamento e controle de projetos. Minas Gerais: INDG, 2011.</p> <p>RICKLFS, R. E. A economia da natureza. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>SANCHES, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Editora Oficina dos textos, 2008.</p>				

Reis, Lineu Belico Dos. **Energia Elétrica e Sustentabilidade: Aspectos Tecnológicos e Sociambientais**, Manole, 2014. (BV:PEARSON)

MÓDULO III				
TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
SANEAMENTO AMBIENTAL	80	80	0	4
<p>EMENTA: Enfatiza noções sobre a saúde e saneamento ambiental, nos sistemas de controle da poluição hídrica, atmosférica e do solo. Controle dos vetores – insetos, roedores etc. Possibilita adquirir conceitos sobre os impactos ambientais bem como suas medidas de controle ambiental – poluição sonora, vibrações, resíduos sólidos etc. Avalia as atividades de limpeza pública, destinação do lixo resultante e técnicas utilizadas no mundo para minimizar o crescente uso de áreas para deposição desses resíduos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRAGA, BENEDITO. Introdução a engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2006. MOTA, CAROLINA. Saneamento básico no Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2010. PHILIPPI JR., A. Saneamento, saúde e ambiente - Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Coleção Ambiental. São Paulo: Editora Manole, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.C. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. CARVALHO, A.R.; OLIVEIRA, M.V.C. Princípios básicos do saneamento do meio. São Paulo: Senac, 2010. GRIECO, F.deA. O Brasil e a nova economia global. São Paulo: Aduaneiras, 2001. MIRANDA, A.C. Saúde e ambiente sustentável. Ro de Janeiro: Riocruz, 2002. SOUZA, D.C. O meio ambiente das cidades. São Paulo: Atlas, 2010.</p>				

MÓDULO III				
TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	80	80	0	4
<p>EMENTA: A disciplina abordará os aspectos econômicos dos projetos ambientais, analisando</p>				

alternativas técnicas. Verificação da relação custo/benefício. Os custos sociais de um empreendimento. Valor monetário dos bens naturais. O custo da poluição ambiental. O custo de recuperação de áreas degradadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUPAS, G. **Meio Ambiente e Crescimento Econômico**. São Paulo: NESP, 2008.

HINRICHES, ROGER e KLEINBACH. **Energia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CENGAGE, 2011.

RICKLFS, ROBERT E. **A economia da natureza**. Guanabara. Rio de Janeiro: Koogan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRAMER, MARIA ELISABETH PEREIRA e TINOCO, JOÃO EDUARDO PRUDENCIO. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, ARACELI CRISTINA DE SOUSA. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

GIDDENS, A. **A Política da Mudança climática**. São Paulo: ZAHAR, 2010.

SOUZA, DEMETRIUS. **O meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMANEZ, CARLOS PATRICIO. **Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos**. Rio de Janeiro: Person Prentice, 2002.

MÓDULO III				
TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE DE ECOSISTEMAS	80	80	0	4
EMENTA: A disciplina abordará o histórico da avaliação de impactos sobre o meio ambiente, a determinação de medidas mitigadoras e compensatórias. Os instrumentos de avaliação de impactos. Os estudos de casos aplicados aos tipos de projetos existentes na região amazônica, com vistas a garantir a sustentabilidade dos ecossistemas.				
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u>				
SANCHES, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos . São Paulo: Editora Oficinas de textos, 2008.				
HOUTART, FRANÇOIS. A agroenergia. Solução para o clima ou saída da crise para o				

capital?. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ROHDE, GERALDO MARIO **Geoquímica ambiental e estudos de impacto 3º Edição.** São Paulo: Editora Signus, 2008.

KÁTIA CRISTINA GARCIA, **Avaliação de Impactos Ambientais.** Intersaberes, 2014 (BV: Pearson)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, GUSTAVO H. de S.. **Gestão ambiental das áreas degradadas.** São Paulo: Bertrand, 2007.

FAGAN, B. **Aquecimento Global: A influência do clima.** Editora Larousse. São Paulo, 2009.

FOGLIATTI, M. C. **Avaliação de impactos ambientais.** Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.

GUERRA, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRQA. **Impactos ambientais urbanos.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

MARIANO, J. B. **Impactos ambientais do refino de petróleo.** Editora Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MÓDULO III				
TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
POLÍTICA AMBIENTAL PARA A REGIÃO AMAZÔNICA	40	40	0	2

EMENTA: A disciplina abordará os aspectos do desenvolvimento e meio ambiente. Os programas e planos existentes na região amazônica com implicações ambientais. O uso das ferramentas de planejamento e gestão para o meio ambiente sustentável na região. A adoção de políticas compatíveis com a capacidade suporte dos ecossistemas amazônicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, BERTHA. K. **Amazônia - Geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

MELLO-THERY, N. de **Território e gestão ambiental na Amazônia.** São Paulo: Editora Annablume, 2011.

SANTANA, RAIMUNDO RODRIGUES **Justiça ambiental na Amazônia.** Curitiba: Juruá editora, 2010.

SILVEIRA, Clóvis (org.). **Dano ambiental e gestão do risco.** Caxias do Sul: Educ, 2016. (BV. PEARSON)

RECH, Adir et al (org.). **Direito ambiental e sociedade.** Caxias do Sul: Educ, 2015. (BV. PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Santa Catarina: Editora Vozes, 2009.

INOUE, CRISTINA YUMIE AOKI. **Regime global de biodiversidade**. Brasília: NB, 2007.

QUEIROZ, F. A. de **Meio ambiente e comércio internacional**. Curitiba: Juruá editora, 2010.

LOUREIRO, VIOLETA REFKALEFSKY. **A Amazônia do século XXI**. São Paulo: Emporio do livro, 2009.

VÁRIOS AUTORES. **Amazônia, região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

SILVEIRA, Clóvis et al (org.). **Direito ambiental**. Caxias do Sul: Educus, 2016. (BV. PEARSON)

RECH, Adir et al (org.). **Direito e ambiente: políticas de cidades socioambientalmente sustentáveis**. Caxias do Sul: Educus, 2017. (BV. PEARSON)

MÓDULO IV				
QUARTO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NAS EMPRESAS	40	40	0	2
<p>EMENTA: A disciplina abordará os aspectos da gestão ambiental. Evolução dos conceitos de proteção ambiental. As questões ambientais num mundo globalizado. As atividades empresariais e seus efeitos ambientais. Globalização e meio ambiente. Influência da variável ambiental no comércio internacional. Tratados, acordos e conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente. O meio ambiente e os limites do crescimento. Mudanças no ambiente dos negócios. ISO série 14.000. Certificação da qualidade ambiental. Sistemas de gestão ambiental. Auditoria ambiental. <i>Ecobusiness</i>. Reciclagem.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ALBUQUERQUE, J. de L. Gestão ambiental e responsabilidade social. Editora Atlas. 2010.</p> <p>DIAS, R. Gestão ambiental. São Paulo: Editora Atlas, 2011.</p> <p>DEMAJOROVIC, J. e VILELA JUNIOR, A. Modelo e ferramentas de gestão ambiental. São Paulo: Editora SENAC, 2010.</p> <p>ALENCASTRO, MARIO SERGIO CUNHA. Empresas ,Ambiente E Sociedade. São Paulo: Interciência, 2014 (BV: PEARSON)</p>				

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERE, JOSÉ CARLOS. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva e-book 2011.

BRUNA, G. C.; PHILLIPPI JUNIOR, A.; ROMERO, M. de A. Curso de gestão ambiental 1º Edição. Editora Manole. 2004.

FOGLIATI, M. C. **Sistema de gestão ambiental para empresas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2011.

MONTIBELLER FILHO, G.; PHILIPPI JUNIOR, A. Empresas, desenvolvimento e ambiente 1º Edição. Editora Manole. 2007.

NASCIMENTO, LUIS FELIPE e LEMOS, ANGELA DENISE DA CUNHA. Gestão socioambiental estratégica. Bookman. 2008.

MÓDULO IV
QUARTO PERÍODO

Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
GERENCIAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	80	80	0	4

EMENTA: A disciplina abordará a definição e causa da poluição das águas. O conceito e importância das bacias hidrográficas como unidade de planejamento ambiental. O Plano Nacional de Recursos Hídricos. Os comitês de bacias e as técnicas de despoluição de corpos d'água. Preservação dos Mananciais na região amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, B. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Prentice, 2006.

GARRISON, TOM. **Fundamentos de oceanografia**. Rio de Janeiro: CENGAGE, 2010.

TRIGUEIRO, ANDRE. **Mundo sustentável: novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: GLOBO, 2012.

POLETO, CRISTIANO. **Bacias Hidrográficas E Recursos Hídricos**. Inter ciências, 2014. (BV: PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNA, GILDA COLLET. **Curso de gestão ambiental**. São Paulo: MANOLE, 2009.

ESPINDOLA, E.; WENDLAND, E. **Bacia hidrográfica – Diversas abordagens em pesquisa**. São Carlos-SP: 1ª Edição. Editora Rima, 2004.

MARTINS, RODRIGO CONSTANTE e VALENCIO NORMA. **Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil. Volume 2**. São Carlos-SP: RIMA, 2004.

MASCRAENHAS, S.; SANTOS, S.A.M.dos. **O estudo de bacias hidrográficas: Uma estratégia para a educação ambiental.** São Carlos-SP: RIMA, 2006.
PELLACANI, C.R. **Poluição das águas doces superficiais.** Curitiba: 1º Edição. Juruá, 2005.

MÓDULO IV				
QUARTO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
MANEJO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	80	80	0	4
<p>EMENTA: A disciplina abordará as definições e classificações dos vários tipos de resíduos. O programa 3R e as técnicas de controle de resíduos referentes a disposição final. Compostagem. Aterro e incineração. Gerenciamento de Resíduos Especiais. Técnicas de Minimização da geração de resíduos.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARTHOLOMEU, D. B.; CAIXETA-FILHO, J. V. Logística ambiental de resíduos sólidos 1º Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2011. CONTO, S. M. de Gestão de resíduos em universidade 1º Edição. Maceió: Editora EDUCS, 2010. JACOBI, P. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos 1º Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2006. TONETO JUNIOR, R.; SAIANI, C. C. S.; DOURADO, J. Resíduos Sólidos no Brasil: oportunidades e desafios da lei federal nº 12.305. Minha Editora, 2014. (BV: PEARSON)</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAUJO, S. M. V. G. de; JURAS, I. da A. G. M. Comentários a lei dos resíduos sólidos. São Paulo: Editora Pillares, 2011. BARSANO, P; BARBOSA, R. P. Meio Ambiente: Guia prático e didático. Editora Annablume. São Paulo, 2006. CHIARAVALLLOTI, Rafael Moraes; PADUA, Claudio Valadares. Escolhas Sustentáveis. São Paulo: Editora Manole, 2007. MONTIBELLER FILHO, G.; PHILIPPI JUNIOR, A. Empresas, desenvolvimento e Ambiente. São Paulo: Editora Manole, 2007.</p>				

PHILIPPI JR, ARLINDO. **Saneamento, saúde e ambiente**. MANOLE. São Paulo, 2005.

MÓDULO IV
QUARTO PERÍODO

Componente Curricular	CH	CH	CH	CH
	Total	Teórica	Prática	Semanal
AUDITORIA E CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4

EMENTA: Conceitos sobre auditoria. Tipos de auditoria. Escopo da auditoria e regulamentos para auditoria ambiental. Auditoria de conformidade legal. Diretrizes para auditoria ambiental - Princípios Gerais: Normas ISO 14010 e 14011. Critérios para qualificação de auditores ambientais. Certificação de auditores ambientais. Programas de certificação ambiental. A série ISO 14000. Sistema de Gestão Ambiental pela ISO 14001: Política Ambiental. Planejamento Ambiental: Aspectos e Impactos Ambientais. Requisitos Legais e Outros Requisitos. Filtro de Significância, Objetivos e Metas Ambientais. Programas de Gestão Ambiental. Implementação e Operação do Sistema de Gestão Ambiental. Verificação e Ações Corretivas. Análise Crítica pela Administração. Melhoria contínua. Operação e gerenciamento dos processos: enfoque sistêmico. Medidas de desempenho de processos. Processos de licenciamento ambiental. Relatórios e Projetos. Atividades passíveis de licenciamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, J.de L. **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ASSUMPÇÃO, L.F.J. **Sistema de gestão ambiental** - manual prático para implementação de SGA e certificação ISSO 14001/2004. São Paulo: Editora atlas, 2009.

SEIFFERT, M.E.B. **ISO 14001 - Sistemas de gestão ambiental**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Bernades, Rodrigo de Menezes Trigueiro, **Sistema de Gestão e Auditoria Ambiental**, Unopar, 2014 (BV: PEARSON)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERE, JOSÉ CARLOS. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva e book, 2011.

FOGLIATI, M. C. **Sistema de gestão ambiental para empresas**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2011.

LA ROVERE, EMILIO LEBRE. **Manual de auditoria ambiental**. São Paulo: Qualitymark, 2011.

OLIVEIRA, CELSO MARAN. **Gestão e auditoria ambiental: normas nacional e**

internacionais. São Carlos-SP: RIMA, 2010.

SEWELL, G. H. **Administração e controle da qualidade ambiental.** São Paulo: EPU, 2002.

MÓDULO IV				
QUARTO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA – RIMA	80	80	0	4
<p>EMENTA: Mapeamento do processo produtivo. Método de avaliação dos indicadores de sustentabilidade organizacional: funções econômicas do meio ambiente. Aspectos e impactos ambientais: conceito, principais impactos ambientais. Diagnóstico ambiental para EIA-RIMA. Mensuração de impactos ambientais associados às atividades produtivas. Medidas mitigadoras. Determinação de matriz de prioridade e severidade. Avaliação de impactos ambientais: conceitos, características e etapas básicas. Importância da avaliação dos impactos e análise dos riscos ambientais. Proposição de metodologias, planejamento e elaboração de EIA/RIMA e Análise de Riscos. A responsabilidade empresarial perante as questões ambientais no contexto de redesenho e retratação das funções do Estado e da iniciativa privada no atual contexto econômico/ político e social.</p> <p>BIBLIOGRAFIAS BÁSICA BELTRAO, A. F. G. Aspectos jurídicos do estudo de impacto ambiental 1º Edição. São Paulo: MP editora, 2008. SANTOS, L. M. M. dos Avaliação ambiental de processos industriais 1º Edição. São Paulo: Editora Oficina de textos, 2011. ROHDE, G. M. Geoquímica ambiental e estudos de impactos 3º Edição. São Paulo: Editora Signus, 2008. CALDAS, RICARDO MELITO. Gerenciamento dos Aspectos e Impactos Ambientais. PEARSON, 2015 (BV: PEARSON)</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> DEZOTTI, MARCIA. Processos e técnicas para o controle ambiental 1ª edição. Rio de Janeiro: E- Papers, 2008. MONTIBELLER FILHO, G.; PHILIPPI JUNIOR, A. Empresas, desenvolvimento e ambiente 1º Edição. São Paulo: Editora Manole, 2006. MILLER, JR e G. TILLER. Ciência ambiental. Rio de Janeiro: CENGAGE, 2007. SANCHES, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo:				

Editora Oficina dos textos, 2008.

VIEIRA, GERMANO. **Instrumentos de avaliação do ambiente**. Belo Horizonte: Arraes editores, 2011.

MÓDULOS I, II, III, IV

PRIMEIRO, SEGUNDO, TERCEIRO E QUARTO PERÍODO

Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PROJETO INTEGRADOR I, II, III, IV	160	0	160	2

EMENTA: Integração dos conteúdos abordados no Módulo I do Curso. Elaboração e desenvolvimento de Projeto Integrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A ser definida pelos docentes e discentes, em função do Projeto Integrador a ser desenvolvido(Projeto detalhado no item 5.16).

REGULAMENTO**DO*****PROJETO INTEGRADOR I, II e III***
1º, 2º e 3º PERÍODO / TURNO NOITE
CST GESTÃO AMBIENTAL

TEMA GERADOR:
“Saneamento Básico”.

1º PERÍODO:

- 1) Prof. Tauany Vieira (Ecologia e Educação Ambiental)
- 2) Prof^a. Maria Carolina Chaves (Projeto Integrador I)
- 3) Prof^a. Luiz Raimundo Cunha Jr. (Conservação Biológica)
- 4) Prof. Carlos Túlio Lodi (Estatística Aplicada)
- 5) Prof. Etiane Silva (Recursos Naturais)
- 6) Prof. Milton Filho (Sociedade e Meio Ambiente)

2º PERÍODO:

- 1) Prof^a. Elane Lemos (Análise Ambiental e Técnicas de Controle da Poluição Ambiental)
- 2) Prof^a. Etiane Silva² (Técnicas de Conservação dos Recursos Florestais)
- 3) Prof. Milton Filho (Gestão Organizacional)
- 4) Prof^a. Nicola Tancredi (Sistemas de Informações Geográficas e Softwares Ambientais)
- 5) Prof. Tauany Vieira (Legislação Ambiental)

3º PERÍODO:

- 1) Prof^a. Msc. Lidiane Silva (Planejamento em Projetos Ambientais)
- 2) Prof^a. Erika Bentes (Análise de Investimentos Ambientais)
- 3) Prof^a. Etiane Silva³ (Impacto Ambiental e Sustentabilidade de Ecossistemas)
- 4) Prof. Milton Filho (Política Ambiental para a região Amazônica)
- 5) Prof^a. Elane Lemos (Saneamento Ambiental)

² Professora responsável pela disciplina Projeto Integrador II

³ Professora responsável pela disciplina Projeto Integrador III

**Belém-PA
2017****SUMÁRIO**

1.APRESENTAÇÃO	191
2.OBJETIVOS	5
2.1. GERAL:	5
2.2. ESPECÍFICOS:	5
3.METODOLOGIA DA DISCIPLINA PROJETO INTEGRADOR	5
4. PROCESSOS AVALIATIVOS	7
4.1-Avaliações Regimentais:	7
1ª Avaliação Regimental:	7
2ª Avaliação Regimental:	7
Avaliação Substitutiva:	8
4.2. Critérios de Avaliação	8
4.2.1. 1ª Avaliação Regimental: Relatório Parcial	8
4.2.2. 2ª Avaliação Regimental: trabalhos escritos (relatórios) e apresentação de seminários	10
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR	11
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
ANEXO 1 - Critérios de avaliação de acordo com a PORTARIA/DG/20/2012	13
ANEXO 2 – Fichas de avaliação para o relatório parcial	15
ANEXO 3 – Fichas de avaliação para o relatório final	16
ANEXO 4 – Ficha de avaliação oral do projeto final	17
<u>ANEXO 5 – Programação do I Workshop de Gestão Ambiental</u>	21

1. APRESENTAÇÃO

A tendência do mercado é absorver profissionais que saibam muito mais que disciplinas isoladas, que consigam integrar e relacionar todo o conteúdo em prol de soluções inovadoras. Assim, se faz necessário um projeto da disciplina Projeto Integrador, que possa aglutinar um verdadeiro desafio das atividades teóricas e práticas em meio às dinâmicas sociais e ambientais.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental possibilita o desenvolvimento de Projetos Integradores, que aglutinam e associam os conteúdos das disciplinas presentes nos módulos da matriz curricular, neste caso, para o 1º, 2º e 3º período, conforme verifica-se nas Tabelas 1, 2 e 3, bem como a consonância com as diretrizes do curso, conforme a Resolução CNE /CP nº03 de 18/12/2002, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (eixo tecnológico – Ambiente e Saúde), a missão e projeto pedagógico institucional da FAMAZ para a consolidação de uma estrutura que possibilite qualidade de vida quanto aos aspectos do ser humano, meio ambiente e cidadania. No final do projeto, os alunos do 1º, 2º e 3º período concluintes, receberão a certificação **Certificado de Qualificação em Assessor de Gestão em Meio Ambiente, Certificado de Qualificação em Assessor de Técnico Ambiental e Certificação de Qualificação em Gestor de Planejamento e Projetos Ambientais**, através de atividades presenciais em sala e práticas que serão feitas por estudo de caso que contemplem as leituras discutidas e correlacionadas com as unidades do módulo. Este assessor reforça e incentiva os programas para preservar e renovar os recursos naturais do solo, do ar, da água, da flora e fauna, melhorando assim as suas condições de vida. Promover os princípios de bom governo e boa cidadania.

Tabela 1. Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2017.

PRIMEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA	40	40	0	2
RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	80	80	0	2
ECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
ESTATÍSTICA	80	80	0	4
CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR I	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo I	400	360	40	20

Tabela 2. Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2017.

SEGUNDO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
GESTÃO ORGANIZACIONAL	40	40	0	2
ANÁLISE AMBIENTAL E TÉCNICAS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	2
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E SOFTWARES AMBIENTAIS	80	80	0	4
TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS	80	80	0	4
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR II	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo II	400	360	40	20

Tabela 3. Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Faculdade Metropolitana da Amazônia. Belém – Pará, 2017.

TERCEIRO PERÍODO				
Componente Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Semanal
PLANEJAMENTO EM PROJETOS AMBIENTAIS	80	80	0	4
ANÁLISE DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	40	40	0	2
IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE DE ECOSISTEMAS	80	80	0	4
POLÍTICA AMBIENTAL PARA A REGIÃO AMAZÔNICA	80	80	0	4
SANEAMENTO AMBIENTAL	80	80	0	4
PROJETO INTEGRADOR III	40	0	40	2
Total de horas/aula semestral do Módulo III	400	360	40	20

A disciplina Projeto Integrador I, II e III parte de uma situação problema, abordam temas transversais tratados no 1º, 2º e 3º período, levando os alunos a construírem a integração das atividades teóricas com as atividades práticas, tendo estes, ao final da disciplina, a realização de um seminário em sala de aula. Tal evento contará com avaliação de todos os docentes do semestre.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL:

- ✓ Promover de forma integrada, a discussão e socialização de temas, inerentes a gestão ambiental, das disciplinas do 1º, 2º e 3º períodos.

2.2. ESPECÍFICOS:

- ✓ Trabalhar a interdisciplinaridade de forma a ter uma compreensão geral e prática no 1º, 2º e 3º período;
- ✓ Promover o despertar da análise crítica dos discentes como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional;
- ✓ Realizar debates dentro dos contextos da gestão ambiental em espaços diferenciados, públicos e privados.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA PROJETO INTEGRADOR I, II e III

O Projeto Integrador I, II e III do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, será realizado pelos alunos matriculados no 1º, 2º e 3º períodos e serão apresentados no I Workshop de Gestão Ambiental, no dia 05 de Junho de 2017.

Para o desenvolvimento das temáticas do Projeto, os alunos terão como base os conteúdos trabalhados nas disciplinas dos referidos semestres. Com a aplicação de leituras complementares, devidamente sugeridas pelos professores orientadores, tendo como atividades contínuas os relatórios parciais e finais das ações desenvolvidas para construção dos documentos a serem produzidos ao longo do semestre. Todas as turmas terão um (01) Professor(a) orientador(a), o(a) qual terá a responsabilidade de acompanhar e cobrar a execução do projeto.

3.1 - Método avaliativo para o 1º período:

Os alunos do 1º período deverão entregar o trabalho escrito (parcial e final), elaboração e apresentação um folder. A entrega do folder e defesa do conteúdo será realizado no dia do II Workshop de Gestão Ambiental. Os alunos da turma, módulo I, serão divididos em equipe até três participantes e em seguida será realizado sorteio para a divisão dos docentes entre as equipes, os quais irão determinar o tema, interdisciplinar, a ser trabalhado com sua equipe.

3.2 - Método avaliativo para o 2º período:

Os alunos do 2º período deverão entregar o trabalho escrito (parcial e final), elaboração e apresentação uma cartilha. A entrega da cartilha e defesa do conteúdo será realizado no dia do II Workshop de Gestão Ambiental. Os alunos da turma, módulo II, serão divididos em dupla, em seguida será realizado sorteio para a divisão dos docentes entre as duplas, os quais irão determinar o tema, interdisciplinar, a ser trabalhado com sua equipe.

3.3 - Método avaliativo para o 3º período:

Os alunos do 3º período deverão entregar o trabalho escrito (parcial e final), elaboração e apresentação um banner. A defesa do conteúdo será realizada no dia do II Workshop de Gestão Ambiental. Os alunos da turma, módulo III, serão divididos em dupla, em seguida será realizado sorteio para a divisão dos docentes entre as duplas, os quais irão determinar o tema, interdisciplinar, a ser trabalhado com sua equipe.

Vale ressaltar que todos os professores são responsáveis pela orientação dos

trabalhos e por isso devem alocar carga horária em seus planos de ensino para cumprimento desta orientação. A correção dos trabalhos será feita por grupos de professores. Será programada palestra sobre normatização de trabalhos de pesquisas que irão auxiliar os alunos conforme normas da ABNT, e na realização do planejamento da pesquisa de campo, entre outras para escolher o tema e os objetivos de cada trabalho.

É de extrema importância o acompanhamento do (a) professor(a) orientador(a) junto aos alunos para que o projeto tenha a qualidade esperada por todos, desta forma, segue algumas funções deste(a) professor(a) orientador(a):

Funções do (a) Professor(a) Orientador(a)

O projeto será coordenado pelos professores (a) das Disciplinas Projeto Integrador I, II e III e as equipes contarão com professores que os orientarão em suas atividades:

- ✓ Orientação do projeto;
- ✓ Revisão de trabalhos e orientação sobre normas, idioma e metodologia;
- ✓ Auxílio no levantamento bibliográfico, bem como revisão dos produtos a serem apresentados em sala.

Os(a) professores(a) orientadores(a) deverão orientar as equipes minimamente nos seguintes requisitos para o projeto I, II e III:

- ✓ Conduzir a formação dos grupos;
- ✓ Indicar bibliografias para os temas dos grupos sob sua responsabilidade;
- ✓ Indicar a temática central a ser desenvolvida;

O Professores das Disciplinas Projeto Integrador I, II e III coordenará o processo de avaliação, agendará as datas de entrega das atividades. Esse também controlará as notas das avaliações dos grupos relativos aos projetos.

OBSERVAÇÕES:

1. Os alunos não poderão fazer troca de equipe, porém, caso haja algum problema que justifique tal solicitação, será avaliada e julgada pela equipe de professores orientadores;

2. A entrega de cada etapa do trabalho deverá ocorrer nas datas determinadas, sob pena de perda de **0,5 pt** por atraso em qualquer data estipulada (ver o cronograma);

3. Para as avaliações regimentares, os professores orientadores adotarão os critérios da portaria DG nº20/2012 da FAMAZ (ANEXO 1), assim como os critérios específicos para cada regimental.

a. A nota da 1ª Avaliação Regimental será dada pelo professor(a) orientador(a), ou seja, cada professor(a) do período ficará responsável pela correção dos Trabalhos escritos de seu grupo. Estes professores orientadores deverão entregar os relatórios parciais com suas fichas de avaliação parcial (ANEXO 2) para o(a) professor(a) da disciplina Projeto Integrador I, II e III para que este(a) possa inserir as notas no diário de ata de nota e falta.

b. A nota da 2ª Avaliação Regimental será a média entre o relatório final e a apresentação do seminário.

Os discentes entregarão para as professoras das Disciplinas Projeto Integrador I, II e III, o quantitativo de cinco (5) cópias do relatório final para que cada professor (a) do semestre possa realizar as correções em suas fichas de critério de avaliação final (ANEXO 3)

O Seminário será realizado em um único dia, em que os discentes apresentarão os dados obtidos do relatório final. A avaliação será individualizada por todos os docentes do período ou pesquisador. Ver ficha de avaliação oral no ANEXO 4.

A partir das correções dos relatórios e das notas individualizadas das apresentações, será tirada uma média geral para cada aluno.

4. Para as avaliações dos trabalhos escritos e seminário, os professores avaliadores adotarão os critérios descritos no item 4.

4. PROCESSOS AVALIATIVOS

4.1-Avaliações Regimentais:

✓ 1ª Avaliação Regimental:

Média Avaliativa: Relatório Parcial (10,0 pontos)

Relatório Parcial: Trabalho Escrito (parcial) por grupo/tema disciplinar sob a perspectiva do tema/problemática geral.

✓ 2ª Avaliação Regimental:

Média Avaliativa: Projeto final (10,0 pontos) + Produto apresentado na semana do Meio Ambiente (I Workshop de Gestão Ambiental) (10,0 pontos).

✓ **Projeto:** Trabalho Escrito por grupo/tema disciplinar sob a perspectiva do tema/problemática geral.

✓ **Semana do Meio Ambiente (I Workshop de Gestão Ambiental):** Haverá ciclo de palestras com convidados, entrega de Folder elaborados pelos alunos do 1º semestre de Gestão Ambiental, entrega e apresentação da cartilha pelos alunos do 2º período e apresentação do banner pelos alunos do 3º período. Durante a noite haverá uma mesa redonda (com convidados). Todo o evento deverá ocorrer na própria instituição de ensino. É importante ressaltar que o II Workshop vai ser realizado em conjunto com a abertura do Núcleo de Meio Ambiente (FAMAZ), que é um evento, aberto aos demais cursos, de 4 dias consecutivos (5 a 8 de Junho de 2017) (Anexo 5).

Para ambos os trabalhos escritos (1ª e 2ª Avaliação Regimental) serão exigidos um padrão, ou seja, devem ser produzidos de acordo com as normas da ABNT, com o seguinte padrão:

- 1) Em papel branco, formato A4;
- 2) Com margens esquerda e superior de 3 cm, direita e inferior de 2cm;
- 3) Fonte Arial ou Times New Roman tamanho 12, cor preta;
- 4) Espaçamento 1,5 entre linhas;

✓ Avaliação Substitutiva:

Para os alunos que faltarem uma das avaliações, deverá apresentar, em sala, para todos os docentes, um seminário interdisciplinar com a temática geral do Projeto Integrador (Saneamento Básico) - Valor: 10 pontos.

4.2. Critérios de Avaliação

4.2.1. 1ª Avaliação Regimental: Relatório Parcial

- ✓ Serão adotados como critério para primeira avaliação regimental:
- Entrega do trabalho escrito parcial.

A tabela 4 mostra os parâmetros de avaliação para o trabalho escrito parcial da disciplina Projeto Integrador I, II e III com seus respectivos pontos.

Tabela 4. Parâmetros de avaliação do trabalho escrito parcial da disciplina Projeto Integrador I, II e III . Curso Superior de Tecnologia. Belém – Pará, 2017.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO	
TRABALHO ESCRITO	NOTAS
1) Elementos textuais voltados para o tema do projeto (Domínio do tema)	0,0 a 6,0 pts.
2) Domínio das normas gramaticais	0,0 a 2,5 pts.
3) Cumprimento das normas de formatação segundo a ABNT	0,0 a 1,5 pts.
Total	0,0 a 10 pts.

Elementos textuais:

Parte do trabalho em que é exposto o conteúdo do relatório. Sua organização é determinada pela natureza do assunto abordado.

Serão considerados fundamentais os seguintes elementos:

Introdução: é a apresentação sucinta e objetiva do relatório, fornecendo informações sobre sua natureza, sua problemática, sua justificativa/importância e sobre como será elaborado: objetivos, geral e específicos. Para este último escreva no mínimo três e no máximo cinco objetivos;

Desenvolvimento: parte principal do texto, descrevendo com detalhes como será desenvolvida a pesquisa (métodos e procedimentos a serem seguidos e seu cronograma);

Considerações finais: Esta é a parte final da pesquisa em que os alunos deverão realizar uma síntese dos elementos constantes no texto do trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução do trabalho. Aqui, o aluno deverá responder em forma de texto corrido se a pesquisa resolveu o problema, inicialmente proposto, se ampliou a compreensão sobre o mesmo ou se foram descobertos outros problemas. Deverá esclarecer, também, se as suposições levantadas, no início, foram confirmadas ou não, se os objetivos gerais e específicos foram alcançados, se a metodologia utilizada foi suficiente para realizar os procedimentos, se a bibliografia correspondeu às expectativas, além de demonstrar, também, sua posição diante do tema, após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes autores a respeito do mesmo. Será possível dar sugestões e recomendações de como lidar com o problema estudado.

Cronograma: Realizado em forma de tabela, em que mostra o planejamento de todas as ações definidas e detalhadas minuciosamente.

Apresentação da natureza	0 a 1,0 ponto
Problemáticas apresentadas	0 a 0,5 ponto
Justificativas	0 a 0,5 ponto
Objetivos	0 a 1,0 ponto
Metodologia aplicada	0 a 1,0 ponto
Considerações finais	0 a 1,0 ponto
Cronograma	0 a 1,0 ponto

2) Domínio das normas gramaticais:

Coesão: conexão, ligação, harmonia entre os elementos de um texto.

Coerência: relação lógica entre as ideias, pois essas devem se complementar.

Coesão	0 a 1,25 pts.
Coerência	0 a 1,25 pts.

3) Cumprimento das normas de formatação segundo a ABNT.

Citações	0 a 0,5 pts.
Formatação	0 a 0,5 pts.
Referências	0 a 0,5 pts.

4.2.2. 2ª Avaliação Regimental: trabalhos escritos final

Serão adotados como critério para segunda avaliação regimental:

- ✓ **Entrega do trabalho escrito final, com lista de frequência e registro fotográfico, seguindo os mesmos critérios descritos na tabela 4, do item anterior;**
- ✓ **Para apresentação oral (seminário) serão adotados os seguintes critérios, expostos na Tabela 5.**

Tabela 5. Parâmetros de avaliação do Seminário

ASPECTOS SOLICITADOS	ASPECTOS AVALIADOS	Satisfatório	Razoável	Insatisfatório
Folder/Cartilha	Apresentação gráfica (Elementos textuais, tipo e tamanho de fonte e tamanho, Síntese da exposição, qualidade das fotos e imagens).	0 a 6,0	0 a 4,0	0,0
	Domínio do tema e das normas gramaticais	0 a 4,0	0 a 2,0	0,0
Banner	Domínio do tema.	0 a 4,0	0 a 2,0	0,0
	Domínio do público.	0 a 2,0	0 a 1,5	0,0
	Síntese da exposição.	0 a 2,0	0 a 1,0	0,0
	Domínio das normas gramaticais.	0 a 2,0	0 a 1,5	0,0
TOTAL		0 a 10,0	0 a 6,0	0,0

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR I, II e III

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	DATA/PERÍODO
Reunião prévia com os professores do terceiro e primeiro, segundo e terceiro semestres sobre o Projeto Integrador I, II e III.	30/01/2017
Envio das propostas do presente projeto da disciplina aos demais professores do semestre. Apresentação da disciplina, discussão e entrega do plano de ensino aos discentes.	02/02/2017
Retorno da proposta e confirmação do tema do projeto que será apresentada no dia do Meio Ambiente	14/02/2016
Reunião com os alunos para orientação da atividade do projeto integrador I, II e III (Dia do Meio Ambiente) e definição dos grupos e professores orientadores.	07/03/2017 e 08/03/2017
Orientação da atividade do projeto integrador I, II e III	21/03/2017 e 22/03/2017
Entrega da carta de aceite dos professores orientadores e orientações para a elaboração do relatório parcial.	28/03/2017
Prazo máximo para troca de equipe, desde que esta seja realizada através de comunicado escrito ao professor orientador	28/03/2017
1ª Avaliação Regimental Receber dos alunos: - As fichas de orientação de seus professores Orientadores.	18/04/2017

- Os relatórios (Trabalho escrito parcial) para que os mesmos sejam entregues aos professores orientadores, para que estes possam fazer suas correções.	
1ª Avaliação Regimental Receber dos professores orientadores os relatórios parciais para lançar a nota no diário de classe.	20/04/2017
Apresentação do layout final dos banners das equipes responsáveis no projeto integrador.	25/04/2017
Orientação da atividade do projeto integrador I, II e III	2, 9 e 16/05/2017
2ª Avaliação Regimental – Entrega das avaliações feitas pelos professores, dos discentes durante a Conferencia. Realização do evento “II Workshop de Gestão Ambiental (Semana do Meio Ambiente)” com o tema “Saneamento Básico”	05, 06, 07, 08/06/2017

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos integradores proporcionam ao discente, uma vivência com o cotidiano profissional, além disso, auxilia na formação cidadã. Muitas das ações baseadas nos seus eixos estruturantes, como as incursões técnicas, palestras, fóruns de discussão subsidiam a construção e consolidação do conhecimento, as quais, mediante ao enriquecimento teórico podem promover uma relação com as práticas sociais, ambientais e econômicas, envolvendo a questão da sustentabilidade como um todo, que é fundamentalmente inclusiva nos estudos da área ambiental, como o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental oferecido pela Faculdade Famaz na região Amazônica.

ANEXO 1 - Critérios de avaliação de acordo com a PORTARIA/DG/20/2012

Dispõe sobre a Elaboração e Correção das Avaliações Regimentais

O Diretor Geral da Faculdade Metropolitana da Amazônia no uso de suas atribuições legais e estatutárias e

CONSIDERANDO um melhor aproveitamento acadêmico dos discentes mediante o processo avaliativo e o disposto no Capítulo IV do Regimento Interno que disciplina a Avaliação da Aprendizagem.

CONSIDERANDO as inúmeras deficiências detectadas nos diversos documentos produzidos pelos discentes, tais como: Redação, Provas, Exercícios, Requerimentos, apresentações em trabalhos, etc.

CONSIDERANDO necessidade de orientação e importância de no processo de formação dos alunos de nível superior adquirir competências e habilidades linguísticas e não somente epistemológica, para exercício pleno da cidadania e da profissão.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustamento dos dispositivos normativos estabelecidos na Portaria DG – 04/2010 de 01 de março de 2010 relativa a elaboração e correção das avaliações de desempenho discente previstas no capítulo IV do Regimento Interno e na Portaria DG – 05/2010 de 05 de fevereiro de 2010.

RESOLVE:

Estabelecer que as avaliações regimentais apresentarão duas categorias de questões: questões objetivas e questões discursivas, distribuídas da seguinte forma: 10 questões: 60% (6 questões) objetivas e 40% (4 questões) discursivas, totalizando 10 pontos, conforme a seguinte classificação:

Questões Objetivas no estilo múltipla escolha:

4 questões de média complexidade (0,5) = 2,0

2 questões complexas (1,0) = 2,0

TOTAL=4,0

Questões Discursivas:

1 questão simples (1,0) = 1,0

2 questões de média complexidade (1,5) = 3,0

1 questão complexa (2,0) = 2,0

TOTAL = 6,0

Correção gramatical:

Será levado em consideração para os critérios de correção gramatical a avaliação conjunta da ortografia, acentuação, pontuação, coesão e coerência, com valor atribuído de **até 0,5 (meio) ponto para cada questão discursiva**, as quais totalizam 4 (quatro) questões que perfazem o total de 2,0 pontos. Conforme equivalência de erros descrita abaixo:

Critérios de Correção Gramatical por Questão Discursiva
--

Cr�terios	Descri�o	M�xima Pontua�o Subtra�da/ Equival�ncia de Erros no Teste
Ortografia	Escrita correta das Palavras	2,0 pontos
Acentua�o e Pontua�o	De acordo com a gram�tica normativa	
Coes�o	Uso das conjun�es, pronomes ou marcadores de discurso	
Coer�ncia	Organiza�o L�gica das Ideias/Objetividade/Argumenta�o	
Caligrafia	Uso de letra vis�vel e de clareza gr�fica em texto escrito � m�o	

Obs.:

1- As questões sem coerência (sem rela o com o conteúdo solicitado) anulam a análise da corre o gramatical, zerando a questão.

2- Especifica o docente obrigatória dos critérios de corre o, bem como a pontua o subtraída na corre o gramatical.

3- As disciplinas que exigem apenas o desenvolvimento de cáculo, sem sua análise discursiva, ficam isentas da avalia o ortográfica.

4- O valor máximo de 2,0 pontos na avalia o da aprendizagem quanto aos critérios de corre o gramatical decorre da necessidade de aperfeiçoar o desempenho discente quanto ao uso da língua portuguesa.

Fixar a data de 01 de fevereiro de 2014, para início desta regulamenta o sobre a elabora o e corre o das avalia es regimentais.

D -se ciência e cumpra-se

Belém, 16 de maio de 2012

Shen Paul Ming Jen
DIRETOR GERAL DA FAMAZ

ANEXO 2 – Fichas de avaliação para o relatório parcial

Data de entrega: ___/___/2017

DOCENTE: _____

DISCENTES:	ASSINATURA

 Obs:

CRITÉRIOS	PONTOS
Apresentação da natureza (tema)	0 a 1,0 (_____)
Problemáticas apresentadas	0 a 0,5 (_____)
Justificativas	0 a 0,5 (_____)
Objetivos	0 a 1,0 (_____)
Metodologia aplicada	0 a 1,0 (_____)
Considerações finais	0 a 1,0 (_____)
Cronograma	0 a 1,0 (_____)
Coesão	0 a 1,25(_____)
Coerência	0 a 1,25(_____)
Citações	0 a 0,5(_____)
Formatação	0 a 0,5(_____)
Referências	0 a 0,5(_____)
TOTAL	0 a 10,0 (_____)

ANEXO 3 – Fichas de avaliação para o relatório final

Data de entrega: ___/___/2017

DOCENTE: _____

DISCENTES:	ASSINATURA

CRITÉRIOS	PONTOS
Apresentação da natureza (tema)	0 a 1,0 (_____)
Problemáticas apresentadas	0 a 1,0 (_____)
Justificativas	0 a 0,5 (_____)
Objetivos	0 a 0,5 (_____)
Metodologia aplicada	0 a 2,0 (_____)
Considerações finais	0 a 1,0 (_____)
Coesão	0 a 1,25(_____)
Coerência	0 a 1,25(_____)
Citações	0 a 0,5(_____)
Formatação	0 a 0,5(_____)
Referências	0 a 0,5(_____)
TOTAL	0 a 10,0 (_____)

Obs: _____

ANEXO 4 – Ficha de avaliação oral do projeto final

Discente:

Docente:

Data da apresentação: ___/___/2017

ASPEC. SOLIC.	ASPECTOS AVALIADOS	Nota Máxima	Nota Mediana	Nota Diferencial	Obs:
Relações Disciplinares	Apresentação do tema/grupo relacionado ao tema geral/problemática geral e Problemática disciplinar	1,0 (___)	0,75 (___)	0,0 (___)	_____
	Apresentação do tema/grupo relacionado ao Tema de Saneamento Básico	1,0 (___)	0,75 (___)	0,0 (___)	_____
	Sub-Total	2,0	1,5	0,0	_____
Banner/Folde r/Cartilha	Apresentação gráfica (Elementos textuais, tipo e tamanho de fonte e tamanho, Síntese da exposição Apresentação de recursos (animações, vídeos)).	0,5 (___)	0,25 (___)	0,0 (___)	_____
	Domínio do tema e das normas gramaticais	0,5 (___)	0,25 (___)	0,0 (___)	_____
	Sub-Total	1,0 (___)	0,5 (___)	0,0 (___)	_____
Palestra	Domínio do tema.	3,0 (___)	2,0 (___)	0,0 (___)	_____
	Domínio do público	1,5 (___)	1,0 (___)	0,0 (___)	_____
	Síntese da exposição.	1,5 (___)	1,0 (___)	0,0 (___)	_____
	Domínio das normas gramaticais.	1,0 (___)	1,0 (___)	0,0 (___)	_____
	Sub-Total	7,0 (___)	5,0 (___)	0,0 (___)	_____
GERAL	TOTAL	10,0 (___)	7,0 (___)	0,0 (___)	_____

EQUIPES E ACEITE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Nomes dos Alunos:

Nº	Nome	CPD	Email
1			
2			
3			
4			

Eu _____, Professor (a)
da _____ disciplina

_____ACEITO,
orientar a equipe tendo seus integrantes acima identificados na elaboração do **PROJETO INTEGRADOR I, II e III** para o 1º, 2º e 3º período do CST de Gestão Ambiental.

Tema a ser desenvolvido:

Sr. (a) Professor (a) anexe a este documento o cronograma de atividades de sua equipe, atentando para as datas de 1 Avaliação regimental marcado pela FAMAZ, até este momento o trabalho devera estar com pelo menos 40% concluído.

Assinatura do professor (a) orientador (a)

Data: ___ / ___ / 2017

Assinatura da professora coordenadora

Data de recebimento: ___ / ___ / 2017

FREQÜÊNCIA DOS ALUNOS/ENTREGA DO TRABALHO

Nome _____ do professor _____ (a) orientador

(a): _____

Data: ___ / ___ / 2017

Motivo do encontro:

Alunos presentes:

Nome	CPD	Observação

Observação: (caro professor (a) faça as observações que julgar necessário sobre o desenvolvimento do trabalho da equipe).

Assinatura do professor (a) orientador (a)

Data: ___ / ___ / 2017

Obs 1: Esta frequência deverá ser feita a cada encontro da equipe com o professor (a) orientador.

Obs 2: As frequências deverão ser entregues pelo professor (a) orientador ao professor coordenador no dia **___/04/2017** para que seja contabilizada as faltas na nota final dos

alunos na 1AR, e no dia /06/2017 para a 2AR

MATRIZ PARCIAL DE CORREÇÃO DO PROJETO INTEGRADOR

Disciplina: _____

Professor: _____

Tema do Trabalho:

Critérios	Sim	Parcialmente	Não
O conteúdo apresentado está de acordo com a solicitação, orientação, e o cronograma.			
O texto é redigido segundo as normas ortográficas oficiais e as relações de concordância, regência e colocação estão ajustadas ao padrão culto da escrita.			
O texto respeitou as normas da ABNT e as considerações éticas para a produção acadêmica.			
Outros para sugestão da equipe de professores do período			

Nota: _____ (sugerir nota em forma numérica, com até uma casa decimal)

Parecer Final:

Assinatura do professor (a) da disciplina:

Data: ___ / ___ / 2017

ANEXO 5 – Programação do II Workshop de Gestão Ambiental



WORKSHOP DE GESTÃO AMBIENTAL

SEMANA DE MEIO AMBIENTE DA FAMAZ 2017 PROGRAMAÇÃO

Dia: 05/06/2017

18h30min – Credenciamento

19h00min - Abertura do evento/ Composição da Mesa

19h40min – Intervalo (Coffe Break)

20h00min - Palestrante: M. Sc. Antônio Jorge (Vice - Coord. do Curso de Engenharia Civil - FAMAZ).

Tema: “A QUALIDADE DA ÁGUA NA GRANDE BELÉM”.

21h00min – Bloco de perguntas e debate

Dia: 06/06/2017

19h00min – Apresentação de Trabalho em Banner do 3º Período de CST-Gestão Ambiental.

20h00min - Palestrante: M. Sc. Hilma Alessandra Rodrigues do Couto (Coordenadora de Gestão Ambiental da EMBRAPA Amazônia Oriental).

Tema: “RESÍDUOS SÓLIDOS E A LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DO PARÁ”.

21h00min – Bloco de perguntas e debate

Dia: 07/06/2017

19h00min – Apresentação de Trabalhos em Cartilhas e Folders do 1º e 2º Períodos de CST-Gestão Ambiental.

20h00min - Palestrante: M. Sc. Cintia da Cunha Soares (Diretora de Gestão de Floresta-IDEFLOR-Bio).

Tema: “CENÁRIOS E PERSPECTIVA DA CONCESSÃO FLORESTAL NO ESTADO DO PARÁ”.

21h00min – Bloco de perguntas e debate

Dia: 08/06/2017

19h00min

MESA REDONDA: “A GESTÃO DAS ÁGUAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL: políticas, direitos e movimentos”.

- Palestrantes: M. Sc. Thainá Guedelha Nunes (Museu Emílio Goeldi).

Tema: “Política e mobilização de ribeirinhos na Amazônia Paraense”.

- Palestrantes: Jorge Augusto Santos das Mercês (Mestrando UFPA).

Tema: “Deslocamento compulsório e refugiados ambientais”.

- Palestrantes: Uriens Maxiliano Ravena Canete (Doutorando UFPA).

Tema: “Gestão das águas e alternativas de manejo de pesca”.

21h00min – Bloco de perguntas e debate

21h20min – Entrega de Certificados

21h30min - Encerramento